

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO ECONÔMICAS DA AGRICULTURA
FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL NO HAITI**

SAINTILUS JN FRANÇOIS

Porto Alegre

2015

SAINTILUS JN FRANÇOIS

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO ECONÔMICAS DA AGRICULTURA
FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL NO HAITI**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Osmar Tomaz de Souza

Porto Alegre

2015

F825e

François, Saintilus Jn

Estratégias de reprodução econômicas da agricultura familiar e desenvolvimento rural no Haiti. / Saintilus Jn François. – Porto Alegre, 2015.

105 f.

Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Osmar Tomaz de Souza

1. Economia do Desenvolvimento. 2. Desenvolvimento Rural. 3. Agricultura Familiar. 4. Agricultura – Haiti. I. Souza, Osmar Tomaz de. II. Título.

CDD 330.4

Bibliotecária Responsável: Anamaria Ferreira CRB 10/1494

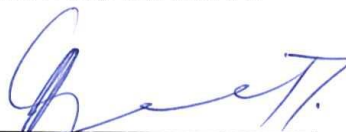
Saintilus Jn François

Estratégias de Reprodução Econômicas da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural no Haiti.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia do Desenvolvimento, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 21 de setembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:



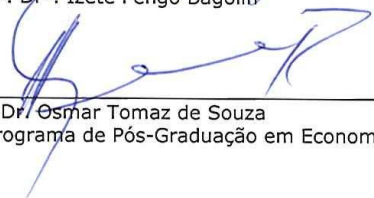
Prof. Dr. Osmar Tomaz de Souza
Presidente da Sessão



Prof. Dr. Leonardo Alvim Beroldt da Silva



Prof.ª. Dr.ª. Izete Pengo Bagólin



Prof. Dr. Osmar Tomaz de Souza
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

Dedico à minha esposa *Philienne* minha pequena filha *Yona* pelo apoio, amor e compreensão. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

A vida de todo ser humano é um longo caminho. É importante destacar que o caminho até aqui não foi fácil de percorrer. Desde criança me ensinaram que a Bíblia diz que Jesus é único caminho para chegar ao céu. Da mesma forma, a mesma regra é válida para todos. A educação é um dos melhores caminhos capaz de nos ajudar a alcançarmos nossos objetivos e ter uma posição importante dentro da sociedade. E depois de mais de vinte e um anos de estudo, com muito sacrifício, dedicação, persistência, incertezas, saudade e humilhação comecei a aprender que o ser humano é um produto da natureza com um mínimo valor e, só a educação é capaz de agregar alto valor ao este produto.

Por longo tempo na trajetória de meus estudos, a saudade foi um dos grandes inimigos que me incomoda sempre. A saudade só não mata porque tem o prazer de torturar, aponta Fabrício Charles. A saudade de minha mãe Elamène pelo tão pouco tempo juntos, mas, que para Deus foi o suficiente, do meu pai Fortuné, da minha esposa, da minha filha, dos meus irmãos, dos meus amigos e de minha terra natal.

Aprendi que é nos momentos difíceis que reconhecemos àqueles que estão ao nosso lado dispostos a ajudar. Assim, de todo coração, agradeço ao meu Deus, pela saúde e inteligência necessárias para alcançar este objetivo. Também agradeço aos meus pais por tudo que hoje sou na vida.

Agradeço de coração à Philienne, minha esposa que amo e que dividiu comigo o peso da distância nos momentos mais difíceis. Sou grato pela sua constante fidelidade e apoio. Muito obrigado, minha vida, pela ajuda e paciência. Também sou grato à minha linda filha Yona, que me traz alegrias e me enche de orgulho, agradeço aos pais de minha esposa, pela compreensão e palavras de incentivos.

Agradeço aos meus irmãos e irmãs, especialmente à Geremis e Jasmin que suportaram 90% o peso do investimento de meus estudos.

Agradeço ao docente do PPGE pelo aprendizado. Em especial ao meu orientador, professor Osmar Tomaz de Souza, pela disponibilidade, pela objetividade, aprendizagem, acompanhamento e contribuições importantes para o meu crescimento e desenvolvimento profissional.

Agradeço à Organização dos Estados Americanos e ao Grupo Coimbra das Universidades Brasileiras, pela oportunidade de cursar o mestrado. Também agradeço à minha equipe do trabalho. Em especial ao Diretor e Diretores Adjuntos do Ministério do Comércio e da Indústria do Haiti.

Agradeço aos amigos especiais Saulo Armos, Célio Alberto Colle e João Miranda, pelos encontros, pela relação construída e pelo apoio durante o tempo no Brasil.

Agradeço aos meus colegas engenheiros Andrevil Isma, Diderot Duprévil, Junior Peterson, Liberal Wilnick, Makenly Sterling, Riguen Louis, e Rose Vedeline Martial, pelas conversas, amizade e socialização do conhecimento.

Quero expressar minha gratidão à Janice Viana, pelas releituras, conselhos, sugestões, reflexões e críticas foram inestimáveis para mim. Também agradeço à Ana, Andreia, Andrea, Laura, Anderson, Lucas, Pedro, Victor, Martins e Romilson, pela relação construída durante o estudo.

Agradeço à minha comadre Jacqueline Anglade pelas palavras de motivação.

Agradeço de coração a todas as mulheres, aqui ou ali, que me dedicaram seu tempo para contar sua história, muitas vezes íntima e pessoal, em especial, às mulheres haitianas, que são as flores de meu país.

Por fim, um reconhecimento e um agradecimento especial aos agricultores familiares haitianos, que atendem às nossas necessidades alimentares e que representam a inspiração desta pesquisa.

*“Nenhum obstáculo é grande demais quando
confiamos em Deus”*

(Aristóteles– filósofo grego)

RESUMO

Esta dissertação apresenta a análise das estratégias de reprodução sociais e econômicas adotadas pelos agricultores familiares e sua relação com o desenvolvimento rural no Haiti. As estratégias na agricultura familiar, no meio rural, são analisadas a partir de uma pesquisa bibliográfica baseada nos dados agregados do país, sendo considerados os principais produtos de subsistência que contribuem para a segurança alimentar. A análise mostra que a diversificação constitui a principal estratégia de reprodução dos agricultores familiares e se apresenta como elemento fundamental no processo de reprodução. Também se observou outras estratégias mais gerais a partir da integração ao mercado local, das percepções e escolhas dos agricultores familiares nas suas práticas produtivas. Ao mesmo tempo, observa-se como as escolhas podem afetar as condições de permanência e de manutenção na agricultura familiar. Tais condições são limitadas, assim como as possibilidades de reconversão a outras profissões. A pesquisa pode contribuir efetivamente como ferramenta de suporte para os gestores de políticas públicas tanto nos debates relacionados ao tema, quanto na elaboração e implementação de políticas capazes de transformar o país.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Reprodução Social. Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

This work presents the analysis of social and economic reproduction strategies adopted by farmers and their relation to rural development in Haiti. These strategies in the family agriculture, in rural areas, are analyzed from a literature search, based on the aggregate data analyzed the country as a whole for the main products of the subsistence that contribute to food security. The analysis shows that diversification constitute the main strategy of reproduction of family farmers and is presented as a key element that enables this reproduction. It was also observed more general strategies from the integration into the local market, from the perceptions and the choices of family farmers in their productive practices. At the same time, it is estimated how it affects the identity of the farmer that makes it possible the maintenance in the family agriculture. The conditions of maintenance and permanence in the family agriculture are limited, as well as the possibility of reconversion to other professions too are. That mains generation of children keeps the uncertainty on the succession of sociocultural heritage. The dissertation can also contribute effectively as a support tool for the managers of public policies in both debates related to the subject, as in the elaboration and the implementation of policies to transform the country.

Key Words: Family Agriculture. Social Reproduction. Rural Development

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACDI – *Agence Canadienne pour le Développement International*
- ANDAH – *Association Nationale Des Agro-Professionnels Haitiens*
- ANEM – *Association Nationale des Exportateurs de Manges*
- BAC – *Bureau Agricole Communal*
- BID – *Banco Interamericano de Desenvolvimento*
- BM – *Banco Mundial*
- BRH – *Banque de la République d’Haiti*
- CCIH – *Chambre de Commerce et de l’Industrie d’Haiti*
- CNSA – *Coordination Nationale de la Sécurité Alimentaire*
- CNUCED – *Conférence des Nations Unies sur le Commerce et le Développement*
- DL – *Desenvolvimento Local*
- EBCM – *Enquête Budget - Consommation des Ménages*
- ECVH- *Enquête sur les Conditions de Vie en Haiti*
- EMMUS – *Enquête Mortalité, Morbidité e Utilisation des Services*
- FAO – *Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura*
- FDL – *Fundo de Desenvolvimento Local*
- FENU – *Forum for Education NGO’is in Uganda*
- FEWS NET – *Famine Early Warning Systems Network*
- FIDA – *Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola*
- FMI – *Fundo Monetário Internacional*
- GEPAI – *Grupo de Estudos e Pesquisa Agroindustrias*
- GRAP – *Groupe de Recherche en Administration Publique et Management International*
- IDH – *ÍNDICE de Desenvolvimento Humano*
- IHE – *Institut Haitien de l’Enfance*
- IHSI – *Institut Haitien de Statistique et d’Informatique*
- IICA – *Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura*
- INCAH – *Institut National du Café Haitien*
- MARNDR – *Ministère de l’Agriculture, des Ressources Naturelles et du Développement Rural*
- MCI – *Ministère du Commerce et de l’Industrie*

MPCE – *Ministère de la Planification et de la Coopération Externe*
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG – Organização Não- Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPA – *Organisation des Professionnels Agricoles*
OXFAM – *Organisation d'Aide Humanitaire et de Développement*
PAE – Programa de Ajustamento Estrutural
PAM – Programa Alimentar Mundial
PIB – Produto Interno Bruto
PNAI- *Plan National d'Investissement Agricole*
PNSAN- *Programme National de Sécurité Alimentaire*
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RGA – *Recensement Général de l'Agriculture*
SAU – *Superficie Agricole Utile*
SNVA – *Système National de Vulgarisation Agricole*
SYFAAH – *Système de Financement et d'Assurance Agricole em Haiti*
UE – União Europeia
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento
USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
VBP – Valor Produto da Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO: PRINCIPAIS DEBATES TEÓRICOS	17
2.1	O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM OFERTA ILIMITADA DE MÃO DE OBRA DE LEWIS	21
2.2	O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FEI-RANIS	23
2.3	O MODELO JORGENSON	26
2.4	PRIORIDADE À AGRICULTURA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO: ABORDAGEM DE MALASSIS.....	27
2.4.1	Crescimento harmonizado: agricultura e indústria.....	28
2.4.2	A agricultura, setor motor: teoria do excedente.....	29
3	CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA E DA AGRICULTURA NO HAITI	35
3.1	O DESEMPENHO DE SETOR AGRÍCOLA	40
3.2	IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS NA AGRICULTURA HAITIANA.....	42
3.2.1	A cadeia produtiva do café.....	44
3.2.2	A cadeia produtiva do arroz	46
3.2.3	A Cadeia produtiva de manga	48
3.2.4	A Cadeia produtiva de banana	50
3.2.5	A Cadeia produtiva da cana de açúcar	52
4	AGRICULTURA FAMILIAR COMO FORMA DE PRODUÇÃO DOMINANTE NA AGRICULTURA HAITIANA	55
4.1	REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR HAITIANA	63
4.1.1	Estratégias de especialização e diversificação	64
4.1.2	Formas da organização do trabalho na agricultura familiar haitiana	67
4.1.3	Pessoal ocupado na agricultura familiar.....	69
4.1.4	Tecnologia na Agricultura Familiar Haitiana.....	70
4.1.5	Acesso ao Mercado.....	72

4.2	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR HAITIANA	74
5	A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E LOCAL NO HAITI	78
6	REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA AGRICULTURA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NO HAITI	86
7	CONCLUSÃO	89
	REFERÊNCIAS.....	91
	ANEXOS	99

1 INTRODUÇÃO

Na literatura econômica e sociológica, a agricultura tem ocupado cada vez mais um lugar de maior importância no processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos em geral, devido ao potencial de contribuição para o crescimento econômico. É um setor chave na decolagem desses países, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, quanto à segurança alimentar. Sob tais contribuições, compreende-se que este setor pode agir como elemento propulsor de desenvolvimento. Para que essa contribuição se mostre efetiva faz-se, porém, necessário que existe nesses países, como pré-requisito básico, uma série de condições favoráveis ao desenvolvimento agrícola.

Dessa forma, um país se desenvolve quando cresce a sua produtividade global dos fatores de produção. Em uma economia mais voltada para a agricultura, a capacidade de aumentar a produção agrícola pode ser vantajosa. Neste caso, o papel da agricultura no processo de desenvolvimento é importante, sendo que a industrialização será alcançada por meio da capacidade produtiva do setor agrícola. Destaca-se que um aumento da produtividade agrícola pode ocasionar importantes contribuições ao desenvolvimento econômico.

Observa-se ainda que tal desenvolvimento depende em grande parte de um certo equilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e o industrial. Tal equilíbrio, em países subdesenvolvidos, depende, não só da quantidade de recursos disponíveis, mas, principalmente, das estratégias segundo as quais são adotadas pelos agricultores. Além disso, é fundamental analisar quais são as estratégias que têm o maior potencial para promover o desenvolvimento.

Assim, esta pesquisa se propõe analisar as estratégias de reprodução econômicas e sociais adotadas pelos agricultores familiares do Haiti e sua relação com o desenvolvimento nas diferentes áreas rurais do país, já que o setor agrícola representa o setor-chave para a interpretação da dinâmica econômica nacional, com especial destaque para as relações com o desenvolvimento.

No Haiti, a agricultura é analisada como uma opção de desenvolvimento por sua importância na economia nacional. Entretanto, as famílias produtoras rurais enfrentam diversas dificuldades socioeconômicas e técnicas relacionadas à produção agrícola. Geralmente, na economia nacional a agricultura é associada às

características de subdesenvolvimento, como baixa produção e baixa produtividade por trabalhador, precárias condições de alimentação, de escolaridade e informação.

Observam-se dificuldades na tomada de decisões e na realização de obras de infraestrutura que sejam adequadas às práticas culturais e as condições naturais do meio ambiente. Em geral, para aumentar sua capacidade produtiva o agricultor tem dificuldades no acesso ao crédito bancário, o que o obriga a manter sua produção estagnada. Some-se a isto, a falta de equipamentos e dos insumos agrícolas, de proteção dos solos, a persistência de conflitos de terra, inacessibilidade nos meios rurais em todas as direções que estão impedindo a mobilidade, ausência de políticas públicas, dados, seguro agrícola, etc. Estas são entendidas como as principais restrições, dificultando o desenvolvimento nas regiões do país.

Diante dos problemas expostos, surge a pergunta: De que forma as diferentes estratégias de reprodução econômica se relacionam com a dinâmica da agricultura e com o desenvolvimento nas diferentes áreas rurais do Haiti?

Nesta pesquisa, desenvolve-se a hipótese de que existe relação entre as estratégias de reprodução econômica dos agricultores e o desenvolvimento nas áreas rurais do país, visto que a agricultura familiar como forma de produção dominante na agricultura nacional.

O objetivo geral deste trabalho, será, portanto, analisar as dinâmicas e as estratégias de reprodução econômicas no meio rural e a sua relação com o desenvolvimento rural no Haiti.

Para tanto, apresentam-se os objetivos específicos:

- a) Caracterizar a estrutura produtiva geral e da agricultura nas regiões do Haiti, especialmente suas dinâmicas relacionadas ao acesso às políticas públicas e mercados domésticos e internacionais;
- b) identificar as principais cadeias produtivas, sistemas produtivos, sua capacidade de produção, modos de cultivos e formas de organização da produção;
- c) estudar as principais estratégias de reprodução adotadas na agricultura familiar haitiana, principalmente quanto à expansão (intensificação ou extensificação), a diversificação e a especialização dos meios de vida.

A metodologia utilizada consiste principalmente na pesquisa bibliográfica e no uso de dados empíricos e de ferramentas estatísticas capazes de permitir a compreensão da dinâmica da estrutura econômica nas diferentes áreas rurais do Haiti e, a relação existente entre as principais estratégias de reprodução na agricultura familiar e o desenvolvimento.

Os principais dados utilizados são séries históricas referentes a: Dados gerais socioeconômicos sobre o país (PIB, PIB setorial, comércio exterior, indicadores de desenvolvimento, etc.); Estrutura fundiária (dados históricos, de preferência, para entender a dinâmica produtiva); Dados sobre a Produção e produtividade (principais produtos, área cultivada, valor da produção, etc); Acesso ao mercado; Mão de obra (tipo de mão de obra: familiar, contratada, etc); Dados sobre outras fontes de renda (pluriatividade, transferências, aposentadorias); Dados populacionais (séries históricas); Dados sobre exportação e importação.

As principais bases de dados disponíveis para isto são as do Banco Mundial, FAO, Censo Agrícola, *Ministère de l'Economie et des Finances e Ministère de l'Agriculture des Ressources Naturelles et Du Développement Rural do Haiti*.

A pesquisa trata da análise de dados agregados, sendo impossível inferir sobre todas as particularidades ou riquezas que delineiam as características regionais e culturais de cada área rural do país. Devido à limitação de dados e informações mais desagregadas sobre as regiões, sub-regiões e municípios foi possível analisar o país como um todo e, para preservar seu valor científico, a pesquisa compreende em uma série histórica de 30 anos.

O referencial de análise das estratégias de reprodução desta pesquisa, encontra-se centrado numa parte da teoria de Bourdieu (1994) e, busca compreender as práticas da agricultura familiar. Permitindo assim, identificar os mecanismos de manutenção, permanência do patrimônio sociocultural e consolidação da identidade do agricultor.

Para tanto, a pesquisa está estruturada, além desta introdução, em quatro capítulos, destacados a seguir.

O Capítulo 2 apresenta os principais debates teóricos entre agricultura e desenvolvimento. Esta discussão teórica sobre as contribuições ou papel da agricultura no processo de desenvolvimento foi apresentada em vários modelos inter-relacionados entre si e que, impulsionam o desenvolvimento. Em outras

palavras, trata-se de modelos de economia dualista com a proposta de promover o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.

O Capítulo 3 apresenta uma caracterização da agricultura haitiana, seu desempenho e suas principais cadeias produtivas, bem como, a agricultura familiar como forma de produção dominante na agricultura haitiana. Dessa forma, mostra-se os elementos fundamentais na análise de estudo da agricultura familiar e suas estratégias de reprodução sociais e econômicas, aplicadas no contexto da realidade haitiana.

O capítulo 4 procura analisar a agricultura familiar pesquisada, assim como as estratégias de reprodução social e econômica desta categoria. O capítulo finaliza com uma análise sobre as diferentes estratégias adotadas pelos agricultores e a forma como alteram seus processos produtivos.

O Capítulo 5 contribui para a compreensão de desenvolvimento rural e local, bem como seu processo histórico. O capítulo analisa o desenvolvimento rural e local, caracterizando o espaço rural a partir dos capítulos abordados anteriormente, como maneira de relacionar tais teorias e modelos na realidade haitiana.

O Capítulo 6 contribui para as reflexões sobre o papel da agricultura no processo de desenvolvimento no Haiti.

Nas considerações finais, são apresentadas as alternativas de desenvolvimento inspiradas nos modelos e nas teorias que relacionam a estrutura produtiva e as estratégias de produção das regiões do país que enfrenta problemas estruturais e conseqüentemente econômicos.

2 AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO: PRINCIPAIS DEBATES TEÓRICOS

Por longo tempo na história da economia, através das obras dos mercantilistas, fisiocratas e dos economistas clássicos, reconhece-se que a agricultura desempenha um papel central no processo de desenvolvimento da sociedade primitiva, moderna até contemporânea. Muita atenção tem sido dada à busca de alternativas para acelerar o seu crescimento. É algo comum na literatura econômica procurar identificar a contribuição da agricultura na fase inicial de transformação estrutural das sociedades.

A Fisiocracia constituiu a primeira escola econômica de caráter científico, liderada por François Quesnay (1694-1774). Segundo os fisiocratas, a agricultura era considerada a única atividade produtiva que gera valor para a sociedade. Os Fisiocratas acreditavam que o poder de uma economia vinha de seu setor agrícola. A terra produz valor por sua fertilidade seguindo leis físicas ou uma ordem natural. Desse modo, eles desenvolveram a *teoria do bom preço* que atuava no sentido de elevar o máximo possível os preços agrícolas, a fim de gerar lucros para novos investimentos na agricultura. Para eles, a indústria e comércio agregam valor ao produto da agricultura, mas esta era a atividade central.

O pensamento de Adam Smith (1723-1790) fundamenta-se basicamente, a partir da crítica às teses da Fisiocracia segundo as quais a produtividade natural da terra é um *dom da natureza*, *dom* que só pode ser aproveitado pelos que trabalham na agricultura. Para ele, o elemento fundamental da riqueza é o trabalho produtivo. Assim, o valor pode ser criado fora da agricultura. Deu-se conta de que o lucro não se confinava à agricultura, o lucro se gerava claramente também na indústria. A produtividade do trabalho deixava de estar relacionada com as características da terra.

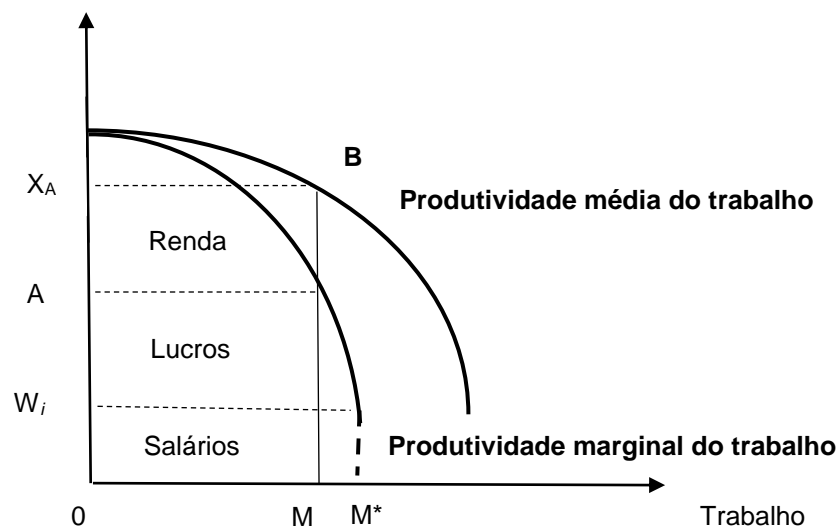
Já David Ricardo (1772-1823), economista clássico inglês elaborou a *teoria da renda da terra* que representa a renda extraordinária gerada pela fertilidade da terra. Ricardo (1982) observou que o cultivo da terra mais produtiva gera uma renda diferencial sobre a terra cultivada menos produtiva. Com a fertilidade da terra menor, há necessidade de investir uma quantidade inicial maior, aumentando os custos na margem de cultivo, o que faz o lucro dos proprietários seja menor. O tamanho da população determina a terra marginal que é cultivada que por sua vez determina a

taxa de lucro na economia. Entretanto, na visão ricardiana, a agricultura não era capaz de impulsionar o desenvolvimento industrial, senão, como fator limitativo ao esse desenvolvimento (ALBURQUERQUE; NICOL, 1987, p. 5).

Para o aumento da produção, Ricardo (1982) apontava que é necessário ter uma nova invenção ou uma descoberta de novas terras. O aumento da produção cria um excedente em relação à quantidade necessária para cobrir o salário de subsistência. Este excedente disponível representa um “fundo salarial” que os capitalistas podem utilizar para contratar mais trabalhadores, visto que, um aumento da taxa de salário gera um aumento da taxa de crescimento da população. Um aumento da taxa de salário e a da população cria um aumento da demanda dos produtos alimentares; o aumento da demanda dos produtos alimentares faz com que tenha mais áreas cultivadas progressivamente das terras menos férteis sobre as quais o produto marginal é inferior às terras já exploradas; o preço dos produtos alimentares aumenta para cobrir os custos de produção das terras marginais. O efeito do aumento de preço de produtos alimentares é a redução da taxa do salário real. Quando a taxa do salário se aproxima ao nível de subsistência, a taxa de crescimento da população reduz. Ricardo (1982) considerava a terra como elemento determinante no sistema de produção.

Figura 01 - O modelo dinâmico de Ricardo

Produção de trigo



Fonte: Taylor (1979, p. 143).

A Figura 01 apresenta a teoria de valor do trabalho na visão ricardiana. O trabalho é a fonte do valor adicionado; o valor adicionado é distribuído na forma de renda, lucro e salário. Trabalhadores gastam todo o seu salário. Donos da terra gastam sua renda em bens de lucros. Capitalistas poupam parte do lucro, investem e acumulam capital se a taxa de lucro é positiva.

Karl Marx (1818-1883) contribuiu para o debate sobre a relação entre economia e natureza, analisando a acumulação do capital através das relações sociais de produção, ao contrário dos clássicos liberais, baseada estritamente nas limitações de recursos naturais. Marx fazia um amplo estudo ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e da penetração do capitalismo nas zonas rurais. Para ele, observam-se importantes mudanças que causam o surgimento do novo produtor rural moderno.

No meio rural, Marx via a emergência de uma *terceira classe* de operários fundiários designada, “camponês”. Sobre o campesinato, entendia numa perspectiva de pequenos produtores situados entre a burguesia e o proletário. O trabalho do camponês busca a sua própria sobrevivência, e a sobrevivência dos membros de sua família, não se constituindo nem parte da burguesia, nem do proletariado.

Abramovay (1995) considera que é impossível encontrar na estrutura de o *capital* o conceito definitivo sobre o que é o “camponês”. Conforme o autor, o campesinato é um conceito que não foi definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo. Já para Marx o modo de produção capitalista se acha ligado à exploração. Ele era contra a forma de apropriação da terra, pois acreditava que a apropriação privada da natureza era base de exploração.

O trabalhador vende sua força de trabalho ao patrão por uma remuneração que é inferior aos valores que esse esforço pode criar no processo de produção e o subconsumo dos trabalhadores resulta de sua exploração pelo capitalista.

Na sociedade moderna, durante as décadas 1960 e 1970, os debates acerca da relação da agricultura com desenvolvimento ganharam projeção nos trabalhos de alguns economistas, na busca pela compreensão de uma perspectiva do desenvolvimento, especialmente para os países subdesenvolvidos.

Desde então, a economia procurou compreender melhor o papel das atividades agrícolas no processo de acumulação. Myrdal (1960), por exemplo, dizia

que era na agricultura que estavam baseadas as capacidades necessárias para desenvolvimento econômico de longo prazo¹.

As contribuições da agricultura para o desenvolvimento global foram destacadas, mais notadamente pelos seguintes autores: Johnston e Mellor (1961) e Nicholls (1963), os quais viam a agricultura como fonte de abastecimento de alimentos e matérias-primas, um fornecedor de divisas, fornecedor de mão de obra para o emprego industrial, um mercado para a produção não agrícola e uma excedente fonte para investimento.

Rostow (1960), falava de crescimento com ênfase sobre a agricultura. Em sua teoria ele introduziu o conceito de uma sequência dos primeiros setores que se sucedem como os geradores de base de crescimento, construídos sobre a agricultura. A teoria de Rostow é a única que especifica claramente um papel dinâmico do setor agrícola na transição estrutural da sociedade. Para ele, a agricultura é a base que suporta as outras esferas da economia (indústria, serviços) que representam a superestrutura. Há uma interação entre a base e a superestrutura na determinação das atividades. Os mesmos autores enfatizam na análise da inter-relação das contribuições do setor agrícola com o desenvolvimento. Ohkawa e Minani (1964) afirmaram que suas análises são limitadas, mas devem ser apreciadas.

Além de abordagens descritivas, outros autores tentavam analisar a relação agricultura e desenvolvimento através de modelos matemáticos simples. Casos de Fei e Ranis (1964); Johnston e Mellor (1961); Lewis (1969). O desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos implica fundamentalmente a transformação de uma economia essencialmente agrícola para uma economia com um setor urbano-industrial com alta produtividade.

Os modelos matemáticos destes autores levam em consideração as interações entre os setores agrícola e não agrícola na transformação econômica de um país. Identificam os seguintes pontos de ligações entre os dois setores citados: 1) o deslocamento de mão de obra do setor agrícola para setor industrial. 2) o abastecimento de alimentos da população urbana em crescimento na (visão de Lewis (1969). 3) a criação de empregos urbanos requer grande aumento de capital. 4) a agricultura é uma das principais fontes deste capital (na visão de Johnston

¹ Gunnar Myrdal, Prêmio Nobel de Economia, em colaboração com Friedrich Hayek, em 1974.

(1961). 5) a agricultura fornece os mercados necessários a produção industrial de bens de consumo. 6) uma agricultura com alta produtividade depende de insumos que foram produzidos pelo setor industrial.

As formas de deslocamento da mão de obra do setor agrícola para o setor industrial dividem autores, no caso Lewis, Fei-Ranis, Ranis e Fei, e Jorgenson. Estes diferentes modelos são apresentados a seguir.

2.1 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM OFERTA ILIMITADA DE MÃO DE OBRA DE LEWIS²

Lewis, no seu artigo inspirado da visão clássica publicado em 1954, tenta mostrar que existiria a possibilidade para que um país inicie seu processo de industrialização sem alterar a produção agrícola. Apresentou um modelo teórico baseado na economia dualista. Segundo o autor, a economia dos países subdesenvolvidos estaria dividida em dois setores: setor capitalista e um setor de subsistência. Na visão dele, o setor capitalista é um setor da economia nacional que utiliza capital reproduzível, sinônimo de setor industrial. O setor de subsistência é um setor que não utiliza capital reproduzível, representado pela atividade agrícola nos meios rurais.

Lewis começa supõe uma economia simplificada e fechada, ressaltando a definição da expressão oferta ilimitada de mão de obra.

Observa-se, primeiramente que há oferta ilimitada de trabalho nos países onde a população é tão numerosa em relação ao capital e recursos naturais, que existem amplos setores da economia em que a produtividade marginal do trabalho é infinita, nula ou mesmo negativa (LEWIS, 1969, p. 408).

Ele batizou o nome de desemprego “*disfarçado*” observado ao mesmo tempo nas zonas rurais e zonas urbanas. Este desemprego representa uma situação em que a produtividade marginal do trabalho rural é praticamente nula, infinita ou mesmo negativa, o que significa que a emigração de trabalhadores de campo para a cidade não provoca diminuição do produto agrícola.

² W. Arthur Lewis, um dos economistas que recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1979. Sua pesquisa foi o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.

Nas zonas rurais, os trabalhadores que se dedicam às atividades agrícolas juntos com suas famílias cuja produtividade é nula, podem se retirar, sem alterar o nível de produção. Nas zonas urbanas, Lewis aponta algumas atividades, por exemplo, os carregadores de porto, os carregadores de mala e os vendedores ambulantes. Para todas estas ocupações citadas, se o número destas pessoas é reduzido à metade, isso não afetaria a produção de forma negativa, já que a produtividade marginal do trabalho era considerada nula. Neste caso, tal mão de obra poderia ser transferida pelo setor industrial, aumentando assim a produtividade do trabalho. Isso daria benefícios para toda a sociedade, levando a um incremento no produto.

Para Lewis, o nível de salário existente ou observado na economia corresponderia ao salário de subsistência, o que é puramente a tradição clássica da economia.

Segundo Lewis a oferta ilimitada de mão de obra com os salários de subsistência faz aumentar a acumulação do capital, possibilitando o aumento do investimento e a geração de novos empregos na economia.

O salário dos trabalhadores do setor industrial seria determinado para ele, pelos rendimentos do setor de subsistência, acrescido de 30% em função do custo de vida nas cidades.

Lewis aponta que é necessária a expansão do setor industrial que será feita pela contratação dos trabalhadores até o ponto que a produtividade marginal do trabalho seja igual ao valor do salário do setor manufatureiro. Esta produtividade do trabalho será decrescente enquanto o salário industrial ficaria constante mesmo que para os economistas clássicos, o produto marginal do trabalho será ao salário.

Tratando a parte dinâmica do modelo teórico, observa-se que a medida que aumentar o capital que se dispõe, mais migração dos trabalhadores do setor de subsistência para setor industrial e mais produto per capita. A migração incessante de transferência da agricultura faz desaparecer o excedente de mão de obra por meios de reinvestimento do excedente de lucros. Isso gera um aumento da produtividade e um aumento do PIB per capita da economia.

2.2 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FEI-RANIS

O Modelo de Fei-Ranis ou modelo de excedente de mão de obra é um modelo de desenvolvimento econômico que utiliza uma economia dualista. Este modelo foi desenvolvido por John CH Fei e Gustav Ranis e pode ser interpretado como uma extensão do modelo de Lewis. Reconhece-se uma economia com dois setores, o setor primitivo e o setor moderno e toma a situação de indicadores sociais, por exemplo, o emprego e desemprego.

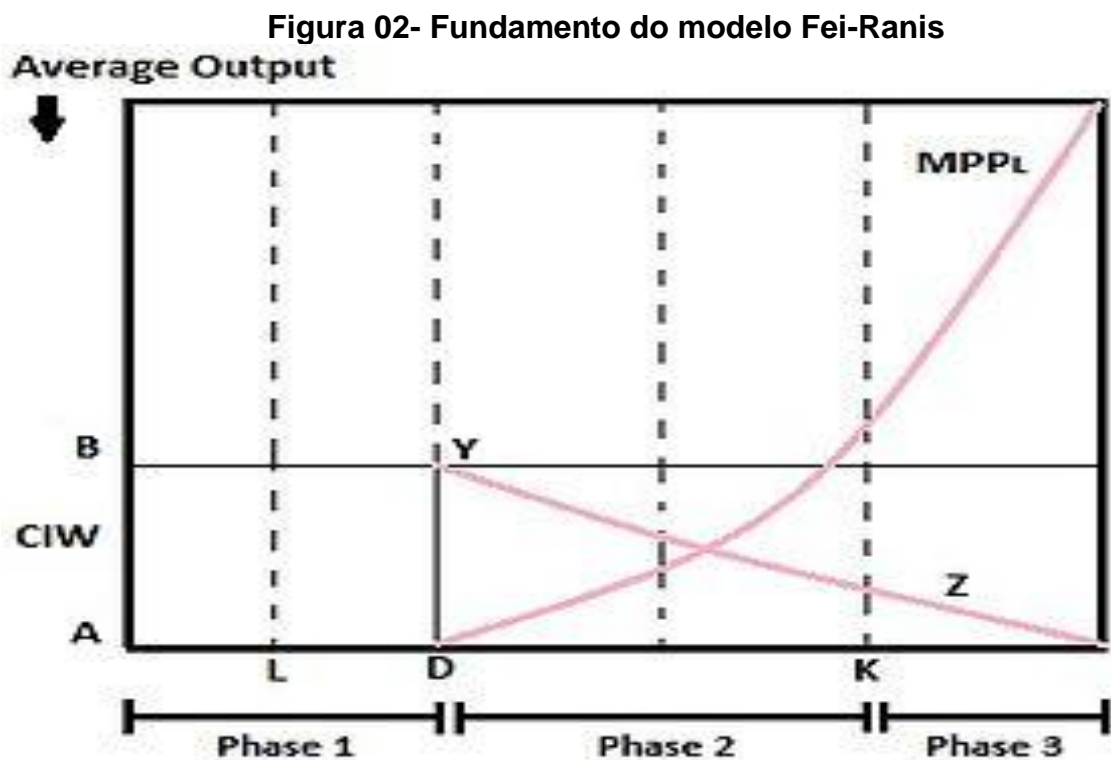
De acordo com o modelo, o setor primitivo representa o setor agrícola existente na economia e o setor moderno é o setor industrial que cresce rapidamente, mas é pequeno. Os setores coexistem na economia, onde se encontra o ponto crucial do problema de desenvolvimento. O desenvolvimento pode ser efetuado unicamente por uma mudança completa no ponto focal do progresso da agricultura para a economia industrial.

Isso dá lugar por meio do deslocamento da mão-de-obra do setor agrícola ao setor industrial que mostra que os países subdesenvolvidos não têm limitação da oferta de trabalho. Ao mesmo tempo, o crescimento do setor agrícola não deve ser desprezível e o deslocamento da mão de obra não deve comprometer a produção de alimentos e matérias-primas.

Os autores deste modelo apontam que uma das maiores desvantagens do modelo de Lewis foi não deixar claro o papel da agricultura para impulsionar o crescimento industrial. Além disso, ele não reconhece que o aumento da produtividade do trabalho deverá ter lugar antes da mudança do trabalho entre os dois setores. No entanto, estas duas ideias foram levadas em conta no modelo de economia dualista de Fei-Ranis de três etapas de crescimento, mostradas na Figura 02. O crescimento agrícola deveria ser capaz de contribuir para a relação entre crescimento agrícola e crescimento econômico. Esta relação facilita a maior interação entre os setores agrícola e indústria, a fim de impulsionar o desenvolvimento afirmou Cleaver (1997), Presidente Adjunto de Gestão de Programa em 2006 na FIDA³.

³ Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola é uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU). Foi estabelecido o 30 de novembro de 1977, em reposta à fome no Sahel. O seu principal objetivo é fornecer financiamento e mobilizar recursos adicionais para programas especificamente voltados a promover o avanço econômico dos pobres rurais, principalmente através do melhoramento da produtividade agrícola.

A agricultura pode prover uma parte substancial do capital necessário para fazer a industrialização nos países pobres; pode também prover uma oferta de trabalho ilimitada para a indústria; pode mesmo prover muito trabalho a custos de oportunidade iguais a zero, porque uma parte considerável da força de trabalho na agricultura é redundante, no sentido de que sua produtividade marginal é zero (SCHULTZ, 1964).



Fonte: Fei e Ranis (1964).

Na fase 1 do modelo, a elasticidade da mão de obra do setor agrícola é infinita e, como resultado, sofre um desemprego disfarçado. Além disso, o produto marginal do trabalho é igual a zero. Esta fase é similar ao modelo de Lewis. Na fase 2 o setor agrícola tem um aumento da produtividade e isso leva um aumento do crescimento do setor industrial. Na fase 2, os excedentes agrícolas podem existir, e o produto médio é maior do que o produto marginal. Entretanto, o produto marginal não é igual ao salário de subsistência, ao contrário do que diz a visão clássica.

Pela figura, fazemos uma interpretação.

Fase 1. $AL = MP = 0$, $AB = AP$ onde, L (mão de obra), MP (produto médio) e AP (produto marginal). Segundo o modelo, uma quantidade do trabalhador da primeira

fase pode ser deslocada do setor agrícola sem nenhuma queda da produção. Isso representa o trabalho excedente.

Fase 2. $AP > MP$. Depois da primeira fase, o produto médio começa a subir, e a mão-de-obra industrial sobe de zero até a um valor igual à primeira fase. O produto marginal do trabalho agrícola é mostrado por BYZ e observamos que essa curva cai depois a primeira fase. Esta queda pode ser atribuída ao fato de que, como os trabalhadores do setor agrícola se deslocam para o setor industrial, o produto marginal dos trabalhadores industriais será reduzido devido à escassez da oferta de alimentos, já que mesmos trabalhadores estão trabalhando no setor agrícola. A redução do salário real permite criar excedente que poderia ser reinvestido para aumentar o tamanho das indústrias. O nível de desemprego oculto é dado por AK . Isso permite que o setor agrícola a deslocar uma parte de sua força de trabalho até o produto médio seja aos salários reais

Fase 3 começa a partir do ponto de comercialização em K , que é o ponto em que a economia começa a expandir na ausência de desemprego disfarçado. Os setores começam a fazer uma oferta por trabalho igual.

$MP > CIW$. A quantidade do trabalho que se move e o tempo que demora este movimento dependem:

1. O crescimento dos excedentes gerados no setor agrícola e o crescimento de estoque do capital dependem dos benefícios industriais,
2. A natureza dos avanços técnicos
3. A taxa de crescimento da população

Enfim, apresentam-se as três ideias fundamentais do modelo.

1. O crescimento agrícola e o crescimento industrial são igualmente importantes.
2. O equilíbrio entre o crescimento agrícola e o crescimento industrial.
3. Apenas se a velocidade a qual a mão-de-obra se desloca da agricultura para o setor industrial for maior que a taxa de crescimento populacional, para a economia será capaz de crescer acima da armadilha malthusiana da população.

2.3 O MODELO JORGENSON

Contrariamente com o Modelo de Fei-Ranis, Jorgenson (1961) faz críticas ao modelo afirmando que a teoria de Fei-Ranis é inapropriada para explicar o desenvolvimento na economia dualista. Ele admite que o deslocamento da força de trabalho do setor agrícola para o setor industrial causará uma queda da produção agrícola. Isso cria problema de alimentação da população no setor urbano em crescimento.

De fato, esta insuficiente alimentação retardará a transformação econômica por falta de capital para criar empregos nas zonas rurais. Segundo o autor, para iniciar o processo da formação do capital é necessário ter uma mudança tecnológica na agricultura para intensificar a produção e aumentar a produtividade do trabalho.

A mudança tecnológica permite resolver o problema de alimentos nos dois setores da economia. Schultz (1964) aponta situações em que a transferência da força do trabalho do setor agrícola, em condições de alta densidade demográfica, vinculou-se a um declínio na produção agrícola. Esta observação empírica sustenta as ideias de Jorgenson. De forma resumida, o modelo de Jorgenson enfatiza nos seguintes pontos:

1. A produção e o capital no setor adiantado crescem a mesma taxa, assintoticamente, de maneira que a relação capital/produto fique constante.
2. O emprego industrial cresce mais lentamente do que a produção e o capital, de maneira que a produtividade do setor adiantado tenha crescimento.
3. As taxas de crescimento da população industrial e do emprego decrescem através do processo de desenvolvimento.

Partindo do ponto 1 citado no modelo de Jorgenson, Szczepanik (1964) tentou demonstrar, através de relações capital/produto e de um modelo simples de crescimento, que um país em desenvolvimento que deseja industrializar-se não pode alocar mais do que 15 a 20% de seu investimento agregado para a agricultura. Além disso, o autor chegou à conclusão que o investimento no setor agrícola deve normalmente ter uma relação capital/produto inferior à unidade, para que se possa manter uma taxa satisfatória de desenvolvimento global.

2.4 PRIORIDADE À AGRICULTURA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO: ABORDAGEM DE MALASSIS

A partir da perspectiva da relação entre a agricultura e o desenvolvimento, os argumentos de Malassis (1973) em favor da prioridade à agricultura são construídos sobre as funções da agricultura para a transformação econômica dos países subdesenvolvidos. Esses argumentos podem ser classificados em três categorias:

- a) O papel específico e fundamental da agricultura é atender as necessidades de alimentos. Como se pode observar, em muitos países, o consumo de alimentos per capita estagna ou diminuí. Para a necessidade de melhorar o nível nutricional per capita e enfrentar o crescimento demográfico, uma prioridade deveria ser dada à agricultura. Este argumento é reforçado pelo fato de que, enfrentando uma necessidade não atendida, muitas vezes existe uma subutilização dos recursos disponíveis (homem, terra), o que cria uma situação de subdesenvolvimento.
- b) O papel da agricultura nos equilíbrios econômicos: saldo de emprego, balanço de pagamentos, equilíbrio poupança-investimento. Para evitar o afluxo de trabalhadores para as cidades em taxas maiores do que as taxas do crescimento de empregos não –agrícolas, é necessário modernizar a agricultura, elevar os padrões de vida, evitar o êxodo patológico, gerador de um crescimento de desemprego urbano e fonte de muitas dificuldades. Enfim, agricultura pode contribuir ao financiamento do desenvolvimento e ao equilíbrio geral da poupança e do investimento melhorando seu nível de vida.
- c) O papel da agricultura no processo de desenvolvimento. A agricultura constitui ainda, em muitos países, a base sobre a qual construir o processo da industrialização. Para que a agricultura possa fornecer à indústria os trabalhadores, os capitais, as divisas, e as matérias-primas, é necessário estimular o crescimento industrial pelo crescimento da demanda dos bens industriais por parte dos trabalhadores. Para isto, é

necessário modernizar a agricultura e aumentar sua produtividade. No caso da industrialização de um dos países em desenvolvimento assenta principalmente no uso de recursos internos é impossível iniciar o processo de industrialização com base na agricultura tradicional.

2.4.1 Crescimento harmonizado: agricultura e indústria

Malassis levou em conta o papel da penetração ocidental e o comércio internacional na vida econômica dos países em desenvolvimento, para construir o desenho de relação agricultura-indústria.

O desenho coloca em jogo, a agricultura, a indústria e o mundo exterior. Ele explica o processo de desenvolvimento pela passagem da situação A à situação B, com base no crescimento da indústria e da agricultura. A taxa de crescimento da indústria mais elevada do que a taxa de crescimento da agricultura resultaria uma transformação estrutural da economia, marcada pelo declínio relativo da agricultura e pela transferência de recursos.

Hayami e Platteau (1997) pensaram que a dotação e a transferência de recursos são as variáveis significativas na explicação do crescimento econômico de um país. Esta transferência de recursos é obviamente aceita: se se inicia de uma sociedade agrícola, quase a totalidade dos recursos de trabalho, de terra e outros capitais são no setor agrícola. Em relação ao processo de desenvolvimento e o ritmo mais rápido do crescimento industrial, uma parcela dos recursos deverá ser transferida da agricultura à indústria. Assim, dizia Malassis, que o desenvolvimento é um processo de transferência.

Estas transferências podem ser internas (transferências intersetoriais no interior do país) ou externas (transferências pelo canal do mercado exterior) aponta Malassis (1973). Neste último caso, por exemplo, a agricultura produz as divisas pela migração de trabalhadores ou das exportações de produtos agrícolas e estas divisas são utilizadas para desenvolver a indústria. Por último, o processo de desenvolvimento cria um crescimento dos fluxos de produtos entre a agricultura e a indústria.

2.4.2 A agricultura, setor motor: teoria do excedente

O papel da agricultura no desenvolvimento é fundamental na história do desenvolvimento, em especial na decolagem de economia. Bairoch (1967) demonstrou o papel deste setor motor agricultura, na decolagem ocidental. Malassis (1973) afirmou que se a agricultura desempenha o papel da liderança do desenvolvimento, sua missão é muito mais ambiciosa, e ela deve gerar o excedente que permite lançar o crescimento global. O conceito de excedente agrícola foi analisado no século XVIII pelos fisiocratas. Para estes, a terra seria a única fonte de riqueza, por ser capaz de produzir mais do que os custos, dando assim um excedente. Este excedente deveria permitir a reconstituição do capital e, através dos beneficiários (proprietários de terra) servir de base para a diversificação de toda a economia.

Smith (1822) na *Riqueza das Nações* escreveu que apenas o excedente dos produtos do campo, o excedente da subsistência, e que constitui a subsistência da cidade. Este último não deveria aumentar sem que o excedente do campo também se elevasse.

Furtado (1961) segue a noção clássica do excedente, “produto excedentário” e acha que é um fato de “observação universal” que, em toda sociedade um tal excedente pode existir.

Além disso, Furtado (2000) afirmava que tal excedente é absorvido com a especialização em um produto principal destinado ao mercado externo e o desenvolvimento do setor industrial ficaria sujeito a maneira como será distribuído o excedente na economia. Na mesma linha, Souza (2005) aponta que o produto principal relacionado ao mercado externo será produzido no setor agrícola especializado para a exportação, cujo crescimento, depende do desempenho do mercado internacional para produtos primários.

Na visão de Malassis (1973), o conceito de excedente agrícola transferível (E_a) é a diferença entre a produção agrícola (Y_a) e o consumo dos agricultores (C_a):

$$E_a = Y_a - C_a$$

O excedente representa a parte da produção agrícola transferida por o mercado e corresponde à agricultura comercial. Se P é o preço médio de venda da produção, a contrapartida monetária do excedente agrícola, ou receita dos

agricultores é igual à $E_a \times p$. Para Malassis (1973), a contrapartida monetária deve ser transformada e distribuída. Sendo t o custo de transformação e de distribuição dos produtos agrícolas, pode-se escrever: $E_{ad} = E_a \times p + t$, onde, E_{ad} representa a contrapartida monetária do excedente agrícola transformado e distribuído, estimado ao estado final de utilização.

No estado dinâmico é finalmente o crescimento relativo da produção agrícola (r_{Ya}) e do consumo de alimentos dos agricultores (r_{Ca}). Que escrevemos:

$$r_{Ya} = \alpha r_{Ca} + (1-\alpha) r_{Ea}$$

$$r_{Ea} = (r_{Ya} - \alpha r_{Ca}) / (1 - \alpha)$$

O crescimento do excedente agrícola depende do crescimento da produção e do crescimento ponderado do consumo das famílias.

Malassis (1973) aponta que o crescimento do excedente agrícola envolve que a produção agrícola total aumenta muito mais rápido do que o consumo dos agricultores. E o crescimento do excedente agrícola resulta do crescimento da demanda alimentar monetária. O crescimento do excedente corresponde ao crescimento da agricultura comercial e o crescimento da produção agrícola comercial envolve a formação de uma demanda monetária efetiva. Dois modelos foram propostos por Malassis para a formação desta demanda:

Modelo aberto. Segundo o modelo aberto, é a agricultura exportadora que constitui o setor motor da economia. O produto das exportações agrícolas é utilizado para financiar o orçamento (impostos sobre a exportação) e para produzir as divisas utilizadas para importar dos bens de equipamento. Malassis aponta que a agricultura contribui ao processo de industrialização pelo canal do mercado exterior. Na história do desenvolvimento ocidental, a agricultura exportadora, de tipo semi-capitalista, tem contribuído ao crescimento de certos países. No caso soviético, antes da revolução, o modelo russo tinha certa semelhança fundamental com o dos países subdesenvolvidos, no sentido do que a exportação de produtos básicos, sobretudo alimento, constituía o fator dinâmico de seu crescimento.

Do mesmo modo, essa margem exportável lhe permitia adquirir nos centros industrializados grande parte dos bens elaborados, de inversão ou consumo, como também pagar o serviço dos capitais európios investidos no país. Em outras palavras, parte principal desses alimentos e matérias-primas que saiam para o exterior para ser trocada por bens industriais passa a ser utilizada na criação ou

expansão dos setores (PINTO; FREDES, 1974). FAO (2004) reconhece há muito tempo a importância vital do comércio agrícola para a segurança alimentar, a redução da pobreza e o crescimento econômico. Nesse sentido, haveria necessidade dos países desenvolverem e diversificarem suas exportações agrícolas, já que estas são importantes fonte de divisa e renda rural em muitos países em desenvolvimento.

Modelo fechado. O autor apresenta outra hipótese que consiste em centrar o desenvolvimento de indústria sobre o desenvolvimento da agricultura *pela ampliação do mercado interno*. Esta hipótese implica que a produtividade da agricultura e as rendas agrícolas aumentam suficientemente mais rápidas para que a agricultura possa tornar-se cliente da industrialização. As indústrias serem desenvolvidas no caso seriam as indústrias de bens de consumo (vestuário, calçado, habitação, móveis, utensílios de utilidade doméstica, rádio, bicicletas, etc.) e de produção de máquinas agrícolas, fertilizantes, alimento de gado, etc.

Nestas condições, a agricultura torna-se, pela sua demanda, criadora de empregos industriais, e pode contribuir ao financiamento dos investimentos necessários pela esta criação. No caso dos países desenvolvidos, de alto nível de proteção e alto nível subsídio, observa-se maior excedente e os países subdesenvolvidos as políticas macroeconômicas tendem a reduzir as exportações agrícolas (KRUEGER, 1988).

Nesta mesma linha, o World Bank (1987) afirma que nos países de baixa renda, o principal objetivo da reforma política articulada, em grande parte por meio de Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) tende a ser a eliminação de preconceito contra a agricultura, com vista a alcançar uma série de objetivos, incluindo o aumento da produtividade agrícola, ou seja, elevar o nível de produção doméstica de alimentos, a diversificação da produção agrícola e a promoção para a exportação agrícola por novas culturas e processamento primário das mercadorias.

Além disso, os PAE ajudam aos países subdesenvolvidos a eliminar todas as barreiras tarifárias e não tarifárias sobre a agricultura. Oyejide (1986) afirmou que o PAE tem resultado positivo porque permite bem como a redução gradual de tarifas consolidadas para os produtos agrícolas, o apoio à produção agrícola e o subsídio à exportação. Anderson e Ataman (1999) mostraram que os países desenvolvidos provavelmente continuarão a subsidiar os produtos agrícolas e enquanto os países

em desenvolvimento e menos desenvolvidos continuarão a tributar ambos. Mais especificamente, eles mostraram que a tarifa média sobre os produtos agrícolas ainda é tão alta quanto 36% nos países desenvolvidos, em comparação a 20% nos países em desenvolvimento, enquanto o subsídio à produção agrícola nos países desenvolvidos é em média de 7% ao ano em relação com os países em desenvolvimento em média de 2%.

Malassis (1973), na sua análise, mostra que a agricultura, através da criação de uma demanda industrial, incita o desenvolvimento de um processo de industrialização e, ao mesmo tempo, determina as condições para o crescimento da demanda alimentar monetária o que será o instrumento de sua própria estimulação e sua própria transformação.

Notam-se vários argumentos que mostram o papel decisivo da agricultura no processo de desenvolvimento. O Banco Mundial deu um especial destaque em 1973 e promoveu uma decolagem econômica dos países do Sul com base na agricultura. Para a decolagem econômica, Adelman (1961) afirmou que a agricultura é responsável pelas duas forças das ligações (*linkages*⁴): a força das ligações para trás (*backward linkage*) e para frente (*forward linkage*). Estas ligações geralmente tornam-se mais fortes com o desenvolvimento (VOGEL, 1997) e assumam liderança na industrialização (ADELMAN, 1961). A agricultura pode ser o setor-líder do crescimento global nos países baseados na agricultura (BM, 2008).

O crescimento da agricultura é visto como essencial para induzir o processo de industrialização (JOHNSTON; MELLOR, 1995). Os economistas reconhecem a importância da agricultura para sistematizar o processo de crescimento econômico na primeira fase (ROSTOW, 1960).

O World Bank (1997) aponta que o setor agrícola desempenha um papel poderoso na estratégia de desenvolvimento rural: da visão à ação, surgem muitas destas questões juntamente com o objetivo de atingir uma taxa agrícola real de pelo menos 4% ao ano através da melhoria da tecnologia e aumento da produtividade. Dentro deste objetivo ambicioso, o BM identifica os objetivos mais específicos que

⁴ Como exemplo usar os insumos de produção agrícola de outro setor, tais como máquinas e fertilizantes. Uma expansão do setor agrícola deve resultar em uma expansão das indústrias fornecedoras desses insumos para a agricultura (*backward linkage*). Setores usam produção agrícola como entrada, tais como os cereais para os alimentos processados, o aumento de entrada no fornecimento de cereais pode induzir uma expansão na produção de alimentos processados que usam cereais como entrada (*forward linkage*).

visam promover o impacto de desenvolvimento para: 1) aumentar a produção de alimentos e renda agrícola 2) fazer os usos de alimentos para as famílias, águas e energias seguras 3) restaurar e manter a base de recursos naturais.

BM (2008), no seu relatório sobre o desenvolvimento mundial de agricultura para o desenvolvimento, afirmou que a agricultura contribui para o desenvolvimento como atividade econômica, como subsistência e como fornecedor de serviços ambientais, tornando o setor um instrumento singular para o desenvolvimento.

Como atividade econômica. A agricultura pode ser uma fonte de crescimento para a economia nacional, um fornecedor de oportunidades de investimento para o setor privado e um importante impulsor de indústrias relacionadas com a agricultura e com a economia rural não-agrícola. Dois terços do valor agregado agrícola do mundo são criados nos países em desenvolvimento. Nos países baseados na agricultura, gera uma média de 29% do produto interno bruto (PIB) e emprega 65% de força de trabalho (BM, 2008). As indústrias e serviços vinculados à agricultura nas cadeias de valor representam frequentemente mais de 30% do PIB nos países em transformação e urbanizados.

Como subsistência. A agricultura é uma fonte de sobrevivência para cerca de 86% dos habitantes da zona rural. Proporciona emprego para a 1,3 bilhão de pequenos produtores e trabalhadores sem-terra.

Como provedor de serviços ambientais. Ao utilizar (e frequentemente abusar) os recursos naturais, a agricultura pode criar resultados ambientais bons e maus. Pode-se destacar as contribuições da agricultura diferem nos três mundos de acordo com a classificação dos países do BM em 2008:

- 1) *Países baseados na agricultura* – A agricultura é uma importante fonte de crescimento, representando, em média, 32% do aumento do PIB- principalmente porque a agricultura representa uma grande parcela do PIB- e a maioria das pessoas de baixa renda está nas zonas rurais (70%).

- 2) *Países em transformação* – A agricultura não é mais uma fonte importante de crescimento econômico, contribuindo, em média, apenas de 7% para o aumento do PIB, mas a pobreza continua a ser predominantemente rural (82% de todas as pessoas de baixa renda). Este grupo tipificado pela, China,

Índia, Indonésia, Marrocos e Romênia, tem mais de 2,2 bilhões de habitantes na zona rural.

- 3) *Países urbanizados* – A agricultura contribui ainda menos de forma direta para o crescimento econômico, 5% em média, e a pobreza é, em sua maior parte, urbana. Mesmo assim, as áreas rurais ainda abrigam 45% das pessoas de baixa renda; agroempresa, a indústria e os serviços de alimentos são responsáveis por um terço do PIB.

Fundamentalmente, essas contribuições da agricultura no crescimento econômico destes países dependem de sua transformação através dos investimentos e tecnologia. Schultz (1964) afirmou que, não há razões básicas que impeçam o setor agrícola de qualquer país de contribuir substancialmente para o crescimento econômico. Naturalmente, uma agricultura que use os fatores tradicionais não pode fazê-lo, mas uma agricultura modernizada é capaz de dar uma grande contribuição. Ele continua dizendo “Já não há mais lugar para dúvidas sobre se a agricultura pode ser um poderoso engenho do crescimento. Mas, para obter este engenho, é necessário investir na agricultura, e isso não é simples, porque depende muito da forma que tomam os investimentos” (SCHULTZ, 1964, p. 17). Esta revisão de literatura serve de referência pela análise da economia do Haiti; onde a agricultura é o setor que mais emprega e que, aparentemente, consiste no elemento-chave nos desafios do desenvolvimento. A economia haitiana é o objeto de análise a seguir.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA E DA AGRICULTURA NO HAITI

A República do Haiti é uma das grandes Antilhas na região do Caribe, se estende por uma área de aproximadamente 27.750 km² e ocupa a parte ocidental da *Ilha Hispaniola* com a República Dominicana. É limitada ao Norte pelo Oceano Atlântico, ao Sul pelo Mar do Caribe, ao Oeste pelo Golfo do México e ao Leste pela República Dominicana.

Figura 03- Mapa da localização do Haiti



Fonte: <http://fr.haiti-live.com/haiti/cartes.html>

Historicamente, o Haiti foi pioneiro como nação negra na abolição da escravidão e na obtenção de sua independência da França em primeiro de janeiro de 1804. Após os Estados Unidos, o Haiti é o segundo país independente do continente americano. O país foi considerado como a colônia francesa mais produtiva do Novo Mundo, graças à sua vocação agrícola, principalmente, o café e o cacau. Após sua independência, o Haiti ainda continua a ser um país agrícola.

Com uma experiência histórica enriquecedora e com uma economia próspera no passado, após duzentos e onze anos de sua independência, o Haiti ainda não conseguiu estabelecer estratégias capazes de proporcionar as condições para o seu desenvolvimento. Para caracterizar a economia haitiana retorna-se ao passado

colonial, especialmente, nas três últimas décadas. Nesta perspectiva, Lundahl (1982) dizia que é impossível compreender Haiti hoje sem voltar ao século XIX.

Atualmente, o Haiti é o país mais pobre da América com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,454 em 2011. A população atual é de 10 milhões de habitantes, sendo que nas áreas rurais vivem 48% da população total. O crescimento anual é aproximadamente 1,6% na década de 2000, com uma densidade demográfica 364 habitantes por km² (IHSI, 2014). As condições de pobreza do país se justificam na incapacidade de sua economia de gerar os mecanismos necessários para aumentar o desempenho dos indicadores socioeconômicos.

O Haiti possui atualmente uma economia fracamente capitalizada e depende das importações de mercadorias de diversos tipos, principalmente agrícolas e manufaturados. Os setores de agricultura, indústria e serviços estão atravessando problemas estruturais, mas encontram-se, atualmente, em transição para a economia de mercado. O país possui uma economia aberta e inserida no processo de globalização.

No início da década de 1980, o Haiti passou por profundas reformas estruturais, tais como, abertura comercial e reformas fiscais que o levaram à inserção de sua economia no contexto econômico mundial. Estas reformas foram implantadas para impulsionar o crescimento, o investimento e a eficiência do capital produtivo. Entretanto, a partir desta década, os indicadores sócios econômicos permaneceram negativos e a economia haitiana registrou um retrocesso sem precedentes. A taxa de variação média do Produto Interno Bruto registrada na década foi de 2,5% negativos. A taxa de inflação aumentou de 2% para 8%, a taxa de desemprego atingiu uma média de 30% da população economicamente ativa e a isenção de impostos sobre as importações causou um déficit de US\$ 200 milhões na balança comercial (RICHARD, 1989).

Em 1986, a insatisfação popular se manifestou no país e fez com que o Presidente Jean-Claude Duvalier abandonasse o poder. Desde então, se percebe um clima de instabilidade política incessante que deteriora o país. Também se observa um clima de insegurança e de repressão política que fizeram com que o país não estivesse em condições de investir para aumentar o produto nacional.

Em meados desta década, a economia haitiana sofreu um grande retrocesso de capitalização que, posteriormente, trouxe a redução do bem-estar da população.

Também se registra nessa década, sucessivas perdas de receita fiscal que geraram déficit do setor público de 10,6% do PIB e a dívida externa atingiu US\$ 800 milhões. A taxa de câmbio da moeda local em relação ao dólar americano (USD) foi 5 unidades ao longo da década.

Em relação aos grandes setores da economia, a agricultura continuou a dominar a atividade econômica, empregando 66% da força do trabalho, seguido do setor de serviços com 24% e da indústria com 10%, sendo o Haiti, o país mais agrário e menos industrial da América.

Em 1990, com a eleição do Presidente Jean-Bertrand Aristide, a economia haitiana apresentou duas fases. A primeira foi caracterizada pela profunda crise social, econômica e política como consequência do golpe militar contra o Presidente em 1991. Entre 1991 e 1994, a economia sofreu um embargo econômico e financeiro imposto pelos Estados Unidos por meio do corte das exportações e da redução das ajudas financeiras. Neste período de sanções econômicas, a taxa de câmbio depreciou-se em 135%, os preços aumentaram de 56%, com queda registrada de 40% do PIB real (MEF, 2002). A segunda fase, entre 1994 e 2000 foi marcada pelo baixo desempenho dos indicadores sociais e econômicos. A taxa de desemprego atingiu 49,8% e a dívida externa pública foi de 27,2% do PIB (CEPALSTAT, 2012).

A partir da década de 2000, em especial, entre 2005 e 2009 a economia haitiana iniciou um processo de recuperação graças ao programa de estabilização introduzido pelo Governo. A taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto foi de 2,22%. O crédito para o setor privado apresentou uma taxa real de crescimento de 5,60%, com expansão da taxa real de investimentos privados de 1,44% e aumento das exportações de 3,38% (BRH, 2012).

E finalmente, nos anos 2000, a economia haitiana apresentou uma forte tendência para o setor de serviços. Em 2004, a participação do setor de serviços foi de aproximadamente 55%, seguido pelo setor agrícola com 28% e da indústria de transformação com 17% do PIB. Em 2010, com o terremoto a taxa de variação do PIB foi de 5,4%. Em 2011 houve crescimento de 5,6%, principalmente, por causa das remessas das famílias recebidas do exterior. O valor dessas remessas representou o dobro de divisas geradas pelas exportações e representa cerca de 17% do PIB do país. Uma vez contextualizada a economia haitiana, se segue com a

caracterização minuciosa da agricultura nessa economia como a atividade predominante.

A agricultura haitiana é essencialmente tropical. Nos últimos anos, pode-se observar através de estudos e relatórios técnicos do Ministério da Agricultura e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que o país possui um enorme potencial agrícola. Entretanto, a agricultura enfrenta grandes desafios que precisam ser superados a fim de que seu potencial possa ser explorado completamente. Com a superação destes desafios, a agricultura poderia entrar em processo de expansão e de profundas transformações e ser capaz de contribuir no processo de desenvolvimento do país.

Nas análises das inovações tecnológicas, a agricultura é o setor mais atrasado dos grandes setores da economia nacional. Isso faz com que o setor produza apenas para atender as necessidades alimentares. A tecnologia deficitária constitui em um problema de baixa produtividade pelos agricultores. Dinamizar os esforços para incorporar novas tecnologias poderia elevar a produtividade do trabalho e manter o ritmo de crescimento do setor.

Em relação às infraestruturas básicas como a irrigação, a energia elétrica, conservação do solo, capacidade para a adoção de novas técnicas de produção, insumos agrícolas e outros serviços para a agricultura, os dados estatísticos do Censo 2009 mostram que o setor disponibiliza o mínimo de cada item mencionado. A média dos estabelecimentos irrigados foi de 12,9% em 2009, correspondendo a 10,2% da superfície agrícola útil total. O grau de mecanização da agricultura é bastante baixo, apenas 7% dos agricultores declararam haver utilizado pelo menos uma vez um equipamento mecânico. A disponibilidade destes recursos é precária em nível nacional.

Pode-se destacar que a agricultura haitiana apresenta uma baixa capitalização e uso de crédito no seu processo produtivo. O crédito destinado ao setor agrícola representa cerca de 2% do total do país (MARNDR, 2012). A falta de elementos chave já mencionados para a dinâmica do setor resultaria nas condições desfavoráveis que enfrenta a agricultura (efeitos climáticos imprevisíveis, incerteza da produção, flutuação dos preços agrícolas em parte devido a uma demanda inelástica para alimentos). Estes elementos constituem importantes fontes de risco para o setor, permitindo uma transferência de recursos que em vez de serem feitos

na agricultura são destinados a outros setores. De fato, o setor torna-se pouco atraente para investimentos privados.

Em relação aos fatores físico-ambientais, muitas vezes um bom nível de produção depende do tipo de solo, topografia e variação climática. Na maioria dos departamentos geográficos do país encontram-se terrenos acidentados. Os fatores relacionados à qualidade ambiental do solo têm efeitos marcados sobre o tamanho dos estabelecimentos, bem como nos possíveis ganhos de produção.

Quanto às estruturas fundiárias, sabe-se que elas são fundamentais na determinação da estrutura produtiva dos estabelecimentos e da potencialidade da produção. Formas de apropriação dos estabelecimentos permitem a tomada de decisão de longo prazo, a realização de novos investimentos, a utilização de inovações tecnológicas, bem como no aumento da produtividade do trabalho.

O Censo Geral da Agricultura 2009 registrou que 1.018.951 estabelecimentos possuem uma área total de 1.564.022,9 hectares. Esses estabelecimentos ocupam uma área agrícola de 949.751,5 hectares, correspondendo à uma média de 0,90 hectares por estabelecimento. A produção vegetal representa cerca de 95,8% da produção dos estabelecimentos, sendo que, a produção agrícola familiar representa 98% dos estabelecimentos registrados.

No Haiti, geralmente as condições de acesso à terra são feitas do acordo de arrendamento/parceira, título de compra ou título de herança, os proprietários espontâneos, *le partage mineur*⁵ e outras formas baseadas no hábito e nos costumes. Conforme as estatísticas do Censo de 2009, 52,8% do total dos estabelecimentos registrados no país, foram declarados em título de compra. O título de herança ocupa o segundo lugar com 26,5% do total dos estabelecimentos, e *le partage mineur* representa 12,1%. Pode-se destacar empiricamente que os contratos de arrendamento são de curta duração e informais. Os contratos são desfavoráveis para os agricultores e reduzem a propensão de investir. Além disso, a titulação, a documentação e a situação legal dos estabelecimentos constituem uma problemática na percepção dos agricultores. Visto o cenário geral, é importante fazer algumas considerações sobre o desempenho do setor.

⁵ *Le partage mineur* é uma situação de acesso à terra. Esta prática segue uma lógica familiar de parcelamentos de vizinhança. Por exemplo, dois ou mais agricultores utilizam terras muito próximas. Após a morte deles, os filhos de um deles continuarão utilizando o parcelamento de seu pai e os filhos de outro não moram mais na zona ou parcelamento que ficou abandonado por muito tempo, então, os filhos do antigo agricultor que ficam trabalhando na zona, dando a manutenção ao parcelamento de outros e com o tempo poderiam acessá-lo informalmente.

3.1 O DESEMPENHO DE SETOR AGRÍCOLA

A agricultura ainda continua a ser considerada como um setor predominante da economia haitiana. Emprega 60% da população economicamente ativa, contribuindo, em média, com 25% do Produto Interno Bruto (PIB), gerando um valor adicionado de cerca de 4% (IHSI, 2014). Entretanto, na década 2000, a agricultura apresentava um desempenho global bastante baixo com uma taxa média de crescimento anual de 0,63% ao longo da década. Os fatores que têm ocasionado o baixo desempenho ou a queda da produtividade registrada na agricultura se originam da falta de novas iniciativas estratégicas, na formação de capital e da alta vulnerabilidade intrínseca do setor agrícola (MARNDR, 2012).

Existem evidências de que a vulnerabilidade da agricultura ocorre em consequência de fenômenos naturais (ciclone, inundação e efeitos climáticos imprevisíveis) que carregam um alto peso sobre os ganhos potenciais da produção agrícola. Um exemplo é o caso do terremoto de 2010, em que as perdas registradas na economia haitiana foram e continuam sendo enormes sobre o país. Conforme as estatísticas apresentadas pelo Instituto Haitiano de Estatística e da Informação (IHSI), a produção agrícola e o PIB estão apresentados na Tabela 01.

Tabela 01- Evolução do PIB e PIB agrícola entre 2000 e 2011

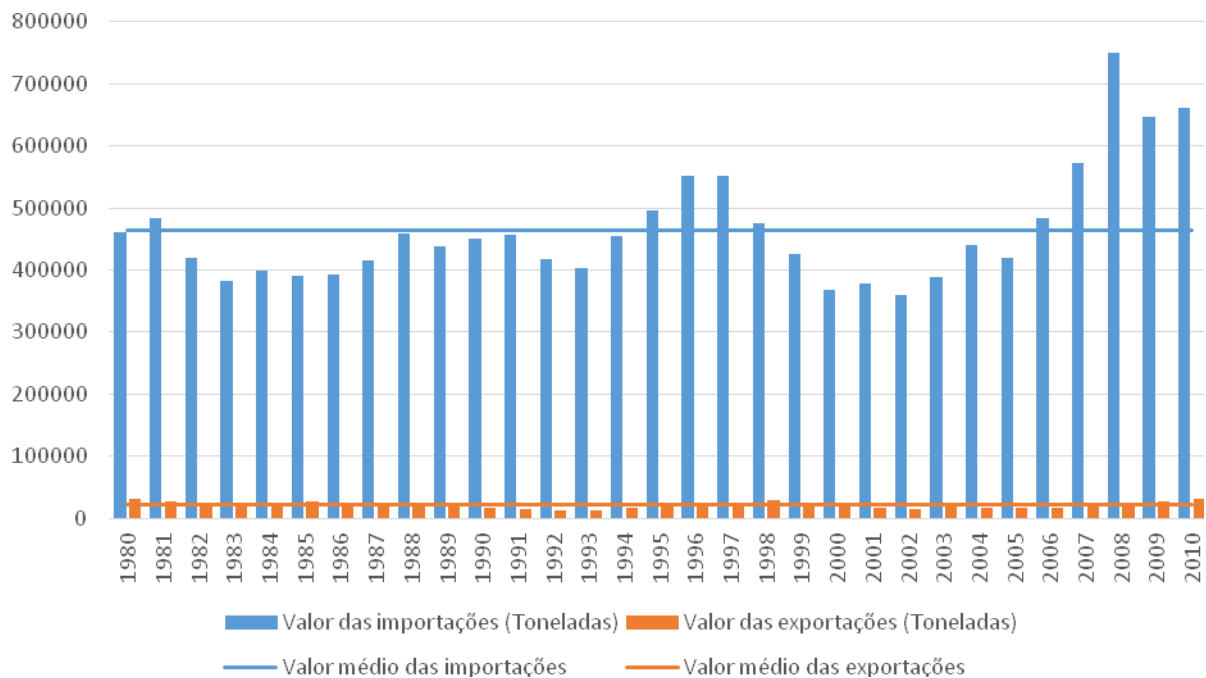
Anos	Taxa de crescimento do PIB Total em %	Taxa de crescimento do PIB Agrícola em %
2000	0,9	-3,6
2001	-1,0	0,9
2002	-0,3	-3,7
2003	0,4	0,2
2004	-3,5	-4,8
2005	1,8	2,6
2006	2,3	1,4
2007	3,3	2,3
2008	0,8	-7,5
2009	2,9	5,2
2010	-5,1	0,0
2011	6,0	-

Fonte: IHSI (2014).

A oferta limitada de produtos agrícolas faz com que o Haiti continue a ser um importador líquido de alimentos, visto que não pode atender as necessidades alimentares da população. Entre 2003 e 2005, a produção nacional representou, em média, 43,09% da oferta de alimentos, enquanto as importações de alimentos atingiram 50,58%. Em 1981 a participação das importações na oferta alimentar haitiana era menor de 19% (CNSA, 2011).

Em relação à inserção da produção agrícola no mercado, a reduzida escala de produção impede o acesso dos produtores agrícolas locais ao mercado internacional, causando um déficit no balanço comercial agrícola do país desde o início da década de 80, como pode ser visto na Figura 04.

Figura 04 - Evolução do valor das importações e exportações dos produtos agrícolas totais no Haiti entre 1980 e 2010



Fonte: O Autor, 2015 (a partir dos dados da FAO).

Em 1981, houve uma reforma fiscal com o objetivo de atrair capital para o país, esta reforma foi baseada na redução das tarifas de importação, como consequência da reforma houve um aumento do valor das importações de produtos em 5% de 1980 a 1981. E, posteriormente com a crise econômica causada pela instabilidade política, as importações permaneceram abaixo da média até 1994.

Entre 1995 e 1998, as importações apresentaram-se acima da média por causa do reestabelecimento das sanções econômicas impostas pelos Estados

Unidos. De 1999 a 2002, o Haiti passou por uma aguda crise política que afeta sua estabilidade, então voltou a apresentar tendência de redução das importações. Já no período de 2003 a 2010, a economia haitiana iniciou um processo de recuperação graças ao programa de estabilização introduzido pelo Governo. Pode-se concluir que, neste período houve o maior volume de produtos agrícolas importados pelo Haiti. Em toda a série, o valor médio das exportações dos produtos agrícolas totais nos últimos trinta anos apresentou-se relativamente constante, gerando um resultado negativo no balanço comercial agrícola em todo o período estudado.

3.2 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS NA AGRICULTURA HAITIANA

A análise das cadeias produtivas origina-se na escola francesa de economia industrial. Através da sua dinâmica produtiva, Morvan (1988) sistematizou estas ideias e identificou três pressupostos destacados a seguir:

1. A cadeia produtiva é uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico;
2. A cadeia produtiva é também um conjunto de relações comerciais e financeiras que determinam, entre todas as etapas de transformação, um fluxo de troca, posicionando de montante a jusante, entre fornecedores e clientes;
3. A cadeia produtiva é um conjunto de ações econômicas que servem para valorizar os fatores de produção e para articular as operações produtivas.

Já uma cadeia produtiva agrícola está centrada na transformação de um produto de base agrícola de forma total ou parcial e pode ser considerada como um sistema produtivo que favorece as relações de independência e, ainda permite identificar as relações de linearidade, de complementaridade e o caminho entre os diferentes estados de transformação.

De forma geral, uma cadeia de produção agroindustrial, pode ser segmentada, de jusante a montante, em três macros segmentos: comercialização, industrialização e produção (GEPAL, 1997). De forma que, uma cadeia agrícola deve ser considerada como “prioritária” na medida em que cumpre basicamente três

critérios: técnicos, econômicos e sociais e que necessariamente, seja capaz de perdurar e crescer ao longo do tempo.

No Haiti, por exemplo, baseado nas considerações iniciais (BID, 2005) identificou doze cadeias prioritárias para as quais os apoios públicos podem ter a maior eficiência em termos de desenvolvimento da economia rural. Entre os produtos mais promissores, pode-se citar: arroz, banana, feijões, legumes, sorgo, laticínios, galinhas e as cadeias de exportação café, cacau, manga, colheitas de raiz e os óleos essenciais de *vetiver* podem contribuir para a criação de riqueza.

MARNDR (2011), para identificar ou caracterizar o tipo de cadeia agrícola, pecuária ou alimentar, destacou as seguintes considerações analíticas para se considerar rentável uma cadeia produtiva, são elas:

- A importância relativa de produção;
- A contribuição para a segurança alimentar;
- O potencial de exportação;
- O valor adicionado da cadeia (alto, médio, baixo);
- A demanda do mercado.

A partir destas considerações foram identificadas onze cadeias agrícolas e alimentares pelo MARNDR. As cadeias são: café, arroz, batata doce, manga, hortaliças, banana, aves domésticas, feijões, cana de açúcar, pesca, inhame. Destas onze cadeias prioritárias, cinco foram selecionadas de acordo com a participação do valor bruto da produção e a exportação, são elas: café, arroz, manga, banana e cana de açúcar. Uma análise geral destas cadeias pode ser feita com base na Tabela 02, abaixo.

Tabela 02- Evolução da produção (em toneladas) das principais cadeias produtivas no Haiti entre 1980 e 2010

Decênios	Café*		Cana de açúcar*		Mangas*		Arroz		Bananas	
	Produção	índice	Produção	índice	Produção	índice	Produção	índice	Produção	índice
1980	42.900	100	3.000.000	100	326.000	100	119.710	100	290.000	100
1990	37.200	87	1.500.000	50	300.000	92	129.900	108,5	295.000	101,7
2000	30.000	70	800.000	27	250.000	77	130.000	108,6	257.674	89
2010	19.973	47	1.110.000	37	217.060	67	141.075	118	238.500	82

Fonte: O Autor, 2015 (a partir dos dados da FAO).

Nota: * Principais Produtos de Exportação. As exportações do café e mangas das exportações agrícolas foram, respectivamente 6% e 35% em 2012 (FINTRAC, 2013).

Observa-se que a cadeia produtiva do arroz foi a única cadeia que apresentou evolução positiva entre os decênios de 1980 e 2010. Com a produção tendo aumentado em 18%. Os destaques negativos ficam para cana de açúcar, com redução de 67% entre 1980 e 2010 e café, cuja produção diminuiu em 53% no período. Já nas outras cadeias produtivas observou-se evolução negativa em todos os decênios, exceto a cadeia de bananas que apresentou evolução positiva no decênio de 1990.

Cabe destacar que as cadeias produtivas desempenham um papel cada vez mais importante como fator explicativo da formação econômica e desenvolvimento regional. Este enfoque utiliza técnicas de produção apropriadas para tentar transformar os produtos primários, gerando alto valor para a sociedade. A escolha do mecanismo de transformação depende das características próprias de cada cadeia agroindustrial e satisfaz um critério de eficiência econômica. Desse modo, as inovações tecnológicas são fundamentais para reduzir os custos de produção. A caracterização de cadeias de produção agrícolas possibilita o desenvolvimento das indústrias agroalimentares.

Diante dessas informações limitadas acerca da caracterização das principais cadeias produtivas na agricultura haitiana, esta caracterização apresenta-se como uma forma de ampliar o conhecimento sobre essas cadeias.

3.2.1 A cadeia produtiva do café

O café é a cadeia de produção mais importante para o setor agrícola no Haiti e é considerado como o segundo produto de exportação mais importante no mercado internacional. O café é um dos principais geradores de postos de trabalho na agricultura nacional e gera renda para cerca 200 mil famílias, predominando pelos mini produtores. Mais do que 65% das famílias possuem menos de 2 hectares para as plantações de café (ANDAH, 2007).

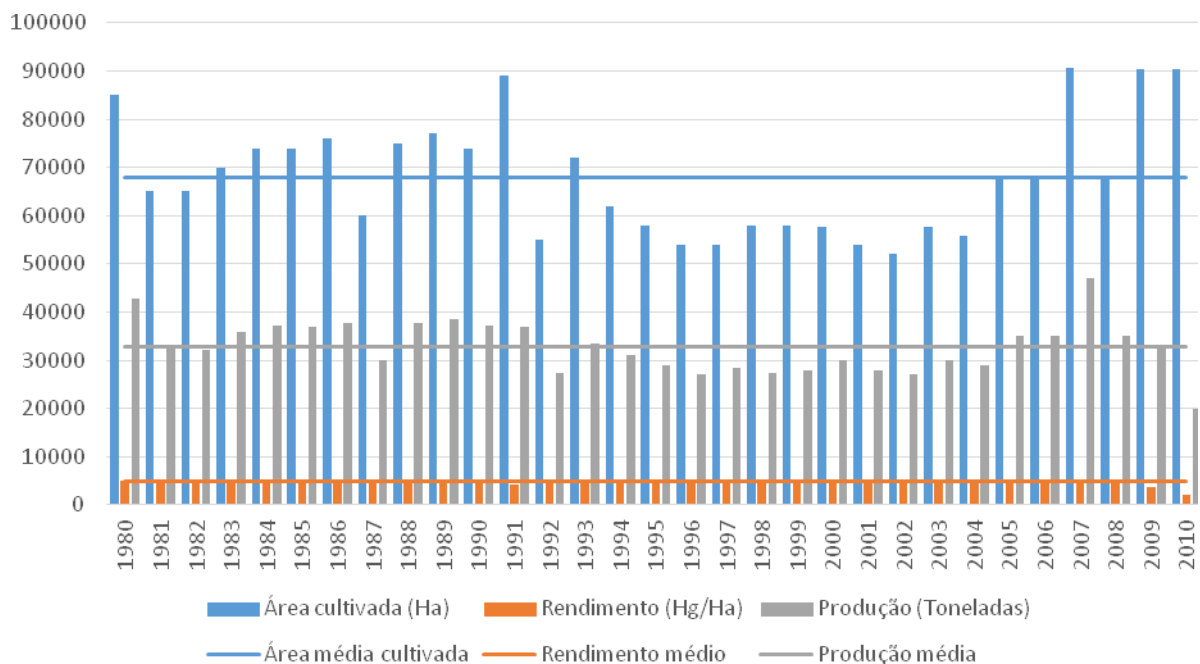
Em relação a questão ambiental, cafeicultura contribui para o desenvolvimento sustentável como fornecedora de serviços ambientais. O café representa 12,1% da cobertura florestal do país e possui uma capacidade de produzir em associação com as culturas alimentares em certos ecossistemas frágeis. Também se destaca que a cultura do café garante a preservação da diversidade. A cafeicultura haitiana é praticada em associação de culturas nas

montanhas úmidas e ocupa, atualmente, cerca de 90 mil hectares de terras, ou seja 3,6%.

Por longo tempo na história da economia haitiana, reconhece-se que o café é fonte imprescindível de receita para aumentar o produto nacional. A exportação do café representava 6% das exportações agrícolas em 2011 (FINTRAC, 2013). O café contribui para a economia nacional com uma receita de mais de US\$ 10 milhões por ano (INCAH, 2012) e 66% de sua produção anual são consumidas no mercado interno (MARNDR, 2011). O valor adicionado gerado a partir desta cadeia é baixa devido ao envelhecimento das propriedades.

Para impulsionar o crescimento da cadeia de produção de café, várias instituições que trabalham para a promoção e a valorização do café local, tais INCAH (*Institut Nacional du Café Haitien*) e as principais empresas que operam nesta cadeia, já contribuíram para obter um desempenho maior na sua estrutura produtiva.

Figura 05 - Evolução da área cultivada, rendimento e produção de café no Haiti entre 1980 e 2010



Fonte: O Autor, 2015 (a partir dos dados da FAO).

Pela Figura 05, vemos a evolução da área cultivada, o rendimento médio e a produção do café nos últimos 30 anos. Verifica-se que o período pode ser analisado em pelos menos três fases, no que se refere à produção. Entre 1980 e 1991, a

produção se encontra em torno ou acima da média (exceção de 1987), já entre 1992 e 2004, observa-se números abaixo da média (exceção de 1993), e, no período de 2005 a 2009, há um aumento na produção. Em 2007 ocorre seu maior valor, considerando os 30 anos de análise desta figura, em contrapartida, em 2010, nota-se o menor valor do período. A produção de café teve queda de 39% entre 1980 e 2010. De acordo com *Association National Des Agro Professionnels Haitiens* (ANDAH) em 2007, esta queda foi registrada desde mais de 50 anos e foi caracterizada pela falta de implicação do Estado no setor e pela falta de expectativa de ampliação da produção desta cadeia.

Um fato importante a ser observado é que comparando números da área cultivados dos anos 1991 e 2010 eles são próximos, entretanto, nesse último ano, houve uma produção muito menor, ampliando a área cultivada e clima favorável, ou seja, o rendimento, bastante baixa. Desta forma, o rendimento se comporta de maneira estável em quase todo o período, contudo, apresentando uma grande queda nos anos de 2009 e 2010.

3.2.2 A cadeia produtiva do arroz

A cadeia do arroz desempenha um papel fundamental na segurança alimentar. O sistema de produção de arroz do Haiti atende às necessidades de 8 milhões de consumidores. A contribuição do arroz na produção alimentar nacional foi 9% em 2012 (FINTRAC, 2013). A demanda anual, muito elevada, em 2010 foi estimada em 400 mil toneladas.

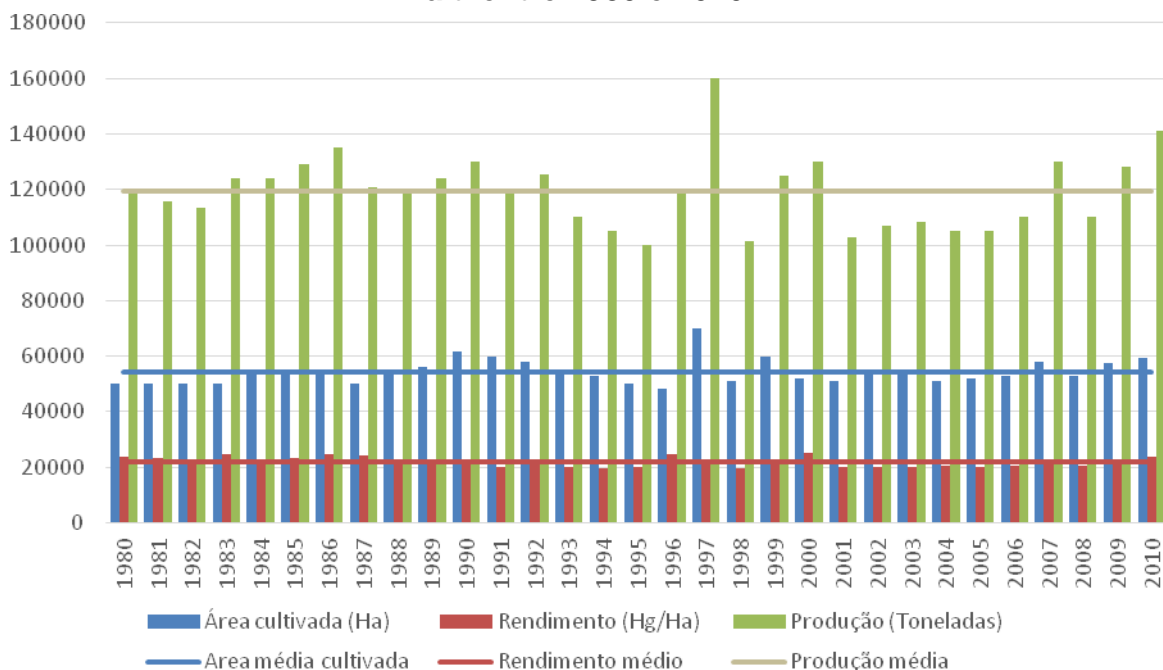
A cultura do arroz ocupa, anualmente, uma área total cultivada estimada em 62 mil hectares, realizando duas colheitas. A produção de arroz é praticada nas diversas zonas do país, mas o departamento de *Artibonite* é maior e mais importante na produção do arroz. Só uma parte desse departamento concentra cerca de 28 hectares, ou seja, 73% do total da área colhida. Duas grandes colheitas caracterizando, geralmente o sistema produtivo de arroz nas principais zonas de produção. O método de cultivo intensivo do arroz é praticado em lugares irrigados ao nível nacional.

Os produtores utilizam várias variedades de arroz, mas diferem muito umas das outras. As variedades atualmente mais cultivadas são: *TCS-10*, *M8*, *Malaika*, *Sheila*, *prosequisa* - atendem uma parte bem menor dos consumidores. A cadeia do

arroz apresenta um esquema organizacional formado pelos atores desde a distribuição de insumos agrícolas, nas unidades de produção, do processamento e distribuição dos produtos. Estes atores consideram o sistema de produção do arroz como fazendo parte de uma rede de agentes econômicos para aumentar sua integração ao mercado.

A problemática agroindustrial no Haiti faz com que a cadeia do arroz tenha pouca inserção ao mercado local. Segundo (CCIH, 2013), o sistema produtivo de arroz enfrenta problemas em toda a sua cadeia desde o processo de produção com a inexistência de máquinas e equipamentos adequados até a distribuição e comercialização ao consumidor final. Como foi apontado acima, essa cadeia representa cerca de 20% do consumo interno e o restante 80% é atendido pelas importações e pela ajuda alimentar advinda das organizações não governamentais que atuam na área de doações humanitárias. Entre 70 e 80% do arroz importado pelo Haiti originam dos Estados Unidos, com cerca de 360 mil toneladas ao preço corrente de US\$750 por tonelada/ano, que equivale a cerca de US\$ 270 milhões por ano.

Figura 06 - Evolução da área cultivada, rendimento e produção de arroz no Haiti entre 1980 e 2010



Fonte: O Autor, 2015 (a partir dos dados da FAO).

Na Figura 06, vemos que a área cultivada do arroz apresentou melhores resultados em 1990 e 1997. Em 1990, houve um aumento da área cultivada, seguido de redução gradual até 1996. Já o ano de 1997 apresentou o melhor resultado da série, aumento de 45% seguido de redução em 27% em 1998. Na série completa analisada, a área média cultivada de arroz nos últimos trinta anos permaneceu relativamente estável.

Quanto ao rendimento agrícola do arroz, na série completa analisada, a produtividade se mantém relativamente estável.

Quanto à produção, vemos que a produção do arroz entre 1980 e 1992 manteve-se relativamente estável. Entre 1992 e 1995 houve redução de 33%. Esta redução foi causada pelos conflitos políticos que deram lugar a quatro governos de transição neste período que afetaram a economia nacional. Os melhores resultados considerando os anos selecionados foi para os de 1997, 2000 e 2010. Destaca-se que entre os anos de 1997 e 2006 a produção de arroz permaneceu abaixo da média.

3.2.3 A Cadeia produtiva de manga

De acordo com os dados do Censo 2009, a área total ocupada com as principais culturas frutíferas no país é cerca de 101.569, 2 hectares. A área ocupada para a cultura da manga é de aproximadamente 4.400 hectares, representando cerca de 4% de participação da área de fruticultura. O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (2012) destaca que os principais pólos de produção de manga concentrados principalmente nos departamentos de *Artibonite* e *Hinche* do país, proporcionando boas condições do solo, hidrologia e comercialização à cultura frutífera. O Haiti produz mais de 100 variedades de mangas.

Diante dessa diversificação, a cultura da manga fornece serviços ambientais, principalmente na valorização dos recursos naturais e outra estrutura de retenção de águas. Assim, as plantações da fruticultura aumentam a frequência da chuva e inserem no solo os elementos minerais e químicos necessários ao desenvolvimento dos outros vegetais cultivados.

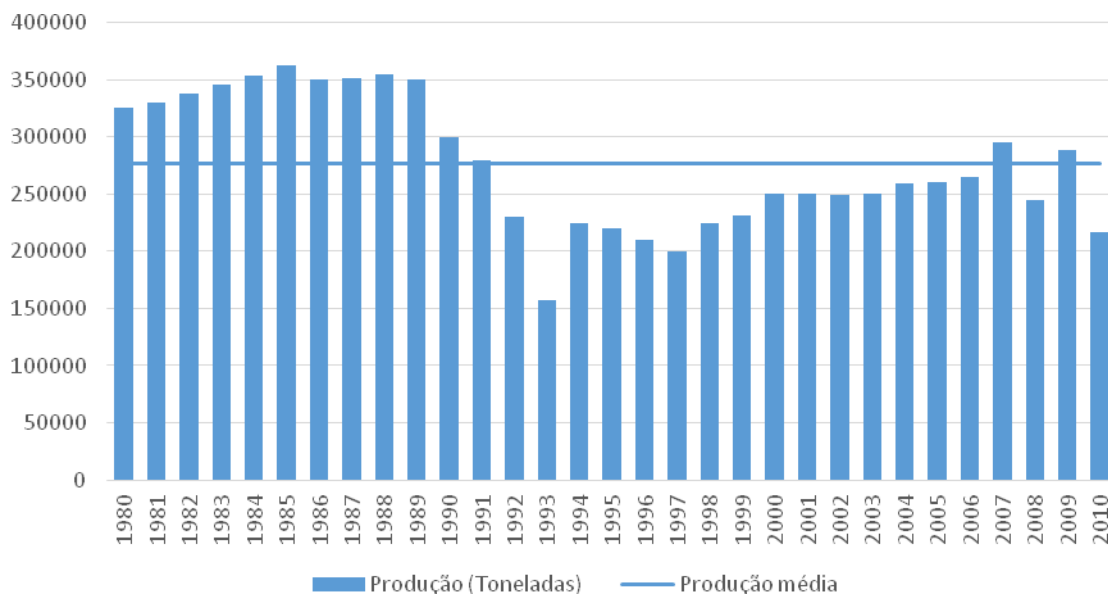
A cultura da manga reveste-se de especial importância econômica e social, visto que gera um grande volume de empregos. Esta cadeia proporciona mais de

500 mil empregos durante sua colheita (SYFAAH, 2012). De acordo com Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (2012), a mangicultura no Haiti tem destaque no cenário nacional não só pela contribuição da área reflorestada e do volume de produção, mas, sobretudo, pela qualidade da fruta produzida. A produção de manga varia entre 200 mil a 400 mil toneladas por ano.

Conforme dados divulgados pela *Chambre du Commerce et d'Industrie d'Haiti – CCIH* (2013), a manga ocupa um bom lugar no setor agrícola, de fato, de 2003 a 2007, sua contribuição para a economia nacional aumentou de US\$ 4,66 para US\$ 7,93 milhões, o que representa um aumento de 70%. De acordo com os dados de *Banque de la République d'Haiti – BRH* (2012), a manga é um dos produtos de exportação mais importante para a economia nacional por contribuir com uma receita superior a US\$ 10.000 milhões por ano. A exportação da manga representava 35% das exportações agrícolas em 2011 (FINTRAC, 2013).

Dessa forma, a cadeia de manga serve de atração e fomento de investimento em diversos aspectos e vem beneficiando todo o conjunto relacionado com o sistema produtivo. Nos 20 anos anteriores a 2010, US\$ 60 milhões foram investidos na cadeia de manga pelas organizações não governamentais – ONGs. A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento - CNUCED (2014) ressalta, sobre o efeito de diversos fatores como a falta de infraestrutura e de capacidade de processamento nos países produtores, muitas mangas potencialmente exportáveis não conseguem ser processadas e são perdidas cada ano. No caso do Haiti, principalmente a cadeia de manga tem uma baixa capacidade de processamento.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (2012) ressalta que a cadeia produtiva de manga conta com associação e instituição que trabalham para integrar a produção ao mercado internacional, através da difusão de exigências do consumidor, da logística do mercado e da estrutura de produção. Estas instituições de apoio do setor público são responsáveis pelo treinamento e capacitação da mão-de-obra, além da assistência técnica e pesquisa agrícola. O mesmo instituto identifica 40 associações só no departamento que estão trabalhando para melhorar a produção da manga e a comercialização da cadeia produtiva de manga. A gestão e a exportação de mangas são realizadas pela Associação Nacional de Exportadores de Mangas (ANEM)

Figura 07 - Evolução da produção de manga no Haiti entre 1980 a 2010

Fonte: O Autor, 2015 (a partir dos dados da FAO).

O período de 1980 a 1991 apresenta as maiores produções. A partir de então, é relativamente menor. De acordo com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (2012), a tendência às reduções de produção de manga no Haiti é causada pela pobreza crônica e cada vez pior, associada ao aumento da insegurança alimentar, induziram o desmatamento da fruticultura nos pólos de produção e na redução da área cultivada dessa cultura. É impossível analisar a área cultivada e a produtividade de manga pela falta de dados disponíveis sobre o período selecionado.

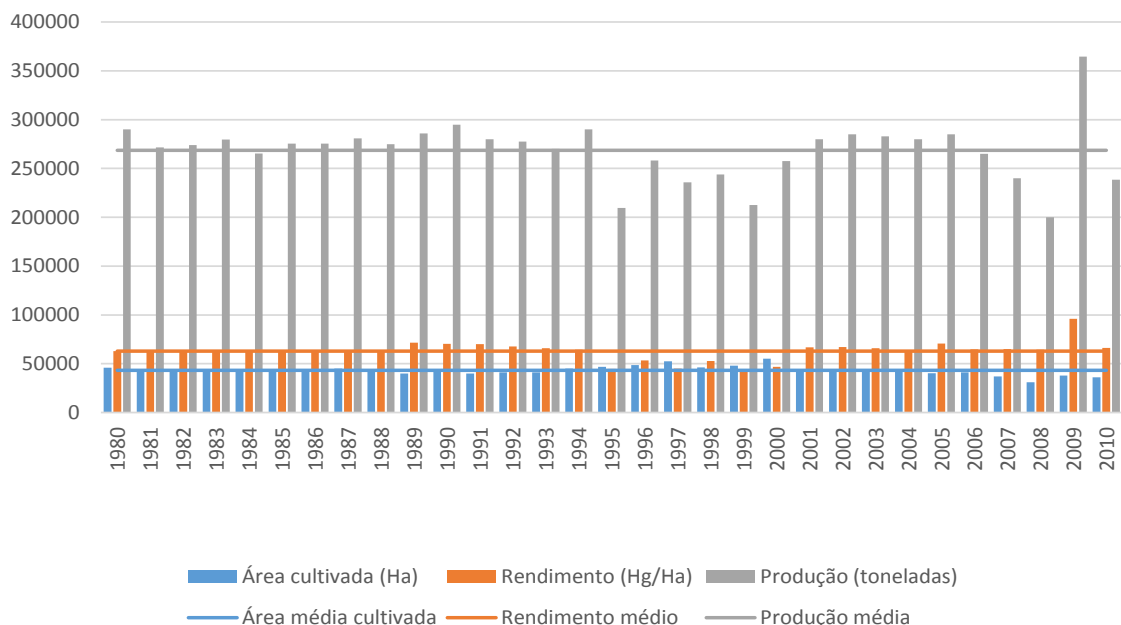
3.2.4 A Cadeia produtiva de banana

A produção das bananas é importante tanto no sistema de produção agrícola quanto na dieta alimentar haitiana. O consumo anual médio *per capita* estimado por ano é de 22 quilos, já em determinadas zonas produtivas o consumo anual excede 60 quilos (SANDRINE, 2005). A contribuição de bananas na produção alimentar nacional foi 11% em 2012 (FINTRAC, 2013). Segundo os dados estatísticos da Organização da Alimentação e Agricultura (FAO) a produção de banana atende a 40% da demanda local. A banana é um dos principais produtos alimentares mais aceito regionalmente por todas as famílias.

A produção de bananas é geralmente praticada em monocultura nas planícies irrigadas. A grande temporada de produção dura de março a outubro, com concentração de plantio no período março a maio. O IICA no seu relatório em 2012 *Haiti: Etude de la filière banane*, apontava que as áreas de produção de banana foram estimadas em 20 mil hectares com 50 mil propriedades produtoras no país. As plantações e as colheitas são realizadas durante todo o ano e concentrados nos segmentos de pequenos produtores, os quais apresentam um baixo nível de tecnificação. Quanto às condições climáticas é a presença dos ventos fortes de inverno, que causam queda nas bananeiras.

Em termos de comércio, grande parte da comercialização da banana é feita por meio de intermediários, que compram o produto de pequenos produtores, os quais não possuem condições para embalar a fruta. Os principais mercados destinados de banana são: restaurantes, hotéis, pequenos supermercados, etc. do país. O Haiti era um grande exportador de banana na década de 1940. No entanto, deixou de participar do mercado externo no ano de 2000 e a partir deste mesmo ano iniciou a importação da fruta de maneira informal com a República Dominicana oscilando entre 5 mil e 20 mil toneladas por ano.

Figura 08 - Evolução da área cultivada, rendimento e produção de bananas no Haiti entre 1980 e 2010



Fonte: O Autor, 2015 (a partir dos dados da FAO).

Na Figura 08, observa-se que a área cultivada se mantém praticamente estável, com exceção anos 2007 a 2010. Na série completa analisada, a área cultivada de bananas nos últimos trinta anos manteve em relativa estabilidade.

Quanto ao rendimento, observa-se que, não houve variações significativas no período de 1980 a 1994. Para o ano de 2009, o destaque nacional da produtividade é expressivo marca (36,45 t/ha), sendo 82% maior que a média anual.

Quanto à produção, vemos que a produção das bananas se manteve mais ou menos estável até 1994. Já no período entre 1995 e 2000 a produção apresentou expressiva redução, com destaque para os anos de 1995 e 1999. Nos anos finais da série houve recuperação da produção no ano de 2009, apresentou o melhor resultado da série.

3.2.5 A Cadeia produtiva da cana de açúcar

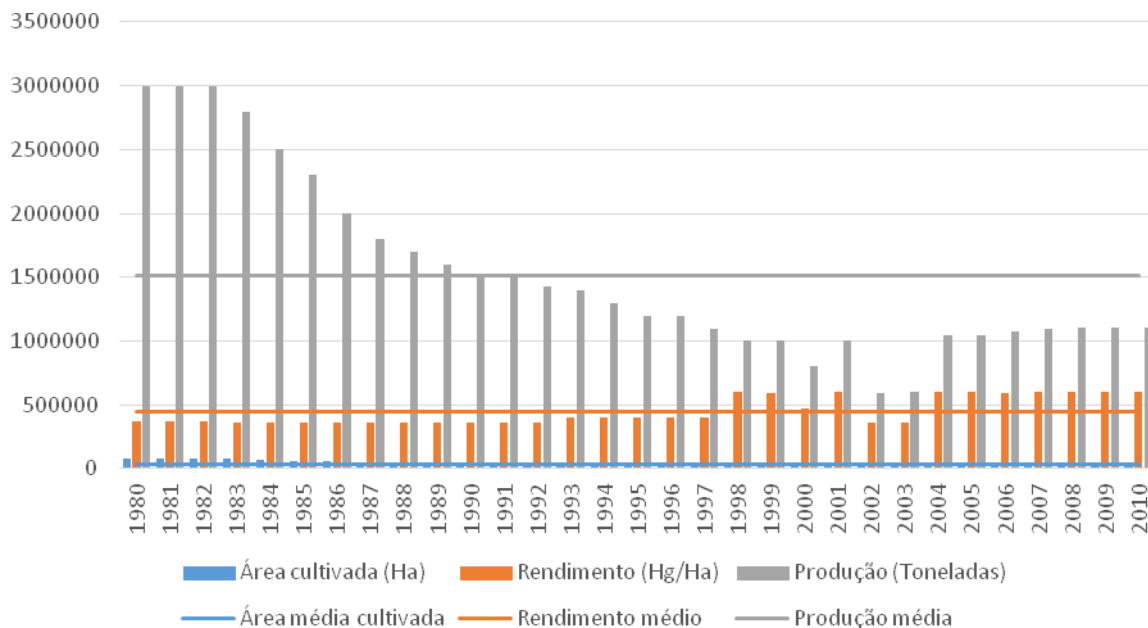
A cana de açúcar é um dos produtos agrícolas mais lucrativos da economia haitiana e representa uma importante fonte de mão de obra no meio rural. Vários milhares de habitantes vivem diretamente desta cultura. Os modelos de produção desta cultura no Haiti estão concentrados em pequenos produtores que são responsáveis pela ampliação da produção desta cultura. Sua produção é fortemente utilizada para os usos industriais e semi-industriais, assim, seus principais produtos agroindustriais são essencialmente (xarope de cana, cachaça, rum), que geram maior valor adicionado. O potencial de exportação dos produtos derivados e sua demanda interna é consideravelmente elevada. Também se destaca a contribuição da cana-de-açúcar para a redução da pobreza.

Apesar da importância econômica da cana-de-açúcar, as práticas desta cultura nos estabelecimentos são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. A cana de açúcar contribui para a valorização das terras nas ravinas (canais) geralmente encontradas nas planícies. A cultura de cana-de-açúcar é temporária e praticada nas montanhas semiúmidas. A área da cultura de cana-de-açúcar representa muito pouco em termos de ocupação do solo, em relação às áreas dedicadas à produção das outras cadeias. A área média cultivada de cana-de-açúcar é de aproximadamente 37 mil hectares, enquanto às áreas médias cultivadas do café, do arroz e das bananas são respectivamente 60 mil hectares, 54 mil

hectares e 43 mil hectares a partir do período entre 1980 e 2010, como pode ser observado na Figura 08.

Merece destaque *Ouest*, que produz maior quantidade de cana de açúcar das regiões do país. A maior concentração das áreas cultivadas e das usinas localizam-se num município *Léogâne*, próximo da Capital. Em 2010, com o terremoto mais do que a metade da produção do cultivo de cana-de-açúcar deste município foi destruída. A produção de cana-de-açúcar no Haiti decresceu de forma acelerada após a abertura comercial da economia, no início do ano 80, passando de 3 milhões de toneladas para 1 milhão em 2010 (observa-se a Figura 09 abaixo). Desta vez, esta queda abrupta principalmente causada pelo aumento contínuo das importações de etanol da Republica Dominicana para Haiti.

Figura 09 - Evolução da produção de cana de açúcar no Haiti entre 1980 e 2010



Fonte: O Autor, 2015 (a partir dos dados da FAO).

Essa redução decorrente do aumento da demanda interna do etanol importado vendido com baixo preço em relação aos produtos locais causou a perda de produção de aproximadamente 67% de 1980 e 2010. Quanto à área cultivada, observa-se que a área cultivada total não permaneceu constante, a terra passou a ser usada menos extensamente, na medida em que ela era substituída por outras culturas.

No próximo capítulo, veremos algumas dessas cadeias, mais especificamente, aquelas que formam os principais produtos de subsistência, apresentando uma contribuição maior para a agricultura familiar que torna essas cadeias mais importantes frente às demais.

4 AGRICULTURA FAMILIAR COMO FORMA DE PRODUÇÃO DOMINANTE NA AGRICULTURA HAITIANA

A agricultura familiar é a principal forma social de produção no Haiti. Com isso, cabe inicialmente precisar conceitualmente esta categoria. Os debates e estudos sobre os conceitos de agricultura familiar ganharam importância a partir da década de 70, principalmente nos países desenvolvidos no intuito de buscar o entendimento e a perspectiva do campesinato no meio rural. A concepção da agricultura familiar está em oposição ao conceito de camponês devido as diferentes formas de organização da produção e a inserção no mercado. A agricultura familiar surge como uma nova categoria social no espaço rural conjuntamente à sociedade moderna. Desta forma, torna-se extremamente importante tentar compreender as várias definições e de interpretações da agricultura familiar, com abordagens econômicas, sociais e sociológicas. Posteriormente é direcionada para a realidade haitiana.

Segundo Bertrand (2014), agricultura familiar se define como a unidade de produção agrícola onde estabelecimento e trabalho estão intimamente relacionados com a família. Para Lamarche (1993; 1998), a agricultura familiar é uma unidade em que a propriedade, o trabalho e a gestão estão intimamente ligados à família, gerando formas e representações complexas acerca de seu universo socioeconômico, ecológico e cultural.

Pedroso (2014) aponta que a agricultura familiar se refere ao vasto conjunto de pequenos produtores rurais, aqueles estabelecimentos que detêm menores áreas e comandam recursos escassos de equipamentos, terra e capital. Na mesma linha, FAO (2004) afirma que a agricultura familiar consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril, e aquícola que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente depende da mão de obra familiar, tanto de mulher quanto de homem.

Para a FAO (2004), a agricultura familiar inclui todas as atividades agrícolas de base familiar e está ligada a diversas áreas do desenvolvimento rural. Destaca-se a importância da agricultura familiar e sua contribuição para o desenvolvimento rural. Neste sentido, há vários eventos e atividades que estão sendo promovidas para destacar a relevância da agricultura familiar, especialmente no que concerne o seu papel no desenvolvimento rural e na segurança e soberania alimentar. Por exemplo,

o ano de 2014 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Agricultura Familiar.

Segundo Dantas (2009), as práticas familiares nos estabelecimentos são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para a redução da pobreza, por isso, a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento de várias formas, como atividade econômica, de subsistência e fornecedora de serviços ambientais. Na perspectiva neomarxista, Jean(1994) afirma que a agricultura familiar tem sido capaz de gerar uma curiosa capacidade de manter-se e reproduzir-se ao longo das gerações. Para o autor, a agricultura familiar é produto de próprio desenvolvimento da economia agrícola moderna.

A agricultura familiar procura a sobrevivência dos membros da família (CHAYANOV,1974). Através de produção de subsistência⁶, a agricultura familiar está aqui associada à geração de renda suficiente para manter, subsistir (MOREIRA, 1999). Assim, os agricultores criam incessantemente as condições de subsistência e os meios de produção.

Além disso, nos estudos sobre o crescimento e a distribuição da renda, a agricultura familiar permite uma boa distribuição da renda dentro das famílias rurais. A agricultura familiar é a melhor atividade geradora de renda e contribui fundamentalmente para o desenvolvimento rural. Embora os agricultores e a população estejam atualmente diversificando para outras atividades, é provável que a agricultura familiar mantenha uma importância central para a renda e os meios de existência no futuro próximo (FAFCHAMPS, 1992).

Na visão de Schneider (2003), a agricultura familiar cumpre uma nova função de acessória e de complementariedade às grandes indústrias. Esta função, na perspectiva de Kaustsky (1980) pode ser efetuada pelo (1) trabalho agrícola assalariado; (2) indústria domiciliar rural, reduzindo os custos de produção e a remuneração da mão de obra; (3) instalação de indústrias nas zonas rurais trazendo

⁶ A noção de subsistência tem sido utilizada indistintamente com diversos significados. Subsistência às vezes aparece como um *setor* da sociedade que produz alimentos para o conjunto social. Neste contexto, fala-se da importância dominante da pequena produção familiar, mesmo quando se reconhece a presença da grande produção de alimentos. Às vezes, aparece como uma produção que mantém um nível de vida de subsistência, algo associado à noção de salário de subsistência. Esta formulação pode se aplicar mesmo nos casos de plena mercantilização da reprodução camponesa. Aparece ainda como uma produção de subsistência para autoconsumo, onde pressupõe-se uma autonomia quase absoluta do campesinato frente a sociedade. (MOREIRA,1999).

inovações técnicas, informações e comunicações e serviços que atendem as necessidades dos agricultores familiares.

Para Lamarche (1993), as transformações econômicas e sociais da agricultura estão centradas essencialmente nos estabelecimentos familiares e que a industrialização da agricultura é constituída em bases de uma força de trabalho e de capital essencialmente familiares, porque só uma forma de produção como a fazenda familiar na qual não leva em conta nem o esforço, nem o tempo, foi capaz de aceitar, de suportar um tal excesso de trabalho.

O autor enfatiza no fato que a agricultura familiar favorece tanto materialmente quanto pela ética inculcada a conservação e a transmissão do capital econômico. Nessa mesma linha, Lagrave (1987 b) aponta que cultivar << o espírito familiar >> não é apenas um apego para os agricultores aos valores familiares, mas também é uma prática de mobilização e de estratégias de transmissão que visam a garantir a segurança econômica e simbólica. A respeito disso, trata-se, neste caso, de uma instrumentalização da família (SALITOT, 1977).

Desta forma, a agricultura familiar é responsável pela transmissão e conservação de valores e costumes na sociedade. Para Mendras (1978) e Wanderley (2001), os agricultores familiares são portadores de uma tradição camponesa, dotados de cultura que se constroem historicamente no decorrer do tempo que se tornam um aprendizado e conhecimentos para as futuras gerações.

Conforme salientado anteriormente, o setor agrícola do Haiti é caracterizado por uma larga predominância de agricultura familiar em propriedades de pequeno tamanho, muitas vezes, com menos de 1 hectare por família. Nos últimos 20 anos, o Governo do Haiti fez da agricultura familiar um dos pilares de crescimento e da redução da pobreza nas zonas rurais do país. O MARNDR (2011) aponta que agricultura familiar desempenha um papel fundamental na economia haitiana, representando 66% de emprego nas zonas rurais, e 75% de emprego para as famílias das rendas mais baixas. As estatísticas do Censo Geral da Agricultura em 2009 mostram que, dos 1.018.951 estabelecimentos registrados no país, aproximadamente 98% dos estabelecimentos são definidos como familiares, significando que são administrados por membros da família proprietários.

Entende-se que a agricultura familiar é um motor da atividade econômica e um ponto central na redução da pobreza rural. No Haiti, a pobreza é um fenômeno preocupante, 78% da população vive abaixo da linha de pobreza absoluta (UNICEF,

2015). A pobreza extrema é mais frequente no meio rural onde 88% das pessoas vivem abaixo da linha de pobreza (IHSI, 2014).

Em determinadas regiões do país, de acordo com níveis de produção e de renda bruta gerada pela agricultura familiar, as áreas de culturas são classificadas como muitas pequenas, pequenas e médias. Não se observa a agricultura familiar de larga escala como o caso de Brasil que poderia contribuir mais para a segurança alimentar.

Conforme aos dados estatísticos do Censo 2009, no interior dos estabelecimentos, a agricultura familiar apresenta um sistema de produção que favorece as culturas temporárias e permanentes e as associações de culturas e a monocultura nos diferentes tipos de zonas-agroecológicas. Os departamentos foram apresentados conforme o quadro a seguir.

Quadro 01- As zonas-agroecológicas e as principais culturas nos estabelecimentos familiares por departamento

Departamento	Zonas-agro-ecológicas	Culturas
Ouest	Planícies irrigadas	Bananas (principal cultura) milho, cana de açúcar
	Planícies úmidas	Os produtos hortícolas
	Montanhas úmidas	
Sud'Este	Montanhas úmidas	Café, feijão, banana e inhame
	Planície irrigada	Bananas
	Planícies e Montanhas áridas	Milho, ervilha de pombo, mandioca
	Planície árida	Sisal
Sud	Planícies secas	Sorgo, milho e mandioca
	Planícies úmidas	Milho, feijão, arroz, legumes
	Planícies irrigadas	Milho, feijão, arroz, legumes
	Montanhas úmidas	Café, feijão e bananas
	Costas áridas	Sorgo, amendoim
	Costas úmidas	Feijão, milho, bananas
Artibonite	Costas áridas	Sorgo e mandioca
	Montanhas áridas	Sorgo e mandioca
	Planícies irrigadas	Arroz, legumes, feijão, bananas, milho
	Planícies úmidas	Bananas, milho e frutas
	Montanhas úmidas	Café, feijão, inhame, bananas
	Planícies áridas	Painço e ervilha de pombo
Centre	Planícies úmidas e irrigadas	Milho, feijão, batatas doces
	Planícies secas	Milho, batata, ervilha e mandioca
	Montanhas semiúmidas	Milho, sorgo, ervilha, cana de açúcar, amendoim e mandioca
	Montanhas muito úmidas	Café, milho, feijão e inhame
	Montanhas secas	Milho, sorgo, ervilha de pombo
Grand'Anse	Montanhas muito úmidas	Café (dominante), feijão, inhame
	Montanhas úmidas	Café, feijão, inhame
	Montanhas semiúmidas	Milho, feijão
	Planícies semiúmidas	Bananas, milho, mandioca, frutas
	Planícies secas	Amendoim, milho, ervilha de angola
Nippes	Montanhas úmidas	Feijão, milho, café, bananas e tubérculos
	Planícies irrigadas	Milho, arroz, bananas
	Montanhas secas	Sorgo
	Planícies secas	Milho, sorgo, ervilha de pombo
Nord	Zonas de planícies	Arroz, bananas, feijão, mandioca, batatas doces, milho
	Montanhas úmidas	Café, cacau, inhame, bananas, feijão
	Montanhas secas	Sorgo, milho, ervilha de pombo
Nord'Est	Planícies secas	Milho, ervilha de angola, quiabo e tubérculos
	Planícies úmidas	Arroz, feijão, bananas
	Montanhas úmidas	Café, inhame, feijão
	Montanhas semiúmidas	Bananas, cana de açúcar, milho e tubérculos
Nord'Ouest	Planícies áridas	Sorgo
	Montanhas áridas	Amendoim, sorgo
	Montanhas úmidas	Tubérculos, milho, feijão, bananas, café
	Planícies irrigadas	Bananas (cultura principal)

Fonte: Relatório Missão FAO/PAM para a avaliação da colheita e disponibilidade de alimentos no Haiti, oct. 2004

Ainda conforme os dados do Censo 2009 do Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (MARNDR) e da Câmara de Comércio

e Industria de Haiti (CCIH) vale destacar 03 departamentos do país pelas suas características socioeconômicas: Ouest, Artibonite e Centre.

O departamento do *Ouest* se estende por uma área de aproximadamente 4.826,5 km² com uma percentagem de 67% de urbanização e contém a maior concentração da população, ou seja, 37,9% da população total. A representatividade populacional é justificada pela posição estratégica e geográfica do departamento, pois, o departamento se posiciona como centro político, social e econômico e se localiza na capital do país. Este departamento representa 21,3% do total dos estabelecimentos. Seus principais produtos são: a cana de açúcar e os diferentes tipos de bananas.

Já o departamento do *Artibonite* é o maior em termos de território, se estende por uma área de aproximadamente 4.980 km² e representa 16,1% do total dos estabelecimentos, com 53% de sua capacidade produtiva irrigadas. Este departamento é responsável por 75% da produção do arroz do país, sendo que o arroz é a principal cultura.

O departamento do *Centre* possui uma área de 3.675 km² e representa 12,3% do total dos estabelecimentos. A agricultura familiar desempenha um papel vital nas esferas econômica e social. Este departamento emprega cerca de 80% da força de trabalho local. De fato, o potencial da agricultura familiar é caracterizado pela abundância dos recursos naturais hídricos e da qualidade do solo. Sua principal cultura é o milho.

Os sistemas de produção predominantes no Haiti são tradicionais. Os agricultores familiares são geralmente localizados em zonas rurais que não contam com infraestrutura básica necessária para incentivar a produção. MARNDR (2011) aponta algumas características dos sistemas produtivos da agricultura familiar nos departamentos do país:

- Alta intensidade de mão de obra
- Um baixo nível de investimento em insumos agrícolas
- Um baixo nível de rendimento agrícola
- Um baixo nível de rendimento agrônômico
- Um baixo nível da renda agrícola
- A integração da agricultura e pecuária
- Um nível elevado de consumo

O sistema de cultivo tradicional é a origem destes elementos já mencionados. As formas e a prática dos sistemas de produção agrícola familiar variam de acordo com as zonas agroecológicas, bem como as diferentes culturas nos diferentes departamentos. Existem certas características-chaves próprias à agricultura familiar, relacionadas especificamente entre a estrutura produtiva e a composição das famílias. Esta relação influencia fortemente sobre as formas como as decisões são tomadas quanto à escolha de culturas, a organização da mão de obra familiar e sua repartição para as diferentes tarefas e a gestão dos estabelecimentos.

A Tabela 03 mostra as áreas ocupadas com a produção dos grandes grupos, com destaque para a produção de cereais, que ocupa 42,78% da área total utilizada com agricultura no país. Estes representam as culturas de subsistência mais importantes, atendendo as necessidades alimentares das famílias. Na sequência, destacam-se as áreas com feijões (29,76%) e hortaliças (20,17%).

Tabela 03 - Áreas dos grandes grupos de ocupações do solo

Grupos de culturas	Área (ha)	Proporção
Cereais	595.731,5	42,78
Feijões	414.454,8	29,76
Hortaliças	280.938,1	20,17
Frutas	101.569,2	7,29

Fonte: MARNDR (2009).

Em relação à evolução dos estabelecimentos, a Tabela 04, mostra que há expansão da área agrícola familiar cultivada, apesar de um aumento da migração interna da população rural para áreas urbanas. Esta expansão está associada também com a dinâmica populacional do país, pois o aumento da urbanização, a redução da mortalidade e o aumento da expectativa de vida ao nascer (que passou de 54 anos em 1990 para 64 anos em 2011), exercem pressão sobre a oferta de alimentos, fazendo com que a área agrícola, especialmente a familiar, tenha se expandido na última década.

A população rural diminuiu de 79% da população total em 1980 para 48% em 2010 (BM, 2008). Da mesma forma, a população urbana aumentou de 31,4% em 1990 para 51,9% em 2013 (PNUD, 2013).

Apesar do aumento contínuo da população, a taxa de crescimento total passou de 1,95% no início dos anos 1980 para 1,58% entre 2005 e 2010. Apesar da redução da taxa de crescimento populacional estima-se que a população irá continuar crescendo significativamente no médio prazo, dado que, a estrutura populacional é de 41% de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos.

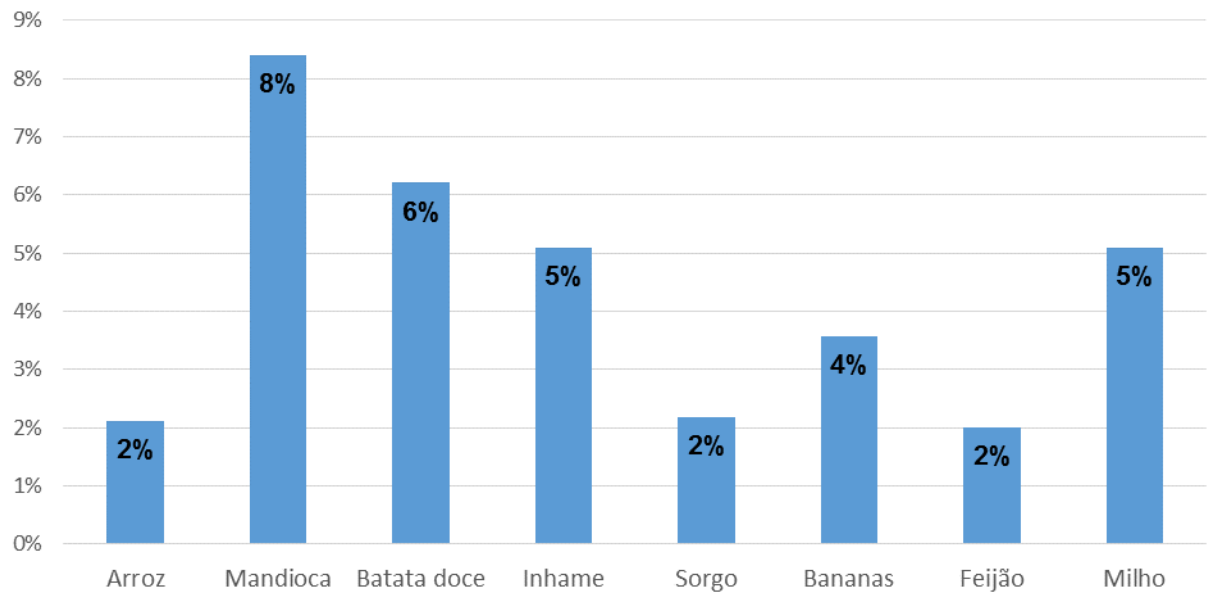
Tabela 04 – Evolução dos estabelecimentos agrícolas nas décadas de 1980 e 2010

Período	% Área total cultivável	% Área agrícola familiar cultivada
1980	28,30	56,9
1990	28,30	56,7
2000	32,65	60,1
2010	36,28	66,5

Fonte: O Autor, 2015 (com base nos dados do Banco Mundial e Censo 2009).

Os principais produtos de subsistência da Agricultura Familiar no Haiti são mostrados na Figura 08. Destacam-se especialmente a produção de mandioca (8% do Valor Bruto da Produção do país), batata doce (6%), Inhame e milho (ambos com 5%). Esses principais produtos de subsistência representam apenas 38% da área total e os estabelecimentos familiares são responsáveis por 35% de toda a produção nacional. Note-se que as áreas dos estabelecimentos familiares são muito pequenas e destinadas para a produção de subsistência, o que contribui para a segurança alimentar. Vale salientar nesse quesito principalmente os tubérculos, que são produtos consumidos em grande parte nas zonas rurais e que têm um peso significativo no valor bruto da produção nacional.

Figura 10 - Participação no VBP de produtos de subsistência selecionados produzido nos estabelecimentos familiares em 2010



Fonte: O Autor, 2015 (a partir de dados da FAO, 2010)

4.1 REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR HAITIANA

O termo da reprodução social foi introduzido nas ciências sociais principalmente com o objetivo de se estudar a manutenção e a permanência do patrimônio familiar. A perspectiva de análise neste trabalho se concentra nos elementos constitutivos da agricultura familiar e na sua reprodução social. Os agricultores familiares reproduzem sua posição no espaço social. A família é a unidade onde se engendram as reproduções (BOURDIEU, 1994), e para compreender a perspectiva da reprodução social, tem de construir um quadro do sistema de estratégias de reprodução (BOURDIEU, 1994).

Nas estratégias de investimento biológico, as mais importantes são as estratégias de fecundidade e as estratégias profiláticas. As primeiras são das estratégias de longo prazo, que são responsáveis pelo futuro do grupo e visam a aumentar ou reduzir o número de filhos. Estas ligadas à reprodução biológica.

Já as estratégias profiláticas são destinadas a preservar o patrimônio biológico por cuidados contínuos para manter a saúde. Estas ligadas ao conjunto de meios médicos usados para prevenir o surgimento, o agravamento ou a extensão da doença. As estratégias de sucessão visam a assegurar a transmissão dos patrimônios familiares específicos entre as gerações, com mínimo de desperdício.

As estratégias matrimoniais controlam as formas de reprodução biológica do grupo, para que esta não ameace sua reprodução social. As estratégias educativas cujas estratégias escolares das famílias ou das crianças escolarizados são um caso especial, são as estratégias de investimento de longo prazo. Elas tendem a formar os agentes sociais dignos e capazes de receber a herança do grupo.

As estratégias de investimento econômico em sentido amplo são orientadas para a perpetuação ou aumento do capital em suas diferentes espécies. Tem de acrescentar as estratégias de investimento social em sentido estrito, orientadas para a instauração ou a manutenção de relações sociais. As estratégias de investimento simbólico são ações orientadas para preservar e aumentar o capital de reconhecimento, promovendo a reprodução e a percepção da apreciação mais favorável entre os grupos sociais.

Para os objetivos propostos neste trabalho, a manutenção e a permanência (reprodução) da agricultura familiar haitiana é estudada, especificamente a partir das estratégias de investimento econômico, social e simbólico. Nesse sentido, a análise está concentrada nas formas de organização do trabalho e da produção dos agricultores familiares, notadamente em suas estratégias de diversificação/especialização, de organização do trabalho, de uso de mão de obra, de uso de tecnologias e acesso a mercados.

4.1.1 Estratégias de especialização e diversificação

Conforme apontado anteriormente, os agricultores familiares enfrentam as restrições microeconômicas e as condições macroeconômicas. Diante destas condições, os agricultores familiares tentam diversificar os sistemas de produção. Quando maior a diversificação das culturas nos estabelecimentos, menores os riscos a que os pequenos produtores rurais se expõem. À medida que os agricultores reduzem os riscos, aumentam suas chances de manutenção enquanto agricultores familiares, de aumentar sua participação nos mercados, de consolidar sua identidade de "agricultor". Em outras palavras, de reprodução.

Nesse aspecto, para se analisar as estratégias de reprodução familiares haitianas foi importante utilizar um indicador de especialização/diversificação que leva em consideração os principais produtos produzidos pela agricultura familiar.

Este é um indicador que, na perspectiva produtiva, mede o grau de concentração da produção entre um determinado conjunto de produtos principais.

Para o cálculo da análise de grau de especialização foram utilizados os dados dos relatórios do MARNDR (2011) e a FAO (2004). Estas informações foram coletadas para o país para os seis grupos de produtos principais que contribuem para a segurança alimentar.

Os dados permitem calcular tanto o grau de especialização quanto o grau de integração ao mercado dos agricultores familiares. Calculou-se o Grau de Especialização como a relação percentual entre o valor da produção do produto principal e o Valor Bruto da Produção (VBP) do estabelecimento, nos termos indicados no Quadro 02, abaixo. Destaca-se que estabelecimentos “super especializados” são aqueles onde 100% do VBP é dado pelo produto principal. Já os “especializados” são aqueles em que o produto principal representa mais de 65% do VBP. Percentuais abaixo disso indicam que o estabelecimento seria “diversificado”, conforme aponta a metodologia de Guanzirolli et al. (2001).

O Grau de Integração ao Mercado, que será analisado adiante, é calculado de forma semelhante. Indica o percentual da produção vendida em relação ao total da produção do estabelecimento, medido pela relação percentual entre o valor da produção vendida e o valor total da produção (VBP) do estabelecimento. Os parâmetros utilizados para a classificação são mostrados também no Quadro 02.

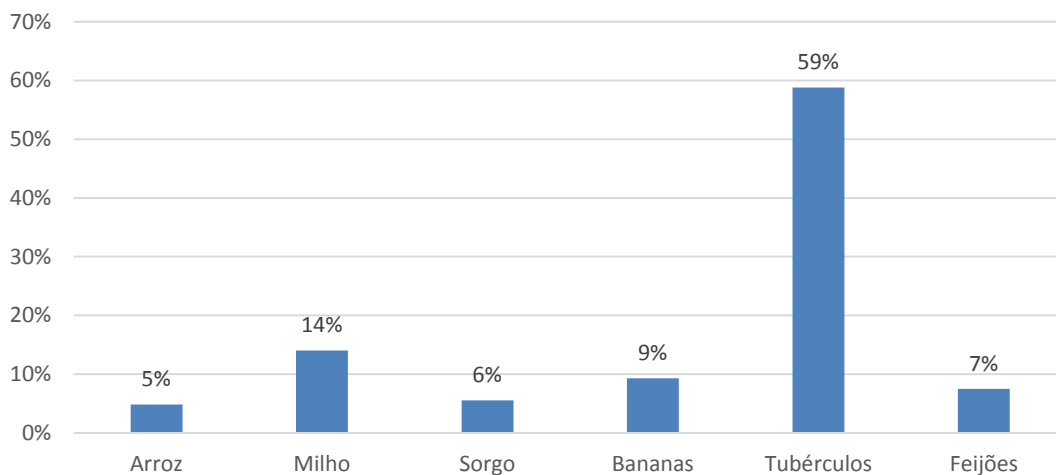
Quadro 02 - Grau de Integração e especialização do estabelecimento

Especialização = % Valor da produção do produto principal/ VBP		
Super especializado	→	PERC PROD = 100%
Especializado	→	65% ≤ PERCPROD < 100%
Diversificado	→	35% ≤ PERCPROD < 65%
Muito diversificado	→	PERCPROD < 35%
Integração = % Valor da Produção Vendida/VBP		
Muito integrado ao Mercado	→	PERCVEND ≥ 90%
Integrado ao Mercado	→	50% ≤ PERCVEND < 90%
Pouco integrado ao Mercado	→	PERCVEND < 50%

Fonte: Guanzirolli et al. (2001).

A análise do grau de especialização/diversificação confirma que os agricultores familiares adotam a estratégia de diversificação em graus e produtos variados. Quase 59% dos estabelecimentos foram classificados como “diversificado” com a produção de tubérculos (batata doce, mandioca, inhame, etc.) como o principal produto do estabelecimento. Outros 14% eram “muito diversificado” tendo a produção de milho como principal produto, 9% eram “muito diversificado” com a produção de bananas, 7% eram “muito diversificado” com a produção de feijões, 6% eram “muito diversificado” na produção de sorgo e 5% eram “muito diversificado” na produção de arroz.

Figura 11 - Grau de Especialização dos Estabelecimentos Familiares no Haiti – Principais produtos de subsistência, 2011



Fonte: O Autor, 2015 (com base dos dados do MARNDR, 2011).

Por departamento, segundo os dados de MARNDR e a FAO, o milho é produzido nos dez departamentos do país, mas os principais departamentos que produzem a maior parte de milho são o *Sud*, *Artibonite* e *Nord*. Quanto ao arroz, 60% do total é produzido no departamento *Artibonite*. Sorgo é produzido nos três principais departamentos que são *Nippes*, *Centre* e *Artibonite*. Os tubérculos são produzidos nos principais departamentos *Grand’Anse*, *Nord* e *Nord’Ouest*. Os feijões são produzidos majoritariamente nos departamentos do *Centre*, *Sud’Est* e *Nord’Est* e as bananas produzidas em grande parte nos departamentos *Ouest* e *Nord’Ouest*.

Observa-se que o sistema de produção da agricultura familiar haitiano se tem caracterizado por um processo de diversificação. Esse processo é determinado principalmente pelo tamanho pequeno dos estabelecimentos. No Haiti, através dos

departamentos, confirma-se em grande parte a hipótese de Goldschmidt, explicada por Peters (2002), segundo a qual regiões de agricultura familiar, de forma geral, formadas por pequenos estabelecimentos rurais se caracterizam pela maior diversificação do sistema produtivo. A partir desta observação, pode-se afirmar que existe uma relação bem definida entre o tamanho dos estabelecimentos e a estratégia de reprodução.

No Haiti, a estratégia de diversificação do sistema de produção da agricultura familiar está relacionada, em grande parte, ao tamanho dos estabelecimentos, e não diretamente ao volume de produção. Na medida em que os agricultores familiares exploram estabelecimentos com menor tamanho, o sistema produtivo se torna mais diversificado.

4.1.2 Formas da organização do trabalho na agricultura familiar haitiana

A incerteza da produção e dos fatores observáveis e não observáveis que dificultam o processo produtivo das práticas agrícolas, tornam-se fundamentais e permitem aos agricultores familiares procurar as formas de organização da produção e do trabalho. Muitas vezes, os agricultores familiares se distinguem com relação à forma de agrupar-se. Nas zonas rurais haitianas, a agricultura familiar apresenta os seguintes esquemas organizacionais:

- a) As associações formais de produtores: O MARNDR designa Organizações Profissionais Agrícolas (OPA) das associações de pequenos agricultores. Essas associações têm instrumentos jurídicos legais de seu funcionamento e manifestam a vontade de contribuir para reforçar o seu papel na economia nacional e na defesa dos seus interesses.

Este grupo é mais capaz de participar de programas de políticas públicas como: formação e assistência técnica, acesso ao crédito e financiamentos da esfera agrícola. Um grupo organizado é capaz de exercer pressão sobre o governo com o objetivo de fomentar o crescimento agrícola mediante políticas agrícolas eficientes. Estes grupos formais de produtores são formados por profissionais e universitários das atividades agrícolas e estão mais presentes na produção de arroz, manga, aves e batata doce.

- b) As associações informais de produtores: essa associação possui menor tamanho em relação ao grupo formal, e possui informações e conhecimentos que limitam sua escolha, pois isso, mesmo quando acessam as informações não conseguem torná-las úteis ao setor. As associações informais são formadas por grupos reduzidos de agricultores de 2 a 10 pessoas, de acordo com as comunidades e com as convivências sociais.

- c) Trabalho individual: são agricultores não envolvidos nas ações coletivas, muitas vezes por não se encaixarem no esquema organizacional das associações, pelas seguintes razões: acesso limitado, questões religiosas e incapacidade técnica, etc. Por isso é mais comum encontrar um agricultor individual que trabalha em pequenas terras, raramente trabalha em grupos.

A divisão do trabalho ocorre dentro da família. Por exemplo, aos homens são atribuídas as atividades que demandam maior esforço físico: corte de árvores, queima de madeiras, preparação do solo, etc. Enquanto as mulheres são responsáveis pela manutenção e limpeza do terreno. No entanto, esta situação não é generalizada. É muito comum, em outras situações, que o chefe do estabelecimento familiar se dedica a culturas geradoras de renda, enquanto as mulheres são responsáveis pelas culturas de subsistência. Temos que destacar a participação das mulheres na organização e na gestão da produção. Em algumas zonas rurais, como departamento do *Centre* do Haiti, os homens assumem e conduzem a gestão dos animais de grande porte, enquanto as mulheres e os adolescentes cuidam respectivamente, das aves e dos pequenos animais domésticos (MARNDR, 2011)

Eventualmente o estabelecimento familiar utiliza a mão de obra externa de outras famílias para a realização de tarefas. No caso dos agricultores que trabalham em grupos de parceria, depois de ter realizado o trabalho para o seu parceiro, devem-se em contrapartida trabalhar o mesmo número de horas dedicadas no estabelecimento do outro parceiro.

Os agricultores são considerados como uma nova categoria social. Nesse sentido, Mendras (1978) aponta que as estratégias de participação social de organizações, entidades e instituições ampliam as relações para os agricultores. Os agricultores exercem seus direitos políticos, fazem manifestações para defender

seus interesses e direitos, participam no processo eleitoral com seu voto e alguns deles são membros de grupos de sindicato de trabalhadores. No Haiti, o voto dos agricultores familiares tem um peso muito significativo por isso, tem alta participação na determinação de seus representantes em todas as esferas de governo.

4.1.3 Pessoal ocupado na agricultura familiar

A agricultura familiar é a principal atividade geradora de postos de trabalho nas zonas rurais. Então, a mão de obra familiar é fundamental para os potenciais ganhos da produtividade do trabalho. Nesta ótica, destaca-se as principais características que definem os agricultores familiares haitianos. Conforme as estatísticas do Censo 2009, a agricultura familiar haitiana compõe 57,7% de mão de obra permanente, 40,3% de ajudas familiares e 2% de empregados permanentes.

Entre os 4,3 milhões de pessoas ocupadas nos estabelecimentos familiares, cerca de 20,4% estão no departamento *Ouest*, 15,8% estão no departamento *Artibonite* e 13,6% estão no departamento *centre*. São estes três departamentos onde concentra o maior número de pessoas ocupadas na agricultura familiar. As mulheres exploram 25,3% dos estabelecimentos registrados em todo o país. Quanto aos homens, eles exploram 74,3% dos estabelecimentos familiares do total nacional. As categorias de idade que representam o maior número de estabelecimentos são as de 45 a 49 anos com 14% dos estabelecimentos e de 50 a 54 anos com 13% dos estabelecimentos.

No Haiti, o MARNDR considera a idade de 60 anos como idade de aposentadoria no setor agrícola, e 19,7% do total dos agricultores registrados, se encontram nesta categoria. Esta porcentagem da faixa de idade é questionável em relação à expectativa de vida no Haiti, especialmente sobre o futuro e o desempenho dos estabelecimentos agrícolas. Nesse sentido, M'Betid-Bessane e Gafsi (2007) apontam que o chefe do estabelecimento familiar fixa as orientações e os objetivos de seu estabelecimento, toma as decisões, avalia os resultados e garante a melhoria do desempenho de sua propriedade com os objetivos gerais: garantir a segurança alimentar da família, procurar uma renda monetária que atende as necessidades do bem-estar familiar, capitalizar e desenvolver as propriedades e assegurar o futuro do estabelecimento agrícola. Além de 60 anos, fazendo o mesmo, é difícil mudar a mentalidade para adotar uma inovação, as novas tecnologias e os

novos métodos de culturas. Assim, nesta idade, os chefes de estabelecimentos tendem a conservar os métodos tradicionais e resistem muitas vezes à toda mudança de prática de cultivo.

Os jovens agricultores, menos de 30 anos, exploram 11,2% do total dos estabelecimentos. Isso pode indicar que a profissão agrícola tem pouca atração para os jovens rurais.

Quanto ao nível de educação dos agricultores e agricultoras, 52,1% do total nacional de agricultores são analfabetos. Desta categoria, 29,2% são das mulheres agricultoras. Os agricultores que sabem ler e escrever representam cerca 21,6% do total. Deste grupo, 21,1% são das mulheres. Isso é preocupante e afeta as estratégias de reprodução econômicas do grupo. O nível fundamental constitui o nível de escolaridade formal geralmente atingido pelos agricultores familiares haitianos, representando 17,4% do total. Entre eles, os homens e as mulheres representam respectivamente 78% e 22%. Os que atingem o nível secundário representam 10,7% do total do país, desta quantidade 22,5% são as mulheres. Note-se uma baixa implicação dos profissionais e dos universitários nas atividades agrícolas, respectivamente 1% e 0,6% em todo o país.

Ou seja, a agricultura familiar haitiana apresenta um baixo nível de formação dos agricultores. Isso é um dos fatores que está na base de baixa produtividade do trabalho. De fato, educação pode melhorar a produtividade diretamente pela qualidade do trabalho realizado, pela capacidade de se adaptar à mudança e pela disposição de espírito propício para adoptar inovações técnicas e organizacionais e, portanto, a educação é um investimento socialmente rentável (GURGAND, 1982). O capital humano, especificamente pela formação e aprendizagem, pode melhorar o crescimento económico da mesma forma à acumulação do capital físico (KARATZIA-SRAVLIOU; LAMBROPOULOS, 2006). Nesse sentido, a baixa formação observada na agricultura familiar haitiana é um elemento que dificulta inovações, aprendizagem e ganhos de produtividade capazes de melhorar a condição de vida da população rural.

4.1.4 Tecnologia na Agricultura Familiar Haitiana

De forma geral, a agricultura dispõe de dois meios para aumentar sua produção: expandir as áreas plantadas ou melhorar o rendimento das culturas. Os

agricultores familiares haitianos não se diferenciam apenas em relação ao tamanho da terra e sua capacidade produtiva, mas também em relação ao acesso das tecnologias existentes. Com base nos dados do Censo 2009, o acesso da agricultura familiar à tecnologia e assistência é baixo. A assistência técnica no Haiti alcançava apenas 8,6% dos agricultores, enquanto, veículos de transporte chegava a 0,31%, a energia elétrica a 0,41% e a utilização de equipamentos a 7%.

Pode-se observar que os dados estruturais como assistência técnica, uso de força dos animais nos trabalhos, eletrificação, materiais e equipamentos agrícolas apresentam um baixo nível de uso no sistema de produção familiar, em relação às necessidades potenciais. O baixo nível de uso destas infraestruturas econômicas modernas – portadoras de mudanças técnicas e inovação reduz o desempenho produtivo dos agricultores familiares quanto à sua inserção ao mercado (60% de sua produção integrado ao mercado).

Pelos dados apresentados, pode-se assumir que a agricultura familiar reflete mais o esforço no uso do fator trabalho do que um processo de intensificação tecnológica. O que significa que os estabelecimentos familiares dependem quase que exclusivamente da força física dos membros familiares para efetuar as tarefas agrícolas necessárias para a produção. Os agricultores familiares utilizam as tecnologias rudimentares como instrumento de trabalho (Fação, enxada, foice, pá, picareta e outros). O uso destes instrumentos tradicionais tem alta relevância na agricultura familiar haitiana.

Em relação à assistência técnica, também poucas famílias recebem assistência técnica. A prestação desse serviço é muito limitada o que dificulta sua capacidade de atuação para reduzir a ineficiência do uso de recursos disponíveis. Assistência técnica é fundamental tanto para boas escolhas, quanto para a compra dos insumos e para a venda dos produtos. Além disso, a assistência técnica contribui para o aumento da participação nos movimentos de associativismo e cooperativismo.

Quanto à energia, os estabelecimentos familiares possuíam um baixo uso de energia elétrica. A disponibilidade de energia é fundamental para a conservação dos produtos, bem como a facilitação da irrigação. A energia elétrica, em todas as regiões do país, é precária e custosa.

Em termos do acesso ao pacote tecnológico moderno, os principais insumos agrícolas utilizados pelos agricultores familiares são os fertilizantes e pesticidas.

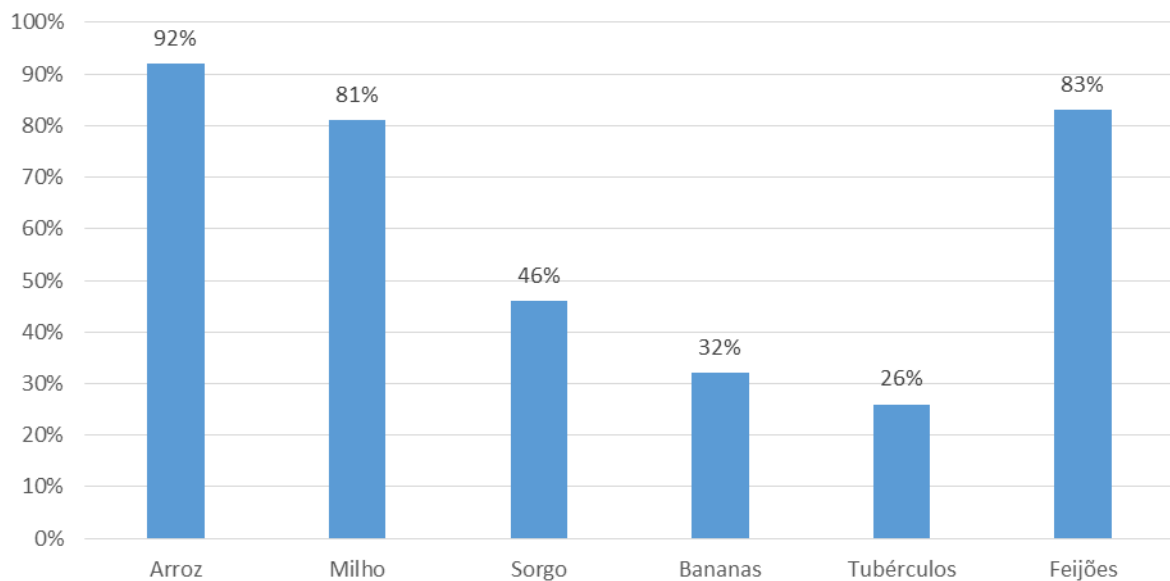
Ainda assim, o pacote tecnológico moderno é bastante limitado apenas aos estabelecimentos familiares mais próximos das cidades que são os candidatos potenciais.

As considerações sobre a irrigação, as técnicas de irrigação são consideradas fundamentais tanto para agricultura familiar quanto para agricultura comercial. A irrigação permite o uso de máquinas e equipamentos e pode trazer outros benefícios para a produção. Conforme as estatísticas do Censo 2009, apenas 12,9% do total dos estabelecimentos familiares registrados no país estavam irrigados. A agricultura familiar haitiana apresenta as seguintes técnicas de irrigação: A gravidade é o fluxo de água livre por meio de canais, sendo a técnica mais praticada. A aspersão são tubos ligados entre si por onde corre a água sob pressão projetada sobre as culturas. Já o gotejamento que nada mais é do que a água que derrama lentamente sobre a superfície do solo, a partir de um sistema de tubulação. Também existem as técnicas manuais que se referem a qualquer técnica utilizada que não correspondem aos já mencionados anteriormente, por exemplo, o uso de tanques e cisternas.

4.1.5 Acesso ao Mercado

A inserção ao mercado é fundamental para compreender não apenas as estratégias adotadas pelos agricultores familiares, mas também a perspectiva do futuro dos estabelecimentos familiares. Representa um indicador chave que reflete, muitas vezes, a reprodução social na agricultura familiar e as restrições microeconômicas e as condições macroeconômicas que enfrentam os agricultores. Note-se que os agricultores familiares produzem para a sobrevivência, o que significa que a maior parte da produção é destinada ao autoconsumo e vende o excedente para trocar com os bens que não produzem. Conforme observado anteriormente, a grande maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar do Haiti se posicionam como “muito diversificado”, pois, a participação do produto principal é menor do que 35%.

Com relação à integração ao mercado, mostrada na Figura 09, destaca-se o arroz como único produto de subsistência “muito integrado ao mercado”, por apresentar percentual de vendas superior a 90%. A Figura 12 apresenta ainda a participação do mercado e a integração dos produtos tais como: arroz, milho, sorgo, bananas, tubérculos e feijões.

Figura 12- Grau de Integração dos Agricultores Familiares ao Mercado, 2011

Fonte: O Autor, 2015 (a partir de dados da FAO, 2011)

No Haiti, para o universo dos estabelecimentos familiares registrados, segundo os dados do Censo 2009 e o MARNDR/FAO 2011/2012, 60% foram classificados como “integrado ao mercado”. Esses estabelecimentos familiares ocupavam 67% da área total. Observa-se graus de inserção ao mercado significativamente distintos entre os principais produtos de subsistência.

O arroz é o produto “muito integrado” ao mercado, 92% de sua produção foi vendida. O arroz é o consumo de base para 80% da população, mesmo considerando que a produção doméstica atende apenas 20% das necessidades alimentares e as 80% restantes são atendidas pela importação. Quase 83% da produção de feijões foram classificadas como “integrado ao mercado”, 81% da produção de milho foram classificadas como “integrado ao mercado”, 46% da produção de sorgo foram classificadas como “pouco integrado ao mercado”, 32% e 26% das produções de bananas e tubérculos foram classificadas como “pouco integrado ao mercado”.

Os agricultores familiares vendem, em média, mais de 60% de sua produção (integrado ao mercado). Isso não significa que estes saiam da lógica de subsistência. Pelas formas que os agricultores se inserem no mercado, eles não conseguem criar renda suficiente para manter e aumentar os patrimônios familiares. O acesso ao mercado é indispensável para todas as atividades econômicas.

4.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR HAITIANA

Conforme apontado anteriormente, a agricultura familiar haitiana apresenta certos esquemas organizacionais próprios, o que significa que os agricultores familiares atuam em grupos de associações de produtores, sindicatos e grupos militantes políticos no meio rural. Além disso, registra-se uma forte participação das mulheres agricultoras. Do ponto de vista das suas estratégias, isso faz com que aumentam as possibilidades de manutenção da identidade de agricultura familiar por parte de mulheres agricultoras.

Um aspecto importante no que se refere às dinâmicas da agricultura familiar é aquele relacionado à mão de obra e, em consequência, o número de filhos. No que se refere à fecundidade, destaca-se empiricamente no país que o número de filhos por agricultor é cerca de seis. Comparativamente a outros países, este pode ser considerado um número elevado. Contudo, alguns elementos merecem reflexão a respeito. Um deles envolve a questão de gênero. As mulheres filhas de agricultores têm maior tendência a não assumir a profissão do pai ou da mãe. Para estas, a profissão de agricultor é relativamente desvalorizada. A esta rejeição dos valores da identidade de agricultor se associam, por exemplo, a dureza do trabalho e a adoção de outros valores predominantemente das zonas urbanas. Nesse sentido, para as filhas de agricultores, as condições de manutenção e permanência na agricultura familiar acabam sendo mais limitadas.

No que se refere a seguir a profissão do pai, com 12% dos jovens agricultores, a agricultura familiar haitiana também apresenta poucas possibilidades. Entende-se que há mais possibilidades de reconversão a outras profissões. A problemática da reconversão profissional está estreitamente ligada ao fenômeno migratório e às possibilidades oferecidas nos centros urbanos. O agricultor rural na concepção haitiana é entendido como uma pessoa isolada, com poucas opções de escolha que não seja para o trabalho de subsistência. Dessa visão, os jovens haitianos percebem que a agricultura familiar haitiana não é capaz de atender às suas necessidades vigentes. Para eles, as condições de manutenção na agricultura familiar são bastante limitadas.

Entende-se que a questão de reconversão a outras profissões não agrícolas está fortemente relacionada à falta dos mecanismos de reprodução social (escola, mercado, direito, hospital, etc.). Disso resultam os limites de reprodução social no

interior dos grupos. O engajamento em organizações associativas, tendência originada no grupo de agricultores familiares, atua no sentido de atender a parte dessas exigências. Ele é uma oportunidade de acessar recursos, como novas técnicas, novos conhecimentos, formação e informações. Isso cria a possibilidade de profissionalização na militância, o que significa uma continuidade profissional sem que haja uma ruptura com a identidade de agricultor. De qualquer forma, isto não resolve as carências observadas em outras esferas.

Anjos (2009) e Lagrave (1987b) são autores que explicam a ideia de exclusão da identidade de agricultor. Para estes, a desvalorização simbólica na agricultura familiar também está relacionada ao fato de que ao homem é atribuído o status de chefe do estabelecimento, o que também está presente em sua socialização. As mulheres não são vistas como possíveis sucessoras do chefe no estabelecimento familiar (LAGRAVE, 1987a). Cardon (2004) aponta, por exemplo, que na Europa, as mulheres sempre trabalham no estabelecimento familiar, mas são os homens que são os herdeiros pela transmissão familiar. Nesse sentido, o autor questiona o papel da mulher no processo de transmissão dos estabelecimentos.

A estrutura fundiária é outro aspecto importante na reprodução social na agricultura familiar, especialmente no acesso à terra. Os agricultores com pequenas parcelas de terra e sem terra dificilmente conseguem deixar terras para seus filhos. Em muitos casos, este é o caminho mais direto para a reconversão a outras profissões. Além disso, o pequeno tamanho dos estabelecimentos familiares observado no Haiti gera uma pequena escala de produção, facilitando ainda mais o abandono da condição de agricultor.

Os dados do censo 2009 mostram poucas possibilidades da permanência na agricultura familiar. Consegue-se observar uma forte tendência para a saída dos jovens. Pelo cenário verificado, à medida que eleva o nível educacional dos jovens haitianos, maior a reorientação para outras atividades fora da agricultura. Com isso, as possibilidades de manutenção e permanência dos filhos na agricultura familiar parecem cada vez menores.

A agricultura familiar haitiana apresenta as estratégias de continuidade que diferenciam homens e mulheres, segundo uma percepção das diferenças entre os sexos e de hierarquia. Como mostram os dados do Censo 2009, a gestão dos estabelecimentos geralmente permanece sob responsabilidade dos homens. Neste caso, as mulheres não são vistas como possíveis sucessoras do chefe na

propriedade familiar e seu estatuto de “agricultoras” vem mediante ao casamento. Para Almeida (1986), a unidade familiar se perpetua, promovendo a lógica de parentesco, através da qual se estabelecem estratégias de casamento e herança.

Em situações de inexistência de casamento, a saída feminina da agricultura familiar é equivalente ao êxodo dos jovens masculinos sem perspectivas de ter acesso à terra para trabalhar. Nesta perspectiva, poderia ter um elevado índice migratório das áreas rurais do país em direção às cidades urbanas ou outros países. Esta migração causará envelhecimento e masculinização da população rural e afetará a sucessão geracional nos estabelecimentos familiares.

Na análise da reprodução social na agricultura familiar haitiana, destaca-se que a sucessão geracional não é valorizada nos estabelecimentos familiares. Para as mulheres e os jovens do sexo masculino, sua percepção é negativa sobre os ganhos econômicos que podem ser aproveitados nesta atividade. Assim, a produção agrícola familiar nas áreas rurais do Haiti é considerada como a única escolha daqueles que não puderam estudar ou se inserir em outras atividades não agrícolas. Neste caso, é interessante destacar na agricultura familiar que vimos analisando os esforços dos gestores públicos quanto às políticas públicas coerentes com os interesses do aumento da produção familiar.

As políticas públicas direcionadas para agricultura familiar estão baseadas no aumento e na melhor distribuição da renda das famílias, em especial, da renda das famílias pobres das áreas rurais. Por exemplo, no Haiti, o Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (MARNDR) é responsável por conduzir o investimento público no setor e está cumprindo o papel de definir as orientações do setor agrícola.

Nesse sentido, o MARNDR intensifica seus esforços para ampliar os potenciais ganhos produtivos da agricultura familiar. Por essas razões, em todos departamentos do país, existem Escritórios da Agricultura Familiar em diversos municípios. Atualmente existem 40 escritórios da agricultura em 142 municípios, no entanto, os escritórios não disponibilizam meios eficientes para contribuir efetivamente com o aumento da produção familiar e integração ao mercado. Tais escritórios oferecem serviços essenciais voltados para o setor, como: campanha de sensibilização e acompanhamento para os agricultores rurais.

Além de assistência técnica para os agricultores familiares, O MARNDR orienta programas na estruturação e melhoria da produção nos estabelecimentos. O

Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) tem vários projetos selecionados em todo o país. Por exemplo, o projeto de Fortalecimento dos Serviços Públicos Agrícolas. O financiamento desse projeto foi US\$ 50 milhões em 2011, em benefício de 30 mil famílias (MARNDR, 2011).

Paralelamente, existem diferentes ONGs que atuam na agricultura familiar prestando serviços básicos como distribuição de sementes e fertilizantes e instrumentos do trabalho. Ademais, estas organizações realizam pesquisa e divulgação de informações da agricultura familiar. Outro compromisso assumido pelas ONGs é o de levar assistência técnica aos estabelecimentos que recebem os projetos com ênfase em agroecologia.

O Haiti registra um número significativo de agências de desenvolvimento e de instituições locais privadas que atuam direta ou indiretamente na área da agricultura familiar e do desenvolvimento rural, com o objetivo contribuir técnica e financeiramente com o desenvolvimento da agricultura familiar. Entre elas pode-se citar FAO, FIDA, FMI, BID, EU, OXFAM, ACDI, BM, PAM, IICA, ACDI, USAID, USDA, etc. Estas organizações garantem o atendimento de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional nas zonas rurais fortalecendo a agricultura familiar. Apesar da intervenção destas agências que atuam no território haitiano, a agricultura familiar atende a apenas 40% das necessidades alimentares das famílias. Estas políticas públicas constituem uma importante ferramenta na garantia de segurança alimentar, bem como para o desenvolvimento rural e local.

5 A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E LOCAL NO HAITI

Diante do que foi discutido neste trabalho, é razoável supor que no Haiti, a problemática do desenvolvimento rural está profundamente relacionada com o desenvolvimento de todo o país. Seja pela importância do setor agrícola, seja pela relevância da população rural e da mão de obra ocupada, o fato é que o desenvolvimento haitiano parece passar pela solução dos problemas que entram o desenvolvimento rural no Haiti.

Vários modelos de desenvolvimento rural elaborados para microrregiões ou país foram concebidos nas esferas do Estado desde a Segunda Guerra. Esses modelos são distintos pela especificidade de sua concepção.

O desenvolvimento rural foi um primeiro modelo espacial global proposto a partir dos anos 60, período de crescimento econômico. Trata-se de um modelo polarizado que envolve a existência de uma relação de interdependência entre os setores de atividades econômicas e a distribuição da população no espaço rural, supondo uma certa homogeneidade do espaço.

O modelo de polarização após a Segunda Guerra retratou seus próprios limites e, não continha nenhuma visão da lógica econômica produtivista que não seja a denúncia das desigualdades econômicas e espaciais que resultam no tecido rural nacional (JOLLIVET, 1985). Nesse período, o desenvolvimento foi incutido no planejamento do território rural e, finalmente, levou à criação da pedagogia da gestão coletiva de um território que por sua vez tornou-se uma iniciativa introdutória à descentralização para as zonas rurais.

No Haiti, por exemplo, surpreendentemente, a partir da criação da direção do planejamento do território e da proteção do meio ambiente em 1976, a promulgação da “Lei sobre a Regionalização e Planejamento do Território” em 1982 e do voto da Constituição de 29 de março de 1987, o sistema tradicional de planejamento setorial e global, sem preocupação espacial, vem sendo questionado em favor de uma nova abordagem, articulando a necessidade de integrar a dimensão espacial e na elaboração dos planos ou programas de desenvolvimento rural, local, regional e nacional.

Desde então, assistiu-se a uma reorientação dos debates acadêmicos sobre a ruralidade no Haiti, que até então suscita muito interesse dos pesquisadores, professores, alunos e dirigentes políticos. Esta nova visão é uma oportunidade para

que os alunos universitários ampliassem temas de pesquisa para abrir debates sobre os desafios relacionados à ruralidade. Nesta perspectiva, atribui-se à zona rural um lugar central, considerando que nela se concentram problemas cruciais do país e que no atual contexto, entende-se que deve desempenhar um papel de liderança no crescimento econômico e na redução da pobreza.

A preeminência da zona rural na estratégia de redução da pobreza resulta de sua importância na economia nacional. Conforme já foi apontando anteriormente, o setor rural emprega 60% da população economicamente ativa, representando, em média, 25% do aumento do PIB e o valor adicionado deste setor é cerca de 4% (IHSI, 2014). Ou seja, o peso do setor rural é muito significativo para o país. Da mesma forma, cerca de dois terços da população total vivem em áreas rurais (EGSET apud IHSI, 2014, p. 253). A população rural, em média, cresce 1,7%, principalmente por causa da migração para as áreas urbanas e a taxa de desemprego é de 34,2% nas zonas rurais.

Durante vários decênios, apesar da contribuição nas contas nacionais, o setor rural passa por uma situação delicada. A pobreza é sem dúvida um dos fatores que causam maior impacto na segurança alimentar. A prevalência da pobreza extrema foi estimada em 55% a nível nacional em 2001. O trabalho diário é a principal fonte de renda dos pobres no meio rural. A renda do trabalho é extremamente baixa associada a ambientes de trabalho precários. Sob essas condições, o acesso à alimentação torna-se difícil, dado que, em média, 63% dos gastos das famílias são destinados à alimentação. As doações de alimentos representam cerca de 3% das necessidades alimentares, mas, em 2010 com o terremoto esse percentual atingiu 8% das necessidades de alimentos (FEWS NET, 2014).

Diante destas condições, as famílias pobres rurais não podem adquirir uma dieta diversificada necessária para uma boa saúde, o que gera uma grave deficiência na saúde das pessoas, gerando impactos ainda mais severos na saúde das crianças e dos idosos. A desnutrição infantil e a baixa imunidade possuem alto impacto na capacidade cognitiva das pessoas, especialmente, das crianças. No caso do Haiti, 30% das crianças com idade menor do que 5 anos apresentaram desnutrição e 7% das crianças dessa mesma faixa etária apresentaram relação peso-idade insatisfatórias (IHE, 2012).

Além da pobreza, pode-se citar também como exemplo, a degradação florestal. Seu ritmo de crescimento e sua extensão são difíceis de estimar e de

controlar. Como consequência, o Haiti possui apenas 2% de cobertura florestal (MARNDR, 2011).

Quanto à infraestrutura, em especial, a malha rodoviária apresenta-se em condições inadequadas de uso pelo estado precário de conservação. O mau estado das rodovias combinado com deslizamento de terras e inundações frequentes, aumentam o custo do escoamento dos produtos de todas as categorias. O aumento do custo implica no aumento dos preços dos produtos, que são por sua vez repassados aos consumidores.

Ainda no tocante à infraestrutura, o acesso à água potável é ainda difícil. Dado que quase 65% das famílias rurais têm acesso à fonte de água não tratada e 56% destas famílias precisam caminhar no mínimo trinta minutos para alcançar uma fonte de água (FEWS NET, 2014). Observa-se falta de iniciativas que garantem a melhoria da infraestrutura nas zonas rurais.

Por essas razões que é possível explicar as estratégias de desenvolvimento rural estão focalizadas no bem-estar social e na melhoria dos estabelecimentos rurais, em particular, os estabelecimentos rurais familiares. Nesta perspectiva, a agricultura familiar contribui de diferentes formas ao processo de desenvolvimento rural. O sistema de produção e a organização do trabalho constituem em um ponto crucial nas transformações econômicas dos estabelecimentos. Neste caso, a evolução das unidades de produção representa parte importante desse processo.

Nesta perspectiva, Jollivet (1985) afirma que o desenvolvimento rural e o regional são necessariamente centrados nas estratégias adotadas na agricultura. Cavailhès (1986) aponta que, as estratégias de geração de renda dos estabelecimentos representam o cerne dos modelos de desenvolvimento rural. Os modelos de desenvolvimento rural são definidos essencialmente pelos estabelecimentos agrícolas de cadeias produtivas agroalimentares rentáveis. Para melhor utilização do espaço rural deve-se enfatizar a eficiência do sistema agrário, pois, trata-se de um elemento central do sistema produtivo rural (COUJARD, 1982).

Em realidades como a do Haiti, a literatura ressalta que é necessário implementar políticas públicas de expansão das bases produtivas agrícolas familiares. Nesta perspectiva, é importante destacar a necessidade de reforma agrária na elaboração das estratégias de desenvolvimento rural. Já as estratégias de reprodução, os tipos de estabelecimentos familiares e as tecnologias apropriadas ao sistema produtivo devem ser considerados como ferramentas de escolha para a

construção do plano de desenvolvimento rural no país que, deverá necessariamente contemplar o desenvolvimento sustentável.

Outro modelo de desenvolvimento frequentemente adotado na literatura relacionada ao tema é o modelo de desenvolvimento local. O conceito de desenvolvimento local é na verdade, sinônimo de desenvolvimento rural, e é empregado em dois sentidos: no primeiro, na definição teórica científica, o desenvolvimento local é o processo de desestruturação e ou de reestruturação econômica e social em um determinado local que, neste caso, é a área rural do ponto de vista morfológico. Já o segundo sentido, trata da definição da linguagem prática, ou seja, linguagem cotidiana e refere-se à ideologia e ao movimento social.

O desenvolvimento local é um processo que busca atender as necessidades econômicas e sociais. Diante disso, os tomadores de decisão orientam seus discursos e ações para promover o estado de bem-estar social.

Podem-se distinguir dois tipos de modelos de desenvolvimento local, um deles trata do espaço dado são modelos determinados *a priori* e o outro tipo de modelos são construídos *a posteriori* e requerem proximidade com a realidade local, são modelos idealizados levando em conta a intervenção do Estado, da iniciativa da sociedade civil e das organizações (MATHIEU, 1985).

A partir de 1968, que o conceito de desenvolvimento rural mudou de sentido e se distingue do planejamento do território, integrando com os diversos conteúdos, baseia-se na proposta de uma nova alternativa e de uma ruptura frente ao modelo econômico dominante. Assim, surge a “corrente localista” que converge com a lógica dos movimentos sociais, como: o regionalismo e com os movimentos ecologista, neo-ruralista e culturalistas (MATHIEU, 1985). De forma que desenvolvimento local insere-se em três períodos: 1) Local tradicional (1945-1975); 2) Local de contestação (1970-1985) e 3) Novo local (a partir de 1980) (LÉVESQUE, 1999).

1) O desenvolvimento local tradicional (1945-1975), segundo Courlet (2001) está intimamente ligado às regiões subdesenvolvidas e, apresenta-se em duas visões opostas.

A primeira visão aponta que o fenômeno das regiões subdesenvolvidas é acidental e temporário. Essa visão segue duas correntes teóricas: a teoria econômica de equilíbrio (convergência) e a teoria da equalização de preços. A teoria econômica de equilíbrio argumenta que no longo prazo, as regiões subdesenvolvidas alcançarão as demais regiões desenvolvidas pelos efeitos

multiplicadores do crescimento econômico. Isso se dará através dos investimentos massivos (ROSTOW, 1960). Já a teoria da equalização de preços de Balassa (apud DEMAZIÈRE, 1996) argumenta que no longo prazo, os fatores de produção tenderiam a transpor das regiões mais desenvolvidas para as regiões menos desenvolvidas.

A segunda visão é mais heterodoxa e aponta que as regiões seguem trajetórias completamente diferentes e por isso não alcança o equilíbrio de logo prazo. Essa visão está ancorada nos principais estudos sobre “Desenvolvimento polarizado”, de acordo com os autores, Perroux (1977), Myrdal (1960) e Hirschman (1961).

2) O desenvolvimento local durante a contestação (1970-1985). Na visão de Lévesque (1999), a contestação indica a recusa da proposta do deslocamento da população para as regiões polo, pelo Estado. Já Demazière (1996), apontou que, a reestruturação econômica na década 70 e os impactos sobre a evolução da hierarquia urbana e regional agravaram a pobreza nas regiões.

3) O novo desenvolvimento local (a partir de 1980). Nesse período, o nível local não foi mais assimilado necessariamente ao nível regional. Praticamente, em todos lugares da Europa e da América, aplicou-se as políticas e programas que estimularam as iniciativas locais. A FAO, através de seu Departamento de Desenvolvimento Rural, articulou o projeto de desenvolvimento regional que, muitas vezes, recorrem ao desenvolvimento local. O *Forum for Education NG' is in Uganda –FENU* foi redefinido em 1993 como um “Fundo de Desenvolvimento Local e Comunitário” e constituiu o Fundo de Desenvolvimento Local (FDL), que auxilia diretamente os municípios rurais dos países menos avançados. O *Forum for Education NG' is in Uganda –FENU* fornece recursos financeiros e assistência técnica aos municípios locais a fim de introduzir o planejamento e uma gestão descentralizada, baseados na participação, infraestrutura e serviços locais. O projeto do FENU inclui o Haiti neste quadro.

No Haiti, alguns autores tentaram contribuir decisivamente para o debate sobre a construção e implementação de um projeto de desenvolvimento local. O caso de Anglade (1985) enfatizava nas dificuldades de definir o espaço haitiano e recomendou uma ação mais inteligente sobre os núcleos de resistência, argumentando a favor das políticas de planejamento local acessíveis à população.

Além disso, os autores apontam que o planejamento de desenvolvimento local das regiões haitianas representa um contexto complexo, por ser de difícil implementação.

A possibilidade de construir um projeto de desenvolvimento local no Haiti tem sido questão de complexidade de análise e de debate. Tanto nos discursos políticos quanto nos debates acadêmicos é unânime a frequente preocupação com o desenvolvimento local.

A preocupação para o desenvolvimento local do Haiti está ligada aos seguintes problemas: autoridade impotente, má governança local, corrupção, conflitos sociais e políticos incessantes, instituições fracas, burocracia, crenças religiosas, algumas práticas culturais, etc. A população está caracterizada por espírito de desconfiança entre os membros. Esta desconfiança dificulta todas as possíveis ações coletivas e impacta negativamente nas relações sociais e produtivas. Assim, as mudanças estruturais, institucionais e sociais não são pensadas eficientemente, negando o espaço haitiano que é extremamente complexo.

Caracterizando o contexto local, as localidades atravessam por problemas como desigualdade, escassez de recursos naturais, estruturas produtivas inadequadas, mão de obras não qualificadas, a infraestrutura deficiente, inacessibilidade de comunicação que resulta nos altos custos de transportes, etc. Além disso, a economia local é muito pouco diversificada, apresentando problemas como o baixo crescimento econômico, a baixa renda, o alto desemprego e a pobreza.

Os recursos do Estado são extremamente limitados e a baixa receita fiscal dificulta o financiamento dos projetos de desenvolvimento local. Por isso, registra-se uma proliferação de agências de desenvolvimento e mesmo organizações não governamentais para intervir nas diferentes áreas de atuação como: florestação de terras agrícolas, agricultura, saúde, educação no país. Demazière (1996) e Pecqueur (2000), apontam que o desenvolvimento local não é localista. Isto significa que ações sociais isoladas não impulsionam o desenvolvimento à escala local (municípios, coletividades locais) e sim valorizam uma atividade setorial específica e em locais específicos (escolas, hospitais, bairros, aldeias).

Josépha Raymond Gauthier, Ministro do Planejamento e da Cooperação Externa (MPCE) do Haiti em 2012, apontava que no Haiti havia 595 ONGs reconhecidas pelo Estado e suas despesas representam cerca da metade do

orçamento público anual e afirmava que é a existência de um Estado fraco que explica a presença das ONGs no Haiti.

No entanto, para a existência de um Estado forte e ativo faz-se necessário permitir ações descentralizada (PECQUEUR, 2000, p. 19), pois, os países com Estado fraco que entram num processo de descentralização precisam, portanto, de designar missões do Estado que permitam assegurar o desenvolvimento das instancias locais, pelo menos em três funções: a redistribuição, a mediação e a coordenação (PECQUEUR, 2000). A descentralização é a componente espacial da democratização, que é um processo de desmarginalização (ANGLADE, 1985).

A política e a administração pública entendem o desenvolvimento local em conjunto com a descentralização, a governança, as políticas nacionais e as divisões administrativas (PROULX, 2002). Nesta perspectiva, o autor argumenta que o desenvolvimento local é considerado como uma estratégia de desenvolvimento econômico onde o espaço desempenha um papel crucial. No sentido mais amplo, o desenvolvimento local é parte da economia regional onde o espaço é fundamental na análise econômica.

Segundo GRAP (2003), existem dois polos do desenvolvimento local. O primeiro polo visa o desenvolvimento comunitário e a reinserção social. O segundo polo visa essencialmente desenvolvimento econômico e a criação de emprego, do empreendedorismo e de pequenas e médias empresas. Dessa forma Gasse (2003) destaca a importância do espaço geográfico na criação das empresas. A capacidade de aprendizagem e adaptação às inovações dos meios locais são fundamentais para o crescimento econômico local (AYDALOT, 1985).

Ainda no contexto do desenvolvimento local, nota-se três elementos: a importância das empresas no processo de crescimento econômico, as redes de informações entre as empresas e as famílias e a inovação tecnológica. Já GRAP (2003) identificou três lógicas do desenvolvimento local. A primeira, lógica de atores, que Friedman (1992) categorizou em quatro grupos: o Estado, a comunidade política local, o setor privado e a sociedade civil. Estes atores mantêm relações complexas entre si e têm diferentes interesses. O Estado é o promotor de desenvolvimento do país e deve reforçar as capacidades das instituições. Nesse sentido, é necessário articular as estratégias que visam a valorização do capital humano, social, físico e econômico das localidades.

Para a OCDE (1999), o conceito de capital humano faz referência ao conhecimento, à educação, às competências individuais, às qualificações e às habilidades cognitivas dos indivíduos envolvidos na atividade econômica. A educação básica é a condição que viabiliza o desenvolvimento econômico, da mesma forma, a formação da oferta de mão de obra qualificada é uma das chaves do crescimento econômico a longo prazo (BERTHÉLEMY; VAROUDAKIS, 1996).

Para a OCDE (2002), o capital social se refere essencialmente às redes, que representam as inter-relações com as instituições e os indivíduos. As variáveis ligadas ao capital social são as boas práticas, a participação em grupo, o grau de confiança, as redes das empresas e dos empreendedores (GRAP, 2003).

O GRAP (2003), o capital econômico se refere ao conjunto de equipamentos produtivos de bens e serviços. As atividades agrícolas são essenciais nas zonas rurais. Já o capital financeiro é um fator dominante para suportar o desenvolvimento local. Por último, o capital físico se refere às infraestruturas econômica e social para atender às necessidades da população local.

Nesta perspectiva, as teorias sobre o desenvolvimento local constituem em uma ferramenta poderosa que orientam e estabelecem possíveis estratégias para alcançar os objetivos de desenvolvimento local, especialmente, no Haiti. Deve-se priorizar recursos para as atividades produtivas que favorecem a produtividade e a competitividade das empresas locais. Destaca-se especial atenção para viabilizar políticas de desenvolvimento capazes de gerar uma melhor alocação de recursos ao setor agrícola.

6 REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA AGRICULTURA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NO HAITI

A economia haitiana sofreu transformações em detrimento da agricultura a partir da década de 1980. Seu dinamismo estava estritamente vinculado ao setor agrícola. A participação do setor agrícola no Produto Interno Bruto (PIB) era maior do que o de serviços e duas décadas depois o setor de serviços ocupa a maior participação do PIB mediante as importações. A partir daí, ocorreu um processo rápido de dependência de produtos importados, mais especificamente os produtos agrícolas, resultando em desempenho econômico bastante baixo para o país.

Entretanto, através da história econômica do Haiti observou-se que o potencial de seu setor agrícola foi bem utilizado e gerava grandes benefícios para o país colonizador. O passado colonial do país foi caracterizado pelo modelo agrário-exportador baseado nas cadeias produtivas básicas, entre elas a cana de açúcar, o café, o cacau, o algodão, entre outros. Esses produtos eram acompanhados por um alto desempenho, mas, após a aplicação parcial do Programa de Ajustamento Estrutural nos anos 1980 até a presente data, a economia haitiana apresenta resultados negativos nos indicadores de desenvolvimento do país.

Nesta trajetória da economia, o desenvolvimento econômico haitiano não ocorreu devido às diferentes estratégias adotadas na agricultura de forma ineficiente. Observa-se que o país não conseguiu reunir as condições necessárias e favoráveis ao longo de sua economia para realizar o desenvolvimento. As estratégias econômicas adotadas na agricultura não geraram resultados satisfatórios capazes de aumentar a renda dos estabelecimentos. Ao contrário, ocorreu a estagnação e o declínio da agricultura acompanhados pela miséria da população em particular, a das áreas rurais do país. O baixo desempenho da agricultura observado ao longo da década de 1980, que reduziu consideravelmente a oferta interna de alimentos, levou o país à dependência de importações.

Neste sentido, a dependência da economia haitiana mostra a incapacidade do país para gerar o crescimento econômico e os problemas ligados às infraestruturas técnica, econômica e social representam um obstáculo que freia o crescimento. Neste sentido, as condições desfavoráveis ao desenvolvimento que o Haiti apresenta na fase de sua economia agrária, explica a presença de um Estado incapaz de promover as reproduções econômicas e sociais. Luxemburg (2003)

aponta que a reprodução abrange no plano da sociedade como um todo e sua essência está no ciclo produção-consumo.

A reflexão a ser feita está nas diferentes estratégias na agricultura e a relação com o desenvolvimento no Haiti, considerando-se o potencial e a importância do setor agrícola para o crescimento econômico. Desta forma, afirma-se que a baixa produtividade, o baixo nível de tecnologia, o baixo nível de capitalização do setor agrícola e a pouca integração ao mercado dos produtos agrícolas resultantes da ineficiência dessas estratégias acabam por reproduzir a pobreza e agravar as péssimas condições de vida da população, mais especificamente nas áreas rurais do país.

Observa-se que o incremento da especialização e da diversificação nos estabelecimentos agrícolas não gerou excedentes na comercialização, gerou apenas na economia de subsistência, necessitando uma expansão da importação agrícola como suporte à oferta interna. Destaca-se também uma subutilização do potencial agrícola observada em comparação com outros períodos anteriores, mais especificamente o século XIX. Dessa forma, a economia haitiana apresenta uma estrutura que se expande dentro de funções de produção bastante limitadas, na qual predomina uma agricultura baseada em atividades de subsistência.

Agora analisa-se de maneira mais profunda a evolução da agricultura haitiana tomando como ponto de referência as funções definidas por Johnston e Mellor (1961) a partir dos anos 1980. Tenta-se verificar no Haiti se a agricultura cumpriu suas contribuições no processo de desenvolvimento, quais sejam: fonte de abastecimento de alimentos e matérias – primas; fornecedor de divisas; fornecedor de mão de obra para o emprego industrial; mercado para a produção não agrícola; excedente fonte para investimento.

Quanto à fonte de abastecimento de alimentos e matérias – primas, em um país como o Haiti, a oferta agrícola era insuficiente para atender à demanda interna. Durante as décadas entre 1980 e 2010, a agricultura tinha crescido a taxas bem menores que às da década anterior a 1980. Observa-se que a oferta agrícola cresceu a níveis bem inferiores aos do crescimento demográfico.

Em relação às divisas, não houve um excedente capaz de gerar divisas para novos investimentos. As divisas estrangeiras através da exportação de produtos agrícolas não permitiram criar um mercado interno para os produtos industriais.

Quanto à liberação da mão de obra para o emprego industrial, a agricultura mostra-se mais que suficiente para atender à demanda de mão de obra das atividades urbanas. A agricultura possui a capacidade de liberação da totalidade da mão de obra proveniente das áreas rurais. Destaca-se que a agricultura haitiana atenderá perfeitamente os requisitos do processo de industrialização devido às péssimas condições de vida nas áreas rurais do país. Nesse sentido, um excedente de mão de obra não qualificada se sujeita a trabalhar nas zonas urbanas industriais a qualquer preço, já que os baixos salários são resultantes de uma oferta ilimitada de mão de obra não qualificada.

Na análise sobre a função da agricultura de criar mercado para a produção não agrícola, existiria a possibilidade para que a agricultura haitiana constituísse este mercado. O setor agrícola não será um entrave ao desenvolvimento industrial haitiano. Isto porque, durante a colonização, este setor mostrou-se mais que poderoso para as exportações, e ainda mantém seu potencial de desenvolvimento. Para cumprir com esta função, porém, é necessário que ocorra um alto crescimento nesse setor, como pré-requisito básico, uma série de condições favoráveis ao desenvolvimento agrícola. Isto é fundamental, o aumento da produção industrial prescinde do mercado agrícola.

Por último, quanto ao excedente fonte para investimento, é possível ter uma transferência de capital da agricultura para os demais setores da economia. Para viabilizar tal processo, é relevante uma política cambial eficiente para manter a taxa de câmbio fixa. Neste caso, uma boa distribuição de renda, o que se traduz na sua importância para o crescimento econômico. Neste contexto, o desenvolvimento econômico haitiano poderia ocorrer de seu setor agrícola devido aos potenciais existentes de aumento da produção agrícola mediante introdução de inovações tecnológicas que aumentariam o rendimento das culturas.

Em termos de propostas, entende-se que o desenvolvimento no Haiti passaria necessariamente pela formulação das estratégias inspiradas nas teorias e nos modelos que relacionam agricultura e desenvolvimento. A combinação desses modelos poderá modificar a estrutura econômica atual e ao mesmo tempo produzir resultados em todos os setores e segmentos da sociedade haitiana.

7 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, analisaram-se as estratégias de reprodução econômica e social no meio rural adotadas pelos agricultores familiares e sua relação com o desenvolvimento rural no Haiti. Identificou-se que a diversificação dos estabelecimentos constitui a principal estratégia de reprodução dos agricultores familiares. E que, a diversificação produtiva está relacionada ao tamanho dos estabelecimentos, pois, quanto menor for o estabelecimento, maior será a sua diversificação.

Apesar das críticas apontadas à estratégia de diversificação em relação à estratégia de “especialização” que surgiu nos anos 60, que caracteriza a especialização como forma de modernização da agricultura. Posteriormente, surgiu uma forte corrente de pensamento que considera que a diversificação como uma estratégia fundamental para viabilizar o processo de reprodução e, se configura como uma alternativa para a elaboração de um modelo de desenvolvimento rural baseado na estrutura produtiva do país.

Observou-se que a agricultura familiar reflete mais na especialização do trabalho do que no processo de intensificação tecnológica. O que significa que os estabelecimentos familiares dependem efetivamente do trabalho manual realizado pelos membros das famílias. Identificou-se também que a expansão das áreas cultivadas proporciona condições à um sistema de culturas mais diversificado. A tendência de diversificação da produção pode ser considerada como uma possível estratégia de minimização dos riscos e de incertezas associados à produção.

Outro ponto apontado no estudo foi que os sistemas de produção familiar são menos intensivos em tecnologia e em capital capazes que impulsionar seu crescimento. Assim, verifica-se a necessidade da criação e da implementação de políticas públicas capazes de superar os problemas relacionados aos sistemas de produção, tais como: insuficiência de investimentos e de créditos, infraestrutura inadequada ao requerimento do processo produtivo, além do baixo acesso às tecnologias e assistência técnica que dificultam o crescimento da produção familiar e sua integração ao mercado. A agricultura familiar haitiana, devido aos problemas estruturais apontados apresenta um baixo grau de integração ao mercado.

Assim, a unidade de produção familiar é considerada como determinante na inserção econômica e social. Identificou-se que a permanência e manutenção na

agricultura familiar são bastante limitadas, bem como as possibilidades de reconversão a outras profissões, exceto, jovens e mulheres que tendem a escolher outras atividades profissionais. Verificou-se uma incerteza sobre a sucessão familiar, assim como o futuro dos estabelecimentos. Para garantir a permanência dos agricultores familiares nos estabelecimentos, é necessário criar programa de cadastro de terras e regularização fundiária que garantam juridicamente a posse do estabelecimento.

Dessa forma, é importante estabelecer políticas públicas direcionadas a favorecer a consolidação da identidade do agricultor e a transmissão do patrimônio social e cultural na agricultura familiar tornando essa categoria mais atraente à toda a sociedade.

Notou-se que a agricultura familiar é um sistema de produção dominante da agricultura haitiana e representa 98% da produção agrícola do país. A produção está diretamente destinada ao consumo de subsistência. É fundamental e necessário criar estratégias de ampliação para aumentar a capacidade produtiva, a renda dos agricultores e conseqüentemente o bem-estar social. Nesta perspectiva, esse trabalho contribui para incentivar os gestores públicos a apresentar caminhos ou alternativas voltados ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Ademais, se esse incentivo for bem-sucedido, existe a possibilidade da expansão produtiva e da integração da agricultura familiar ao mercado, expandindo seu produto para as zonas urbanas. Assim, os estabelecimentos tendem a tornarem-se autônomos e a criar uma lógica de produção em maior escala. Por isso, é importante a estratégia de intensificação de determinados produtos geradores da renda. Intensificar a agricultura familiar é adquirir insumos, equipamentos e técnicas produtivas adaptáveis à sua produção, o que significa por sua vez, obter ganhos de produção mais elevados.

Admite-se que, a inovação técnica se torna determinante nos ganhos de produção e na exploração do mundo rural. Uma política agrária eficiente é fundamental neste processo. Neste caso, é importante disponibilizar recursos destinados à elaboração de projetos de cooperativas e associações que visem à implantação e modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais nos estabelecimentos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **De volta para o futuro**: mudanças recentes na agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA EMBRAPA. Petrolina, p. 17-27, 1995.
- ADELMAN, I. **Theories of economy growth and development**. Stanford: Stanford University Press, 1961.
- ALBUQUERLQUE, M. C. C. de; NICOL, R. **Economia agrícola**: o setor primário e a evolução da economia brasileira. São Paulo: McGraw Hill, 1987.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, p. 66-93, 1986.
- ANDAH: Caractérisation de la filière du café em Haiti. Septembre, 2007. Disponível em: <http://icefda.org/IMG/pdf/caracterisation_de_la_filiere_du_cafe_en_Haiti.pdf> Acesso em: 10 jul. 2015
- ANDERSON, P.; ATAMAN, K. **Threshing sledges and archaeology**: prehistory of agriculture. Los Angeles: UCLA, 1999.
- ANGLADE, G. Sur la pertinence de l'échelle de la régionalisation : le cas Haiti. **Revue Canadienne des Sciences Régionales**, v. 8, n. 2, p. 135-154, 1985.
- ANJOS, G. dos. Família e divisão sexual do trabalho na agricultura brasileira. **Textos para Discussão**, n. 65. Porto Alegre: FEE, 2009.
- AYDALOT, Ph. **Economie régionale et urbaine**. Paris: Economica, 1985.
- BAIROCH, P. **Diagnostic de l'évolution économico-mondiale, 1900-66**. Paris: Gauthier-Villars, 1967.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2008**: agricultura para o desenvolvimento: visão geral. Washington: Banco Mundial, outubro, 2008.
- BARTHÉLEMY, J. C.; VAROUDAKIS, A. **Quelles politiques pour un décollage économique ?** Paris: Publications de l'OCDE, 1996. (Collection Cahier de Politique Économique, n. 12).
- BERTRAND, T. **Ranforcer l'agriculture familiale par l'implication des jeunes**, outubro 2014. Disponível em: <<http://hpnhaiti.com/site/index.php/economie/14167-haiti-agriculture-renforcer-lagriculture-familiale-par-limplication-des-jeunes>>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- BID. **Etude des filières agricoles haitiennes**, 2005. Disponível em: <<http://www.ongdefi.org/docs/evaluations/haiti.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

BOURDIEU, P. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, n. 105, p. 3-12, 1994.

BRH. **Rapport annuel 2012**. Disponível em: <http://www.brh.net/annexe_rapport_2012.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

CARDON, P. **Des femmes et des fermes**: genres, parcours biographiques et transmission familiale. Une sociologie comparative Andalousie/Franche-Comté. Paris: L'Harmattan, 2004.

CAVAILHÉS, J. **Évolutions économiques em région charolaise**. Dijon, INRA, Doc. de Recherche. 1986.

CCIH - Chambre du Commerce et d'Industrie d'Haiti. Bilan 2013-2014. Disponível em: <<http://www.chambrefrancohaitienne.com/vie-de-la-chambre/bilan-2013-2014/>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

CEPALSTAT. Bases de datos e publicaciones estadísticas. Comisión Económica para la América Latina y el Caribe. 2012. Disponível em: <<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>>. Acesso em: 15 maio 2015

CHAYANOV, A. V. **La organización de la Unidad Económica Campesina**. Edição Nueva Visión SAIC, Tucumán, Argentina. 1974.

CLEAVER, K. **Rural development strategies for poverty reduction and environmental protection in sub-saharan Africa**, Washington D.C. : World Bank Publications, 1997.

CNSA. Rapport 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/14191357.PORTOALEGRE.013/Downloads/CNSA%20Haiti%20Rapport%20final%20enquete%20nationale-ENSA.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

CNUCED. Base de données The Millenium Development Goals, Market access indicators. 2014. Disponível em: <<http://www.mdg-trade.org/39.Graph.aspx>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

COUJARD, J. L. Une méthode pour l'analyse régionale: "l'histoire naturelle". In: **Analyse historique e espaces concrets**. Nancy, ENSAIA, Laboratoire d'Économie Rurale, 1982.

COURLET, C. Territoires et régions: les grands oubliés du développement économique. Paris: l'Harmattan. 2001.

JORGENSON, D. The development of dual economy. **Economic Journal**, v. 71, n. 282, p. 309-34, June, 1961.

DANTAS, A. **Subsídios agrícolas**: regulação internacional. São Paulo: Saraiva, 2009.

DEMAZIÈRE, C. (Dir.). **Du local au global: les initiatives locales pour le développement économique en Europe et en Amérique.** Paris/Montréal: L'Harmattan.Dijon, INRA, Doc. de Recherche. 1996

FAFCHAMPS, M. Solidarity networks in preindustrial societies: rational peasants with a moral economic. **Economic Development and Cultural Change**, n. 41, p. 147-74, 1992.

FAO. **La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture 2003-2004.** Les biotechnologies agricoles, une réponse aux plus besoins des plus démunis. Rome: FAO, 2004. (Collection Agriculture, n. 35).

FEI, J. C. H.; RANIS, G. **Development of the labor surplus economy: theory and policy.** Homewood, IL: Richard A. Irwin, Inc. 1964.

FEWS NET. Haiti sécurité alimentaire em bref, 2014. Disponível em: <http://www.fews.net/sites/default/files/documents/reports/Ha%C3%AFti_FS_Brief_2014_final_0.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

FINTRAC. **Haiti USAID-BEST analysis.** 2013. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/pnaec206.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2015.

FRIEDMANN, J. **Empowerment: the politics of alternative development.** Cambridge, Massachusetts: Blackwell, 1992.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

GASSE, Y. L'influence du milieu dans la creation d'entreprises. **Organisations et Territoires**, v. 12, n. 2, p. 49-56, 2003.

GEPAI - Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustrias. **Gestão Agroindustria**, v. 1, São Paulo: Atlas, 1997.

GRAP. **Valorisation des expériences de développement local em Haiti.** 2003.

GUANZIROLI et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HAYAMI, Y.; PLATTEAU, J. P. **Resource endowments and agricultural development: Africa vs. Asia**, working paper 192-1997/12, CRED, and University of Namur, Belgium, 1997.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IHE - Institut Haïtien de l'Enfance. 2012. Rapport préliminaire enquête mortalité, morbidité et utilisation des services EMMUS-V Haïti. Disponível em: <<http://mspp.gouv.ht/site/downloads/Rapport%20preliminaire%20final%20EMMUS-V.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

IHSI. Pauvreté à Haïti: Éléments méthodologiques, juillet, 2014. Disponível em: <http://www.ihsi.ht/pdf/ecvmas/ecvmas_seuil/METHO_1_Seuls%20de%20pauvret+%C2%AC.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2015.

IICA- Institut Interaméricain de Coopération pour l'Agriculture .Haiti: estude de la filère riz. Octobre, 2012. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/caribe/Haiti/IICA%20Bureau%20Document/RAPPORT%20FINAL%20ETUDE%20DE%20LA%20FILIERE%20RIZ%20IICA.pdf>>. Acesso em: 10 jul .2015.

IICA - Institut Interaméricain de Coopération pour l'Agriculture. Haiti : etude de la filiere banane, juin 2012 rapport de consultation. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/caribe/Haiti/IICA%20Bureau%20Document/RAPPORT%20FINAL%20ETUDE_DELA_FILIERE_BANANE_IICA26Novembre2012.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2015.

INCAH, 2012. L'avenir du café. Disponível em: <<http://www.iadb.org/fr/infos/communiques-de-presse/2012-01-10/appui-aux-producteurs-de-cafe-dhaiti,9804.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, v. 6, p. 76-89, 1994.

JOHNSTON, B. F.; MELLOR, J. W. El papel de la agricultura en el desarrollo económico. **El trimestre Económico**, primeiro trimestre, p. 279-307, 1961.

JOLLIVET, M. Le développement local, mode ou mouvement social. **Économia Rurale**, n. 166, p. 10-17, 1985.

KARATZIA-SRAVLIOTI, E.; LAMBROPOULOS, H. **Evaluation, effectiveness and quality in education**: educational planning and economy, Athens, Gutenberg (in Greek). 2006. Disponível em: <http://www.elemedu.upatras.gr/english/images/elkara/KARATZIA_LAMBROPOULOS_2009_I-H-COM-ED_SPRINGER.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2015.

KAUSTSKY, K. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KRUEGER, R. A. **Focus groups**: a practical guide for applied research. Newbury Parck, CA: Sage, 1988.

LAGRAVE, R-M. (Dir.). **Celles de la terre**: agriculture: l'invention politique d'un métier. Paris: Édition EHESS, 1987b.

LAGRAVE, R-M. Introduction. In: LAGRAVE, R-M. (Dir.). **Celles de la terre: agriculture: l'invention politique d'un métier**. Paris: Édition EHESS, 1987a. p. 11-29.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. v. 2.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. v. 1.

LÉVESQUE, B. Le développement local et économie sociale: Éléments incontournables du nouvel environnement. **Économie et Solidarités**, v. 30, n. 1, p. 101-125, 1999.

LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de- obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 408.

LUNDAHL, M. A note on Haitian migration to Cuba, 1890-1934. **Cuban Studies**. v. 12, n. 2, p. 21-36, 1982.

LUXEMBURG, R. **The accumulation of capital**. London; New York: Routledge, 2003.

M'BETID-BESSANE, E., GAFSI, M. Mesure des performances économiques. In: GAFSI, M.; DUGUÉ, P. J.- Y.; BROSIER, J. (Ed.). **Exploitations agricoles familiales en Afrique de l'ouest et du centre: Enjeux, caractéristiques et éléments de gestion**. Paris: Quae, 2007..

MALASSIS, L. **Agriculture et processus de développement**. Paris: UNESCO, 1973.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas, v.1).

MARNDR - Ministère de l'Agriculture des ressources naturelles et du développement rural. 2012. Synthèse nationale des résultats du recensement général de l'agriculture (RGA) 2008/2009. Disponible em: <http://agriculture.gouv.ht/view/01/IMG/pdf/Resultats_RGA_National_05-11-12.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

MARNDR - Plan directeur de vulgarisation agricole (2011-2016), mars 2011. Disponible em: <http://agriculture.gouv.ht/view/01/IMG/pdf/Plan_directeur_de_vulgarisation_agricole_en_Hait-Version_finale_Mars_2011.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2015.

MARNDR - Recensement Général de l'Agriculture agricole, 2008/2009. Disponible em: <http://agriculture.gouv.ht/view/01/IMG/pdf/Resultats_RGA_Artibonite_17-01-12.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2015.

MARNDR/CNSA. **Evaluation de la campagne agricole de printemps 2012**. Disponible em:

<<http://www.cnsa509.org/Web/Etudes/Evaluation%20previsionnelle%20des%20recoltes%20campagne%20printemps%202013%20vers%203.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MARNDR/FAO/EU. **Recensement Général de l'Agriculture**. 2009. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/meetings_and_workshops/II_CA_2013/Linkages_TT_10-12June2013/Presentations/Haiti_10-12_June_2013_Integrated_Censuses.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2015

MATHIEU N. Le casse-tête du local. **Autogestions**, n. 10, p. 79- 85, 1985.

MEF - Ministère de L'économie et des Finances. Bilan économique pour 2002.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOREIRA, R. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédia, RJ: UFRRJ, Curso de pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999.

MORVAN, Y. **Fondements d'économie industrielle**. Paris: Economica, 1988.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: UFMG Biblioteca Universitária, 1960.

NICHOLLS, W. H. An agricultural surplus as a factor in economic development. **Journal of Political Economy**, v. 71, n. 1, p. 1-29, Feb. 1963.

OCDE. **Best practices in local development**. Paris: Publications du programme LEED de l'OCDE, 1999.

OCDE. **Civil society and the OECD-November update**. Paris: Publications de l'OCDE. L'observateur OCDE. Collections Synthèses, 2002.

OHKAWA, K.; MINAMI, R. The phase of unlimited supplies of labor. **Hitotsubashi Journal of Economics**, v. 5, n. 1, p. 1-15, Jun. 1964.

OYEJIDE, T. A. The effects of trade and exchange rate policies on agriculture in Nigeria, Research Report 55, international Food Policy Research Institute, Washington D.C., 1986.

PECQUEUR, B. **Le développement local**. 2. ed. revue et augmentée, Paris: Syros, 2000.

PEDROSO, M. T. M. Agricultura familiar-trajetórias internacionais e o caso brasileiro: o desafio da nomeação e suas implicações práticas. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

PERROUX, F. O conceito de pólo de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.) **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PETERS, D. J. Revisiting the Goldschmidt hypothesis: the effect of economic structure on socioeconomic conditions in the rural Midwest. **Missouri Economic Research & Information Center (MERIC)**: Technical Paper, n. P-0702-1, p. 1-30, jul. 2002.

PINTO, A.; FREDES, C. **Curso de economia**: elementos de teoria econômica. 3. ed. Rio de Janeiro: Forum, 1974.

PNUD. Rapport OMS 2013. Haiti um nouveau regard. Disponível em: <http://www.ht.undp.org/content/dam/haiti/docs/mdg/UNDP-HT-HaitiRapportOMD2013_20140611.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

PROULX, M. U. L'économie des territoires au Québec à l'échelle supralocale. **Économie et Solidarités**, v. 30, n. 2, p. 61-74, 2002.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultura, 1982.

RICHARD, A. H. (Ed.). Haiti: a country study. Washington: GPO for the library for Congress, 1989. Disponível em: <<http://countrystudies.us/haiti/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

ROSTOW, W.W. The stages of economic growth. **The Economic Story Review**, New Series, v. 12, n.1, p. 1-16, 1960.

SALITOT-DION, M. Evolution économique, cycle familial et transmission patrimoniale à Nussey. **Études rurales**, n. 68, p. 23-25, Oct./Dec. 1977.

SANDRINE, F. Étude comparée des transformations des systèmes agraires et des dynamiques d'échanges transfrontaliers entre Haïti et la République Dominicaine- le cas de la filière banane plantain. Humanities and Social Sciences. Institut national agronomique paris-grignon, French, 2005.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHULTZ, T. W. **Transforming traditional agriculture**. New-Haven: Yale University Press, 1964.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOUZA, N. de. J. de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SZCZEPANK, E. F. Balance of payments of mainland China. **Sunday Times**, April 19, 1964.

SYFAAH - Système de Financement et d'Assurances Agricoles en Haïti. **Haiti**: etude de la filiere riz, octobre 2012 rapport de consultation. Disponível em: <<http://www.iica.ac.cr/Esp/regiones/caribe/Haiti/IICA%20Bureau%20Document/RAP>>

PORT%20FINAL%20ETUDE%20DE%20LA%20FILIERE%20RIZ%20IICA.pdf>.
Acesso em: 16 jun. 2015.

TAYLOR, L. **Macro models for developing countries**. New York: MacGraw-Hill, 1979.

TOULMIN, C., GUËYE, B., 2003. Transformation in West African Agricultures and the role of family farms. Sahel and West Africa Club (SWAC/OECD), SAH/D. Issue paper no. 123, December, Paris, 2003.

UNICEF. **Rapport La Situation des enfants dans le monde**. 2015. Disponível em: <http://www.unicef.org/french/infobycountry/haiti_statistics.html>. Acesso em: 9 jun. 2015.

VOGEL, E. K. **Análise química quantitativa**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1997.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo- RS: UPF, 2001.

WORLD BANK. **Rural development: from vision to action**. Washington D.C.: World Bank Group, 1997. (Environmentally and socially sustainable development studies and monographs series, n. 12).

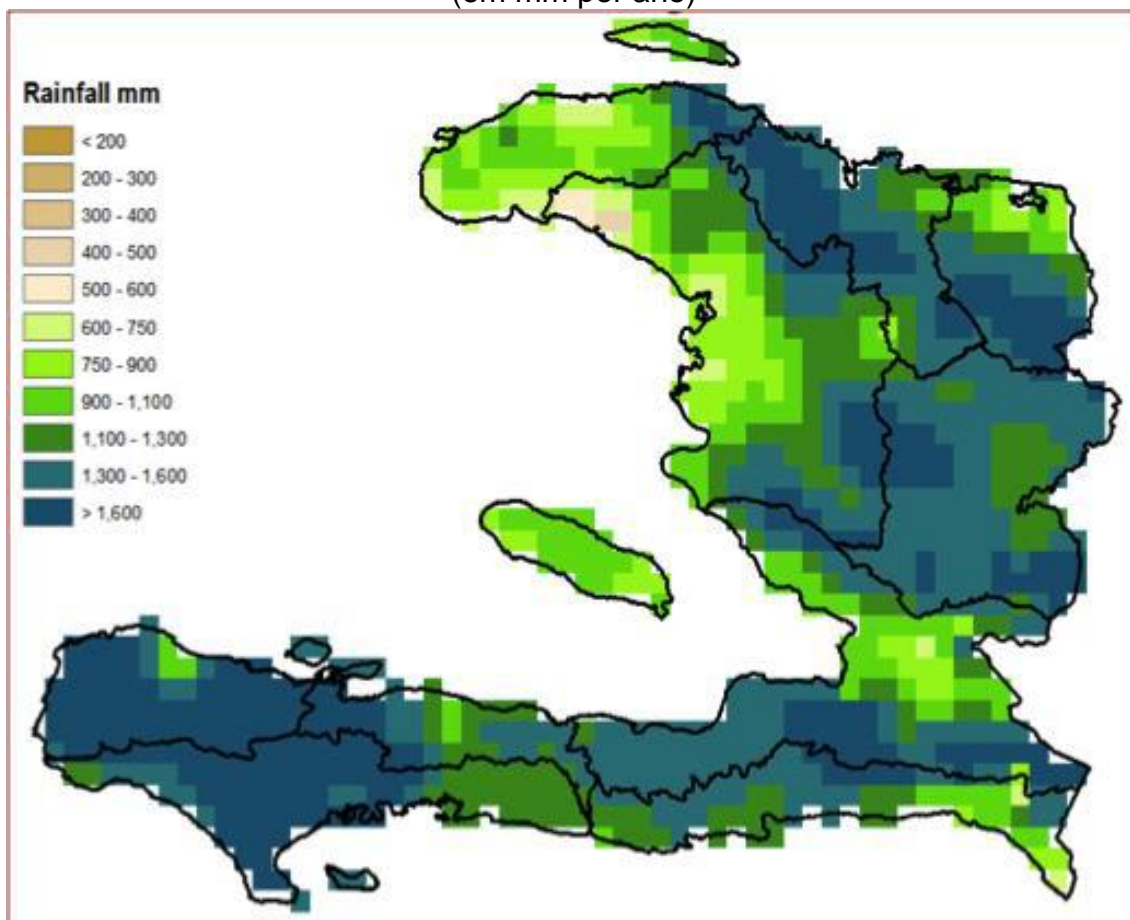
WORLD BANK. Rapport sur le développement dans le monde 1986. Washington D.C.: World Bank Publications. **Erche**, n. 33, 1987.

ANEXOS

ANEXO A - Mapa topográfico do Haiti



ANEXO B - Estimções da quantidade de precipitações anuais no Haiti
(em mm por ano)



Fonte: USGS/FEWS NET

ANEXO C - Seleção dos dados mais destacados das séries de tempo

Total de Exportação e Importação em toneladas, 1980-2010.

Anos	1980	1983	1988	1993	1997	2002	2008	2010
Exportação	30.532	21.691	21.653	13.395	24.940	14.330	23.309	31.528
Importação	460.776	382.691	459.672	403.640	551.451	358.827	749.549	662.100
Déficit	430.244	361.100	438.019	390.245	526.511	344.497	726.240	630.572

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FAO.

Notas: Dados totais disponíveis em: <http://faostat3.fao.org/>

Cadeia do café, 1980-2010.

Anos	1980	1987	1991	1992	2005	2010
Área cultivada de café (Ha)	85.000	60.000	89.110	55.000	67.500	90.405
Produção (Ton.)	42.900	30.088	30.000	27.355	35.000	19.973
Rendimento (Hg/Ha)	5.047,06	5.014,67	4.152,36	4.973,64	5.185,19	2.209,28

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FAO.

Notas: Dados totais disponíveis em: <http://faostat3.fao.org/>

Cadeia do arroz, 1980-2010.

Anos	1980	1990	1996	1997	2005	2010
Área cultivada do arroz (Ha)	50.000	61.500	48.200	70.000	51.171	59.500
Produção (Ton.)	119.710	129.900	120.000	160.000	105.000	141.075
Rendimento (Hg/Ha)	23.942	21.121,95	24.896,27	22.857,14	20.270,27	23.710,08

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FAO.

Notas: Dados totais disponíveis em: <http://faostat3.fao.org/>

Cadeia da manga, 1980-2010.

Anos	1980	1985	1993	1994	2004	2007	2008	2010
Produção (Ton.)	326.000	363.000	157.101	225.000	260.000	295.000	245.298	217.060

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FAO.

Notas: Dados totais disponíveis em: <http://faostat3.fao.org/>

Cadeia de banana, 1980-2010.

Anos	1980	1989	1994	2000	2005	2010
Área cultivada da banana (Ha)	46.000	40.000	45.000	55.125	40.320	36.000
Produção (Ton.)	290.000	285.916	290.000	257.674	285.000	238.500
Rendimento (Hg/Ha)	63.043	71.479	64.444,44	46.743,58	70.684,52	66.250

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FAO.

Notas: Dados totais disponíveis em: <http://faostat3.fao.org/>

Cadeia da Cana de açúcar, 1980-2010.

Anos	1980	1986	1990	1995	2000	2004	2010
Área cultivada de da cana de açúcar (Ha)	80.000	55.000	42.000	30.000	17.000	17.500	18.500
Produção (Ton.)	3.000.000	2.000.000	1.500.000	1.200.000	800.000	105.0000	1.110.000
Rendimento (Hg/Ha)	375.000	363.636	357.142	400.000	470.588	600.000	600.000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FAO.

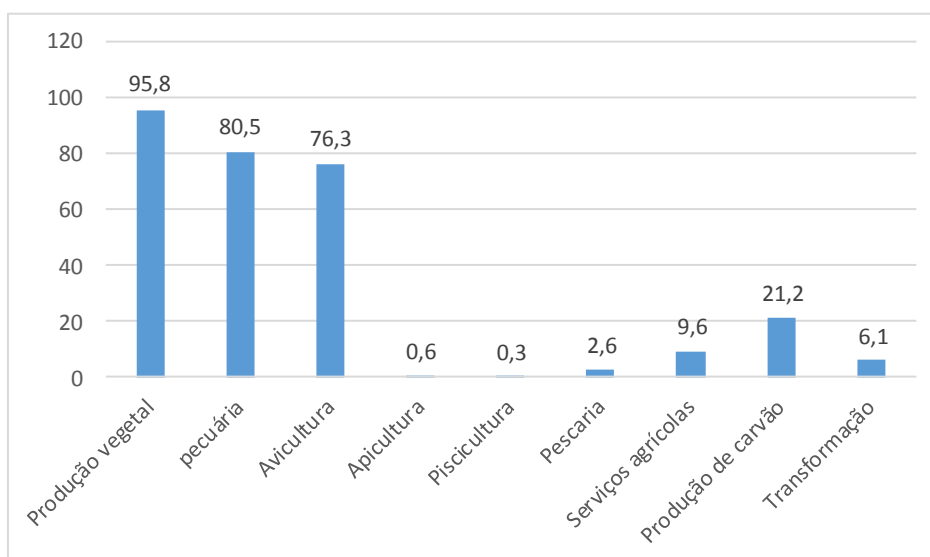
Notas: Dados totais disponíveis em: <http://faostat3.fao.org/>

ANEXO D - Repartição (%) dos estabelecimentos e SAU por departamento

Departamentos	Repartição dos estabelecimentos por departamento (%)	Repartição da SAU por departamento (%)
Ouest	21,3	14,7
Artibonite	16,1	16,6
Centre	12,3	16,5
Nord	10,2	11,4
Sud	9,1	8,2
Sud'Est	8,6	7,4
Nord'Ouest	7,7	7,6
'Grand'Anse	6,4	7,1
Nippes	4,4	4,1
Nord'Est	4,1	6,4

Fonte: Censo Geral da Agricultura 2009-MARNDR/FAO/EU

ANEXO E - Explorações agrícolas (%) segundo a importância das atividades agrícolas e para-agrícolas práticas nas explorações



Fonte: Censo Geral da Agricultura 2009-MARNDR/FAO/EU

ANEXO F - Superfície agrícola útil dos parcelamentos segundo os tamanhos dos estabelecimentos

SAU (carreaux)	Núm.de estabelecimentos	Núm. de parcelamentos	Núm. Médio de parcelamentos	Superfície total de parcelamentos	Superfície.média dos parcelamentos	SAU dos parcelamentos	SAU
							Média dos parcelamentos
Menos de 0,05	11048	12020	1,1	603,4	0,05	368,9	0,03
0,05-0,1	32495	38073	1,2	2806,5	0,07	2323,8	0,06
0,1-0,2	83000	111841	1,3	13245,7	0,12	11783,5	0,11
0,2-0,3	137535	187404	1,4	36935,7	0,2	33748,4	0,18
0,3-0,5	182740	316682	1,7	79989,1	0,25	75939,5	0,24
0,5-1,0	306268	592719	1,9	229038,2	0,39	219806,5	0,37
1,0-2,0	168832	402517	2,4	235624,5	0,59	228478	0,57
2,0-3,0	34974	96928	2,8	85340,6	0,88	83030,6	0,86
3,0-4,0	9901	31052	3,1	34422,8	1,11	33490	1,08
4,0-5,0	3761	13079	3,5	17045	1,3	16615,8	1,27
5,0-10,0	3820	13928	3,6	25069,8	1,8	24399,6	1,75
10,0 e mais	408	1902	4,7	6418,4	3,37	6256,9	3,29
Não há SAU	44169	5887	0,1	1899,8	0,32	0	0
Total	101.895,10	182.403,20	1,8	768.439,40	0,42	736.241,50	0,4

Fonte: Censo Geral da Agricultura 2009-MARNDR/FAO/EU

Notas: 1 carreaux = 1,29 ha

ANEXO G - Comparação entre estabelecimentos familiares e agricultura comercial

Características	Estabelecimentos familiares	Agricultura comercial
Papel da mão de obra das famílias	Maior	Baixo ou nulo
Vínculos comunitários	Fortes: baseados na solidariedade entre as famílias e grupos mais amplos	Fracos: muitas vezes nenhuma conexão social entre empreendedor e comunidade local
Objetivos prioritários	Consumir Estocar Vender	Vender Comprar Consumir
Diversificação	Alta: para reduzir o estabelecimento ao risco	Baixa: especialização nas culturas e atividades muitas limitadas
Flexibilidade	Forte	Fraca
Tamanho de estabelecimento	Pequeno: 5 a 10 ha em média	Grande: pode ser superior a 100 ha
Ligações com o mercado	Fracas: mais crescentes	Fortes
Acesso à terra	Herança e arranjos sociais	Compra

Fonte: Toulmin e Guèye, 2003.